

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

Dauda Uali

Transição Democrática na Guiné-Bissau: o papel da sociedade civil na construção do regime democrático à luz dos debates sobre a transição democrática

Porto Alegre

2024

Dauda Uali

Transição Democrática na Guiné-Bissau: o papel da sociedade civil na construção do regime democrático à luz dos debates sobre a transição democrática

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Uali, Dauda

Transição Democrática na Guiné-Bissau: o papel da sociedade civil na construção do regime democrático à luz dos debates sobre a transição democrática / Dauda Uali. -- 2024.

94 f.

Orientador: Alfredo Alejandro Gugliano.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Transição Democrática. 2. Participação Política . 3. Sociedade Civil . 4. Guiné-Bissau . I. Gugliano, Alfredo Alejandro, orient. II. Título.

Dauda Uali

Transição Democrática na Guiné-Bissau: o papel da sociedade civil na construção do regime democrático à luz dos debates sobre a transição democrática

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2024

Resultado: Aprovado.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Anderson Orestes Cavalcante Lobato
Departamento de Faculdade de Direito
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf Gonzalez
Departamento de Ciência Política
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Sérgio Simoni Júnior
Departamento de Ciência Política
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Na minha formatura de Bacharel em Humanidades, em 2019, como orador da turma, fiz um discurso na cerimônia de colação com tanta emoção que ficou na memória. Passaram-se três anos, e quero reforçar os agradecimentos que fiz nesse dia com algumas ressalvas que ainda fazem parte da minha trajetória acadêmica na Guiné-Bissau e no Brasil. Primeiramente, quero agradecer a minha mãe Famata Biai, o meu pai Braima Uali, os meus irmãos: Braima Injai, Malam Biai e a malograda Fatu Injai, pessoas que sempre acreditaram em mim e me deram a força para seguir os meus estudos. Quero retribuir esta conquista com muita gratidão. Dedico esta conquista para os jovens, homens, mulheres e os ancestrais da minha terra natal Xime, para aqueles que acreditam na ciência e na educação como instrumento de transformação social.

Em segundo lugar, agradeço à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e os meus amigos que fizeram parte desse percurso acadêmico na UNILAB: Aparício Marques Vieira, Alassana Dem, Aua Cassamá, Bernardo Alexandre Intipe, Cálido Mango, Binto Traule, Emilio Lima, Marcos Nunes Junior, Nembali Mané e a Verónica Cristina Noemia Alves. De forma carinhosa, quero também estender os meus agradecimentos à companheira Ivania Ivanovica Tavares Sá, aquela parceira imprescindível neste percurso: por atenção, motivação e inspiração durante o percurso do mestrado. Aos meus colegas do mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), quero agradecer ao Magnus Hiraiwa, Oscar Guillot e o Breno Rocha pela parceria e motivação.

Em terceiro lugar, quero agradecer o Estado Brasileiro, que sempre facilitou o ingresso de estudantes africanos nas universidades federais públicas, também expressar o agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudo concedido, que foi fundamental para a minha dedicação exclusiva no curso do mestrado e na realização da pesquisa.

Por fim, quero também de forma muito especial estender meus agradecimentos ao meu orientador, o professor Alfredo Alejandro Gugliano, que além de ser orientador comprometido, foi um amigo muito importante nesta caminhada acadêmica, ensinando diariamente com muito carinho a profissão de vida acadêmica, mas sobretudo à pesquisa científica. Estendo também os agradecimentos a todos os professores e professoras do Departamento de Pós-Graduação da Ciência Política da UFRGS.

À memória de Fatu Injai, Quecutó Biai, mulheres, homens e os ancestrais da minha terra natal Xime (Bassum), para aqueles que acreditam incansavelmente na educação e na ciência como instrumento de transformação social.

RESUMO

Essa dissertação do mestrado procura analisar o processo de transição democrática na Guiné-Bissau, enfatizando o papel da sociedade civil na construção do regime democrático e a sua contribuição em busca da estabilidade de governação, no contexto dos debates sobre a transição democrática. O estudo utiliza a revisão bibliográfica sistemática como o seu método principal, com respaldo no estudo de caso qualitativo e insights da literatura relevante sobre as transições democráticas na Guiné-Bissau. No contexto da transição política, a Guiné-Bissau se apresenta como um caso desviante das tipologias de transição hegemônica, alinhando-se estreitamente com a perspectiva de transição de regime político neopatrimonial referenciado por Bratton e Walle. Nesse tipo de regime, as mudanças políticas podem resultar de uma revolta popular, de uma recessão econômica ou de pressão externa. Na nossa perspectiva, a transição democrática não é um processo político linear restrito apenas à assinatura de pactos políticos para institucionalizar a democracia; esse processo também pode ocorrer por meios não institucionais. Isto é evidente na Guiné-Bissau, onde não foi assinado nenhum pacto formal entre os partidos para institucionalizar a democracia. Como resultado, a pauta das organizações da sociedade civil são diversas, influenciando em diversas esferas da sociedade – social, cultural e política. Na Guiné-Bissau, devido ao elevado nível de coerção social empregado pelo regime autoritário, isso excluiu a sociedade civil da política, dificultando a sua participação no processo de negociação da transição política. Esta situação alterou-se apenas com a institucionalização da democracia em 1991, o período no qual as organizações sociais ganharam destaque no cenário político nacional, desempenhando diferentes papéis na sociedade guineense. Desempenhando várias funções, como mediador de conflitos, participando ativamente nos debates públicos e o seu envolvimento nas questões políticas.

Palavras-chave: Transição Democrática. Guiné-Bissau. Sociedade Civil. Participação Política.

ABSTRACT

This master's thesis seeks to examine the democratic transition in Guinea-Bissau, emphasizing the role of civil society in constructing the democratic regime and contributing to governance stability, within the context of debates on democratic transition. The study utilizes a systematic bibliographic review as the main method, complemented by qualitative case studies and insights from relevant literature on democratic transitions in Guinea-Bissau. In the context of political transition, Guinea-Bissau presents a distinctive example of hegemonic transition typologies, aligning closely with the neopatrimonial political regime transition perspective articulated by Bratton and Walle. In this type of system, political shifts can result from a popular uprising, an economic downturn, or external pressure. In our perspective, the democratic transition is not a linear political process restricted to the signing of political pacts for institutionalizing democracy; it can also occur through non-institutional means. This is evident in Guinea-Bissau, where no formal pact was signed between parties to institutionalize democracy. As a result, the guidelines of civil society organizations are diverse, influencing various spheres of society—social, cultural, and political. In Guinea-Bissau, the authoritarian regime employed significant social coercion to exclude civil society from politics, hindering its participation in the political transition negotiation process. This situation changed with the institutionalization of democracy in 1991, during which social organizations gained prominence in the national political landscape, assuming different roles in Guinean society. They played a role in mediating conflicts, actively participating in public debates, and engaging in political institutions.

Keywords: Democratic Transition. Guinea-Bissau. Civil Society. Political Participation.

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Quadro da produção bibliográfica para responder o problema de pesquisa (1980-2020)..... | 24 |
| Quadro 2: Tipologia de transição democrática na África à luz de tipologia de Bratton e Walle | 38 |
| Quadro 3: Níveis de variações dos regimes políticos na África de 1980 a 1994 | 40 |
| Quadro 4: Transições Políticas, Eleições e Golpes de Estado (1973-2019)..... | 61 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1: Produção bibliográfica ao longo de quatro décadas (1980-2020)..... | 25 |
| Figura 2: Produção bibliográfica por gênero (1980-2020)..... | 26 |
| Figura 3: Genealogia das fases de transição democrática de O’Donnell e Schmitter | 35 |
| Figura 4: Resultado de Eleições Legislativas na Guiné-Bissau, cadeiras parlamentares (1994-2023)..... | 52 |
| Figura 5: Resultado de Eleições Presidenciais na Guiné-Bissau, primeiro e segundo turno das eleições (1994-2023) | 55 |
| Figura 6: Distribuição dos grupos étnicos na Guiné-Bissau, de acordo com dados da Comissão Nacional das Eleições (1994) | 72 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANP – Assembleia Nacional Popular

BM – Banco Mundial

CEDEAO – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

CMT – Comissão Multipartidária da Transição

CNE – Comissão Nacional das Eleições

CNJ – Conselho Nacional da Juventude

CPLP – Comunidade dos Países da Língua Portuguesa

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

JAAC – Juventude Africana Amílcar Cabral

LGDH – Liga Guineense dos Direitos Humanos

Madem-G15 – Movimento para Alternância Democrática

MCCI – Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné Cabo Verde

PRS – Partido da Renovação Social

RENAJ – Rede Nacional das Associações Juvenis

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

RGB – Resistência da Guiné-Bissau

UDEMU – União Democrática das Mulheres

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UNTG – União Nacional dos Trabalhadores da Guiné

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 14 |
| 2. O DEBATE SOBRE O PROCESSO TRANSICIONAL NA GUINÉ BISSAU | 19 |
| 3. O DEBATE SOBRE A DEMOCRACIA NOS ANOS 1980 | 27 |
| 3.1. Transição democrática a partir da interpretação de Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter | 32 |
| 3.2. Aplicação de modelo da transição de O'Donnell e Schmitter na Guiné-Bissau | 36 |
| 4. QUANDO AS REFORMAS INSTITUCIONAIS PRODUZEM OS EFEITOS INESPERADOS: UMA ANÁLISE SOBRE A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA GUINÉ-BISSAU | 44 |
| 4.1. A frágil institucionalização da democracia na Guiné-Bissau | 51 |
| 5. A SOCIEDADE CIVIL E O SEU PAPEL NO PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO | 65 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 82 |
| REFERÊNCIAS | 86 |

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a transição democrática na Guiné-Bissau, mais objetivamente pretende estudar o papel desempenhado pela sociedade civil na construção da democracia e a sua contribuição para a estabilidade do governo. O processo da transição democrática ocorreu neste país através da combinação simultânea de fatores internos, externos e a crise econômica, numa altura em que a maioria dos estados africanos estavam sob domínio do regime do partido único do autoritarismo militar. Nesse quadro do autoritarismo, a transição democrática ocorreu sem assinatura de pacto de transição do partido incumbente e a oposição política e sem participação das organizações da sociedade civil, apresentou um cenário que se desviou das propostas de teorias hegemônicas da transição.

Esta pesquisa trata-se de um exame das relações políticas entre Estado, governo e sociedade civil no processo da transição democrática, numa perspectiva longitudinal; fundamenta-se nos debates da transição democrática visando a compreender as relações de poder na sociedade guineense. A referência para o desenvolvimento dos argumentos apresentados a seguir são as reflexões, principalmente, sobre os debates de transição democrática de Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter (1986): suas concepções, limites e aplicabilidades no contexto de transição guineense.

A escolha dos aportes desses autores parte do reconhecimento da sua predominância e importância no final da década de 1980, pois essa contribuição teórica foi considerada como uma das mais sofisticadas bases para pensar a solução de entraves dos processos da democratização em nível internacional, consagrando-se também como uma receita para os países que estavam em conflito generalizado e sob domínio de regimes autoritários do partido único, como era o caso do continente africano.

No contexto africano, muitas vezes as teorias de transição democrática se tornaram uma guia política importante para explicar porque algumas transições falharam tanto na transição política, quanto na implementação de algum dos tipos de pacto político proposto pelos autores: o pacto militar, político, econômico e social (Bratton e Walle, 1994; Haynes, 1995; Levitsky & Way, 2010). De acordo com essas definições normativas, a aplicação das teorias transicionais hegemônicas no continente africano leva a uma constante sensação do fracasso da democracia.

As transições verificadas na década de 1990, na África, apresentaram vários segmentos e variações, algumas influenciadas pelos fatores internos como por exemplo a mobilização da sociedade civil, outros através da pressão política externa e as profundas crises econômicas. A

“dinâmica e os resultados destas transições têm sido altamente variáveis: em alguns casos, uma eleição competitiva levou a uma alternância de líderes políticos e à emergência de um regime democrático frágil” (Bratton e Walle, 1994, p. 453). Apesar das falhas de transição democrática destacadas por vários autores dessa literatura, ainda, a maioria dos cidadãos africanos mantém a confiança na democracia como o seu destino preferível (Clapham e Wiseman, 1995; Wiseman, 1995, Afrobarômetro, 2023). Em termos da cultura política, esta avaliação mostra uma mudança de valores da sociedade africana, da sua preferência à democracia, apesar da fragilidade desse regime e seus constrangimentos avassaladores.

A transição política ocorrida no período de 1980 a 1990 mostra uma tendência diversificada em vários aspectos institucionais que variam dos regimes personalistas neopatrimoniais em diferentes níveis de liberdades de participação e de competição, que variaram sobretudo nos níveis de autoritarismo em direção à democracia, com a predominância dos traços dos regimes autoritários. As fragilidades das instituições democráticas nesse contexto foram provocadas pelos líderes personalistas do regime autoritário que permaneceram no jogo político depois da transição política, através da combinação de competição eleitoral e autoritarismo sistêmico. Esse modelo de regime influenciou diretamente na qualidade das democracias e essas “refletem não apenas o fechamento de alguns regimes políticos após aberturas iniciais promissoras, mas também a ocorrência de grandes catástrofes de direitos humanos em países como Somália e Ruanda” (Bratton e Walle, 1997, p.06).

Como exemplo, no caso de Mali, foram alteradas a constituição por inúmeras vezes pela elite política-militar, mas sem grandes efeitos na estabilidade política. O mesmo aconteceu na Nigéria, através da transição política forçada por General Ibrahim Babangida, instituindo uma nova oligarquia militar ao invés da democracia. Na Gana, o general Jerry Rawlings ao dar golpe formou uma nova assembleia constituinte, mas que fracassou nos anos seguintes pela incompetência do regime que gerou a crise econômica (Haynes, 1995). Nesse quadro, os líderes personalistas assinaram os pactos de transição para estabelecer novas instituições políticas que possam melhorar os resultados econômicos e a estabilidade política (Wiseman, 1995).

Nesse contexto, a relação da democracia com as eleições foi ambígua, não existe a tendência comum de democratização, o que existiu foram as variedades de padrões de estabilidade, crises e mudanças que facilitaram a combinação do liberalismo político, a competição eleitoral e o autoritarismo sistêmico, onde as eleições são apenas o instrumento da formalidade institucional da democracia (Levitsky & Way, 2010, Bogaards, 2014). Nessa conjuntura política, o efeito das eleições serviu exclusivamente para a legitimação dos líderes

autoritários no poder e a sua manutenção nos cargos públicos, uma lógica totalmente contrária observada em outras regiões do mundo, como por exemplo na Europa e na América Latina depois da transição democrática.

A nossa análise feita sobre a transição democrática na Guiné-Bissau mostra o processo de transição imbricado e a institucionalização de uma democracia frágil que diverge das teorias de O'Donnell e Schmitter como também de alguns autores africanos, sobretudo em termos da ideia de que devam existir os pactos transicionais formais como condição da transição e o fator determinante do ponto de vista da legitimidade institucional e funcionalidade dos padrões da democracia. Além dos limites das teorias destacados, evidenciamos a complexidade do sistema democrático guineense, um sistema que tem sido permeado por dilemas da violência política institucional de golpes, o autoritarismo burocrático e uma sociedade civil fragmentada, que ao longo da história da formação do Estado vem adaptando-se às variabilidades do cenário político, contrastando assim, na prática, com as teorias de transição democrática hegemônica.

A Guiné-Bissau, como outros países africanos que experienciaram a colonização, depois da proclamação da independência adotou um sistema de governo monopartidário, cuja base socioeconômica é centralizada no Estado, sob forte inspiração no sistema de socialismo soviético. Desde o período da independência tem enfrentado instabilidades econômicas que levaram à formação de democracias eleitorais, constituídas, algumas vezes, através da pressão política externa, e outras através de acordos que resultaram nas reformas institucionais.

Na Guiné-Bissau, após a independência, têm sido constatadas profundas mudanças no âmbito político institucional, no entanto, com as alterações que contam com baixíssimo nível de participação política acentuando o modelo do Estado Burocrático Autoritário: permeada de cenários de crises econômicas, crises políticas, sobressaltos de poder, golpes e contragolpes¹.

¹ Usando o termo de O'Donnell (1988), é um tipo de Estado que controla todos os meios de produção da vida social, política e econômica através dos meios coercitivos. No seu próprio termo, o "Estado é o garante não dos interesses imediatos da burguesia, mas do conjunto de relações sociais que estabelecem a burguesia como classe dominante. É um estado capitalista, não um estado da burguesia. Na medida em que garante e organiza as relações sociais capitalistas, o sistema capitalista do Estado garante e organiza as classes sociais que lhes são inerentes incluindo as classes dominadas, embora o que o Estado garanta a respeito delas seja a sua reprodução como tal, isto é, como classes dominadas." Segundo o autor, Estado Autoritário Burocrático é a principal característica dos estados que são governados por regimes monopartidários, que se baseiam na exclusão política, a exclusão econômica do setor popular, a cidadania e ausência da democracia, como é o caso da grande maioria dos países africanos no período pós-independência. Como também do regime monopartidário no México e a coexistência de dois partidos formalmente autorizados para concorrer às eleições no Brasil, entre o período de 1966 a 1979: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Nesse contexto de incertezas, três fatores influenciaram a transição para a democracia no país. Esses foram: fatores internos, externos e a crise econômica.

Entre os fatores internos, destaca-se a carta dos grupos 121, uma carta escrita por militantes intelectuais do PAIGC descontentes com a direção superior do partido, exigindo a democracia interna no partido, por outro lado, contando com a emergência dos protestos dos sindicatos e trabalhadores². Entre os principais fatores externos, destaca-se a pressão política externa do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), impondo a liberalização como instrumento político para recebimento de apoios, enquadrando-se mais como uma resposta das elites políticas às exigências internacionais do que uma simples adesão voluntária ao regime democrático (Nóbrega, 2015). No quadro da crise econômica destaca-se a debilidade da burocracia estatal, deterioração do mercado financeiro, desvalorização da moeda nacional e agitação social como fatores que dificultaram o desenvolvimento socioeconômico, e que foram determinantes no fracasso das políticas econômicas, cujos resultados estimularam a liberalização econômica e transição democrática (Cardoso, 2008).

Nesse contexto de incertezas, o desenvolvimento da democracia guineense passou por várias crises e sobressaltos de poder envolvendo as elites políticas em confronto com as chefias militares. Do ponto de vista da estabilidade institucional, os problemas que merecem destaque, seguem as características do Estado Autoritário Burocrático no qual os fatores internos, externos e a crise econômica impactaram no desenvolvimento da democracia (O'Donnell, 1988).

Para desenvolver o presente trabalho revisamos a literatura da transição democrática da Guiné-Bissau, de 1980 a 2020, no qual existe praticamente um consenso entre autores que defendem que a fragilidade da democracia guineense está fortemente ligada ao atraso do desenvolvimento das organizações da sociedade civil (Cardoso, 1995; Forrest, 2003; Nóbrega, 2015). Partindo dessa conclusão, propomos a seguinte questão de pesquisa: qual o papel que as organizações da sociedade civil desempenharam no processo da transição democrática da Guiné-Bissau?

Inicialmente, nosso trabalho pretende operacionalizar o conceito da sociedade civil, as diferentes formas e dinâmicas de organização sociopolíticas que englobam as estruturas de

² Conhecido como Grupo da Carta dos 121, é uma carta assinada por 121 dirigentes do PAIGC, enviando esse documento para a direção superior do partido exigindo as reformas internas. A referida carta resultou na expulsão desses dirigentes do partido, no seu II Congresso Extraordinário realizado em 1991. A referida reforma começou com a expulsão desses membros, em seguida, dado como início da liberalização política, através da criação da Comissão de Transição Política (CMT) (Cardoso, 1995; Nóbrega, 2003).

poder das comunidades tradicionais e grupos étnicos, assim como os canais informais de articulação e socialização política, as organizações institucionalizadas tanto quanto as não-institucionalizadas (Arato; Cohen, 1994; Koudawo, 1996). Ademais, para esta análise adotamos o método da revisão sistemática bibliográfica, com respaldo no estudo de caso qualitativo através de revisão da literatura especializada da ciência política, em especial da transição democrática.

Esse tipo de pesquisa é fundamentado a partir das bibliografias que ajudam a compreender determinados fenômenos com respaldo nas evidências teóricas e empíricas (Petticrew; Roberts, 2006). As revisões sistemáticas possuem diferentes propósitos, elas podem ser aplicadas tanto para examinar as teorias antigas quanto as novas, como também para buscar o equilíbrio entre as evidências, fornecendo orientações para estudos posteriores. Nesse sentido, “podem também ser utilizadas para examinar metodicamente as razões pelas quais diferentes estudos que abordam a mesma questão chegam por vezes a conclusões diferentes, um problema comum e frustrante tanto para investigadores como para utilizadores de investigação” (Petticrew; Roberts, 2006, p.11).

Petticrew e Roberts (op. cit.) salientam que a revisão sistemática da literatura se enquadra como método fundamental da pesquisa científica, uma perspectiva que está se tornando cada vez mais comum na área de ciências sociais. Isso se deve não apenas pela “inconsistência” da qualidade das publicações, mas pela quantidade dos trabalhos publicados nas últimas décadas, ocasionando a “sobrecarga de informações”. Devido ao excesso dessas informações e evidências, tornou-se impossível os pesquisadores acompanharem o fluxo de publicações e manterem-se “atualizados com as evidências de investigação mais recentes, mesmo que estejam realmente interessados num campo muito restrito” (Petticrew & Roberts, 2006, p. 20).

Conseqüentemente, a revisão sistemática tem sido importante para sintetizar literaturas, fornecendo uma visão geral confiável do assunto escolhido para análise, mostrando os vieses fortes e fracos das literaturas científicas e buscando contribuir para o desenvolvimento de novos estudos no campo da ciência política.

Para tratar dessas questões, além da introdução e a parte da conclusão, o nosso trabalho está dividido em quatro capítulos: no primeiro explicamos os procedimentos metodológicos da pesquisa, nela apresentamos de forma detalhada o desenho da pesquisa, as etapas e os principais resultados. Neste capítulo, além dos resultados da pesquisa, também mostra-se o crescimento

da produção bibliográfica da literatura da transição democrática guineense nos últimos trinta anos.

No segundo capítulo discutimos as ideias gerais sobre as teorias da democracia da década de 1980, com destaque especial àquelas que definem algumas tipologias de transição como primordiais para a estabilidade política e a possível consolidação do regime democrático, buscando através dessas tipologias explicar a modalidade da transição ocorrida na África subsaariana, em especial na Guiné-Bissau.

No terceiro capítulo, a análise centraliza na institucionalização formal da democracia na Guiné-Bissau, no qual defendemos que as reformas institucionais neste país produziram efeitos inesperados, que seus resultados traduziram em instabilidades políticas. Nesse caso, a transição democrática verificada, traz as mudanças que resultaram na conquista de novos direitos sociais, a emergência dos partidos políticos e as instituições da sociedade civil. No entanto, observa-se os constrangimentos permeados da violência política institucional, que levou a combinação do liberalismo, competição eleitoral e o clientelismo sistêmico.

E, finalmente, no quarto capítulo, fazemos uma análise geral sobre a relação do Estado com a sociedade civil na Guiné-Bissau. Neste capítulo definimos o conceito da sociedade civil e suas diferentes características, desde o prisma das organizações sociais institucionalizadas e não institucionalizadas, analisando a sua contribuição na construção do regime democrático.

Sinteticamente, neste trabalho pretendemos analisar a transição democrática na Guiné-Bissau, em especial, o papel da sociedade civil na transição e sua contribuição em busca da construção do regime democrático. Enquanto objetivos específicos propomos: a) analisar os debates de transição democrática, especialmente do debate de Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter; b) historicizar o processo da transição política na Guiné-Bissau; c) analisar o processo da transição e o papel da sociedade civil nesse processo; d) analisar as relações étnicas no processo na construção do regime democrático.

2. O DEBATE SOBRE O PROCESSO TRANSICIONAL NA GUINÉ BISSAU

No final da década 1980, princípios de 1990, os países da África Subsaariana passaram por profundas reformas políticas e econômicas, adotando um conjunto de programas sociais de corte neoliberal: foram estruturadas instituições políticas democráticas; realizados avanços em liberdades individuais e coletivas que resultaram na transição democrática, ingressando na classificação de Huntington de terceira onda da democratização.

Apesar da conquista do regime democrático e da cidadania, rupturas políticas, violência política institucional, golpes e contragolpes foram incorporados ao dia a dia do novo regime político democrático. Isso gera um quadro de instabilidade política e coloca a Guiné-Bissau no rol das democracias mais frágeis da região.

No quadro dos estudos sobre a democratização existe um debate extenso, notadamente no campo de ciências sociais, sobre a importância das organizações da sociedade civil no processo da construção do regime democrático. Alguns autores asseveram que, mesmo nos países em que as liberdades de manifestação e expressão são limitadas pelo regime autoritário, as organizações da sociedade civil desempenham papel crucial na sociedade e como portador da cultura democrática (Linz & Stepan, 1996). Devido a essa importância das organizações da sociedade civil, muitos organismos internacionais apostaram no financiamento desse tipo de organizações nos países com precedências autoritárias, para promover as mudanças internas, desenvolver espaços de articulação política e os processos da democratização (Nóbrega, 2015).

Clapham e Wiseman (1995) argumentam que na África existe uma diferença na participação da sociedade civil no processo da transição democrática, isso se deve ao nível desigual do grau do autoritarismo que é visto em alguns contextos mais que em outros. Isto é, nos países nos quais regimes autoritários foram menos arbitrários e repressivos, a participação da sociedade civil foi mais notável na transição, isso em comparação com outros contextos nos quais o sistema autoritário foi mais violento. Esses padrões de comportamentos foram a base de novas instituições políticas da democracia que emergiram depois da transição política, com baixos níveis de participação e competição política, e com os traços autoritários tão evidentes. De forma direta, estes padrões afetaram negativamente a democratização política e os processos do desenvolvimento socioeconômico (Bratton e Walle, 1997).

No seu relatório anual, a pesquisa de Afrobarômetro (2023) tem trazido evidências sobre a percepção dos africanos em relação à democracia e as projeções para consolidação das instituições democráticas. A pesquisa mostra que apesar da decepção da maioria dos africanos com as instituições democráticas, os indicadores do apoio à democracia continuam sendo altos. Um dado interessante que merece atenção especial é sobre as mudanças positivas ocorridas na Zâmbia, Níger, Gâmbia, Seicheles, Sudão e Zimbabuê. Nas mudanças reversas mais recentes, destacam-se a crise da democracia no Senegal, Benin, Costa do Marfim, Tanzânia, Mali, Guiné, Burkina-Faso, Níger, Sudão, Gabão e etc.

A pesquisa de *Economist Intelligence*, publicada em 2022, aponta a República das Ilhas Maurícias como uma única democracia plena no continente africano, 53 países consideradas de democracias híbridas, cinco delas aparecendo na lista de 20 piores no ranking mundial, neste relatório a Guiné-Bissau se enquadra na lista dos regimes autoritários ocupando a posição 138 no *ranking* mundial, nos valores avaliados, em cada eixo a pontuação atribuída varia de 0 a 10 pontos: no processo eleitoral e pluralismo, o país obteve 4,92; em relação ao funcionamento do governo 0,00; participação política 3,33; cultura política 3,13; por último, liberdades civis 2,35.

Seguindo o mesmo viés, a pesquisa de *Freedom House*, publicada em 2023, os países africanos obtiveram pontuação muito baixa em relação às outras regiões do mundo. No relatório de pontuação combinada de liberdades políticas e civis, a Guiné-Bissau foi classificada como regime parcialmente democrático. No universo de 100 pontos que é atribuído como a pontuação máxima, o país obteve 43/100, um ponto de diferença com o número do ano 2022 (42/100).

Entretanto, as evidências sobre a democratização na África mostram que apesar das mudanças ocorridas ao longo do século, os partidos políticos autoritários continuaram tendo o monopólio do poder político, não só desempenhando papel crucial na manutenção do sistema democrático – também na sua derrubada, mas principalmente criando uma sociedade civil com mil e uma utilidades: de acordo com as circunstâncias a favor do Estado ou contra o-Estado; em prol da democracia ou numa dimensão antidemocrática.

Essas anomalias de configurações têm gerado publicações importantes sobre os desafios para a consolidação democrática, procurando explicar as causas determinantes dos progressos e retrocessos da democracia guineense (Bratton e Walle 1994; Nóbrega, 2015). Apesar dos trabalhos publicados sobre essa problemática, a ciência política africana continua sendo pouco frutífera, sobretudo na análise da transição democrática. Por isso, pesquisas voltadas para essa problemática são importantes, sobretudo na atual conjuntura na qual a crise da democracia é uma realidade evidente.

Nesse contexto, analisar a transição democrática na Guiné-Bissau, onde as estruturas tradicionais e grupos sociais étnicos desempenham papel importante na sociedade, ganha relevância. Contudo, cabe sublinhar que neste trabalho adotamos a estratégia de explicar a transição democrática a partir da realidade guineense. Nosso trabalho situa a Guiné-Bissau como um caso desviante das teorias da transição democrática de O'Donnell e Schmitter (1986).

A nossa investigação está respaldada numa revisão sistemática, dado que essa metodologia nos possibilita explorar as informações sobre a literatura da transição democrática,

ao mesmo tempo, que nos permite compreender a dinâmica das organizações da sociedade civil, e o seu papel no processo da democratização.

Para responder o nosso problema de pesquisa, focamos na literatura sobre a transição democrática da Guiné-Bissau, entre 1980 a 2020; nesse universo mapeamos diferentes tipos de estudos, com distintas abordagens teóricas e metodológicas, através dos tópicos e palavras-chaves que nos ajudaram a identificar esses trabalhos. Para esse efeito, aplicamos uma revisão criteriosa dos trabalhos publicados nas revistas, assim como de outros tipos de documentos complementares, usando critério da revisão de “literatura cinzenta”, isto é, uma revisão ampla, que engloba vários tipos de materiais que podem ser obtidos não apenas através dos canais formais das publicações científicas, mas incluindo também outros canais que possibilitam mapear os trabalhos, incluindo os relatórios publicadas de instituições independentes.

No quadro dos trabalhos científicos publicados, a maioria da nossa revisão sistemática bibliográfica foi realizada na página virtual do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau, através da sua revista principal (*Revista de Estudos Guineenses – Soronda*); em buscadores de produção acadêmica como o Google Acadêmico e o banco de teses e dissertação do Capes; também nos relatórios e documentos oficiais pela Comissão Nacional das Eleições da Guiné-Bissau (1994; 1999; 2004; 2005).

Na primeira etapa da revisão mapeamos os trabalhos da *Revista de Estudos Guineenses – Soronda*, revista do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa³ (INEP), da Guiné-Bissau, criado em 1986, ainda durante o período do regime monopartidário. Designada como uma revista multidisciplinar e interdisciplinar do estudo sobre a sociedade guineense, sob diferentes áreas de conhecimento de ciências sociais e exatas, contribuindo com diferentes tipos de análises sob diferentes abordagens teóricas e metodológicas refletindo sobre a Guiné-Bissau. Desde a sua criação, a revista tem publicado um conjunto de volumes de trabalhos sob diferentes perspectivas de debates, refletindo sobre a história contemporânea da Guiné-Bissau, sobretudo nas questões emergentes: sociais, políticas, econômicas e culturais, considerada na década 1990 como uma das melhores revistas e centros de estudos na costa Ocidental da África (Trajano, 2002; Sané, 2009).

³ O Instituto foi criado em 1984, através do decreto da lei 31/84, já a *Revista Soronda* em 1986, criado por grupo de jovens intelectuais guineenses coordenado pelo sociólogo e economista Carlos Lopes, um dos mais importantes teóricos guineenses desde a década de 1980. Logo depois da sua criação, foi estatizado como instituição pública de pesquisa nacional, que passou a ser financiado pelo Estado e agências internacionais (Trajano, 2002; Sané, 2009)

A Revista *Soronda* tem desempenhado papel crucial na compreensão dos desafios da sociedade guineense para a construção do Estado, propondo soluções e alternativas baseadas nas evidências. No período da transição democrática, a revista publicou um conjunto de trabalhos sob diferentes abordagens sobre a transição, apontando as falhas da transição política, propondo soluções para construção da democracia. Nos trabalhos publicados sobre a transição democrática, destaca-se os artigos de Carlos Lopes, Carlos Cardoso, Fafali Koudawo, Johannes Augel, Joshua Forrest, Lars Rudebeck, Nóbrega Álvaro e Peter Karibe Mendy. Os estudos desses autores foram importantes na construção e sistematização do conhecimento na área de ciências sociais, num contexto no qual os recursos financeiros eram escassos para realização de pesquisas científicas.

Na segunda fase da revisão da bibliografia, mapeamos os trabalhos através do Google Acadêmico e do banco de pesquisas de teses e dissertações do Capes (Brasil), em que encontramos vários trabalhos importantes para análise do tema em questão, textos que se debruçam sobre o sistema político guineense; as organizações políticas e a transição democrática, possibilitando avaliar criticamente a democracia na Guiné-Bissau, entender e analisar esse regime político a partir do próprio contexto do país.

Na terceira fase da revisão, recorremos também a alguns documentos relevantes, como por exemplo a Constituição da República da Guiné-Bissau e os relatórios da Comissão Nacional das Eleições da Guiné-Bissau. Esses documentos ajudaram a obter algumas informações relevantes que as literaturas analisadas nem sempre apresentaram.

Na quarta fase da revisão bibliográfica, no âmbito dos contatos realizadas, conversamos com alguns estudantes e pesquisadores guineenses sobre o nosso trabalho, estes nos forneceram arquivos importantes publicados sobre os quais não tivemos acesso nas buscas realizadas nos websites da internet; nos indicaram também outros canais nas plataformas virtuais onde vários trabalhos sobre a Guiné-Bissau se encontram e podem ser acessados, contribuindo assim numa seleção que abrangeu 70 trabalhos científicos publicados voltados a nossa temática.

Sobre a inclusão e exclusão das bibliografias revisadas, o nosso critério de seleção baseou-se no critério multivariado. O primeiro critério na seleção das literaturas seguiu três critérios de linha de busca: a literatura ligada à “transição democrática”; à “sociedade civil/estado” e ao “monopartidarismo”. No que se refere ao segundo critério de inclusão e exclusão dos textos, selecionamos trabalhos não só da área de ciência política, mas também multidisciplinares, o que nos permitiu levar em consideração não apenas os aspectos

institucionais políticos, mas também os aspectos culturais da configuração étnica, do processo histórico e da formação da elite política, temas que consideramos centrais para compreender a cultura política guineense e os desafios da democracia.

Para a sistematização da literatura, usamos o programa *Excel* para registrar informações e construir os gráficos e quadros para interpretação. No total dos trabalhos consultados, em primeira mão selecionamos 85, neste número excluimos 15 trabalhos, analisando apenas 70 que consideramos importante para responder o problema da pesquisa, como mostra o quadro 1.

Quadro 1: Quadro da produção bibliográfica para responder o problema de pesquisa (1980-2020)

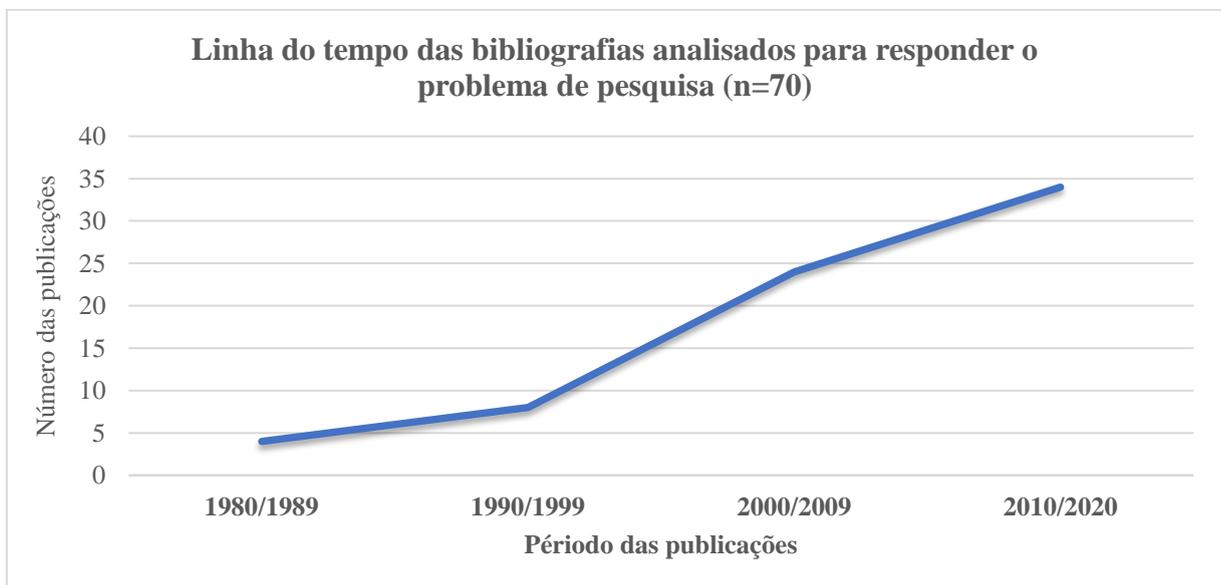
| Marco Teórico Conceitual | Descrição sobre as bibliografias | Método de busca: “Palavra-chave + Guiné-Bissau”. Português/Inglês | Resultados das bibliografias |
|--------------------------|---|---|------------------------------|
| Transição Democrática | As buscas destas bibliografias foram realizadas com base nos conceitos principais da teoria da transição democrática. | “Liberalização Política” | 02 |
| | | “Transição Política” | 10 |
| | | “Democratização” | 10 |
| | | “Consolidação Democrática” | 01 |
| Sociedade Civil/ Estado | Na busca destes trabalhos usamos como conceitos chave: estado e a sociedade civil. | “Sociedade Civil e Estado” | 06 |
| | | “Sociedade Civil” | 08 |
| Monopartidarismo | Esses trabalhos foram procurados usando apenas o monopartidarismo como palavra-chave. | “Monopartidarismo” | 04 |
| Multidisciplinares | As buscas destes trabalhos foram sem critério de busca, foram selecionados diversos tipos de trabalhos, sob diferentes abordagens | *Sem critério de busca específico, usando apenas o nome da Guiné-Bissau | 29 |

| | | |
|--|---------------------------|----|
| | teóricas e metodológicas. | |
| Total de trabalhos incluídos na revisão: | | 70 |

Fonte: elaboração própria baseado em pesquisa bibliográfica

O quadro 1 mostra a produção bibliográfica revisada do período de 1980 a 2020. Nele se percebe que a publicação na área da ciência política ainda é incipiente na literatura guineense, apesar do aumento das publicações verificadas nas últimas três décadas. Esse quadro também permite observar o número dos trabalhos publicados, os quais foram divididos de acordo com os critérios estabelecidos: sobre a literatura da transição democrática do país, encontramos 23 trabalhos diversificados (artigos, ensaios, livros, dissertações e teses). Na literatura voltada sobre a sociedade civil e o estado, encontramos no total de 14 trabalhos também diversificados. Na literatura sobre o regime monopartidarismo, encontramos apenas 04 trabalhos (02 artigos, 01 dissertação e 01 monografia); e, por último, selecionamos a literatura multidisciplinares; nela encontramos o maior número dos trabalhos sobre diferentes aspectos - nesse universo selecionamos 29 trabalhos com perspectivas teóricas e metodologias diversas. Em termos da evolução da produção de artigos e textos sobre a democracia na Guiné-Bissau, o primeiro gráfico (figura 1) é ilustrativo.

Figura 1: Produção bibliográfica ao longo de quatro décadas (1980-2020)

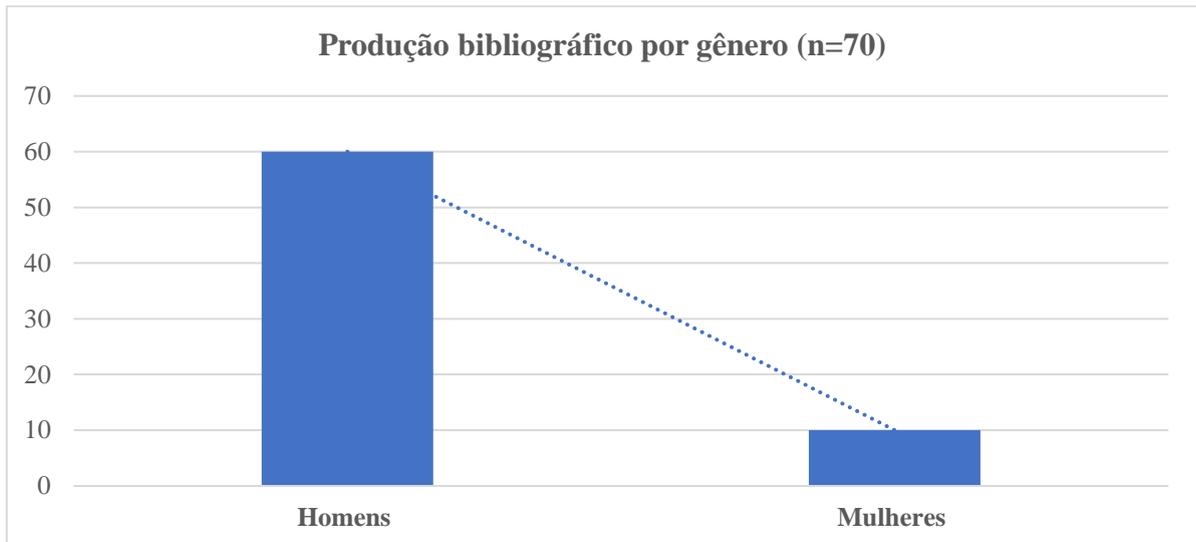


Fonte: elaboração própria baseado em pesquisa bibliográfica

Um outro aspecto importante que merece atenção especial, é sobre a questão de gênero, na soma total de 70 bibliografias que revisamos, apenas 10 delas foram publicadas por

mulheres, 60 são publicados pelos homens, isso evidencia claramente como a literatura de ciência política na Guiné-Bissau é absolutamente dominado por homens, um problema que é comum desse campo a nível mundial, que a literatura guineense também nos confirma.

Figura 2: Produção bibliográfica por gênero (1980-2020)



Fonte: elaboração própria baseado em pesquisa bibliográfica

À luz de evidências da revisão bibliográfica, os resultados da pesquisa mostram a evolução da publicação dos trabalhos voltados à temática de transição na Guiné-Bissau, mais ainda muito incipiente. Nos resultados desta pesquisa, percebe-se também que a maioria dos trabalhos publicados para responder o nosso problema de pesquisa não são trabalhos que fazem parte da literatura tradicional de transição democrática, ou seja, são trabalhos multidisciplinares, com autores oriundos de diferentes áreas de formação acadêmica, predominando os sociólogos.

Em termos de análise metodológica, os trabalhos revisados na sua maioria são trabalhos de estudos de caso de abordagem qualitativa, a pesquisa documental e a revisão bibliográfica. Nesse universo, poucos têm usado os métodos quantitativos, métodos mistos ou multivariados. Como recomendação, sugerimos a necessidade de futuros trabalhos atentarem-se para usar outros tipos de métodos: quantitativos, métodos mistos, métodos comparativos, multivariados entre outros. Acreditamos que a combinação desses métodos será importante para a compreensão da sociedade, contribuindo na explicação dos processos políticos que influenciam a instabilidade democrática.

3. O DEBATE SOBRE A DEMOCRACIA NOS ANOS 1980

A ciência política enquanto campo de conhecimento que estuda, entre outras coisas, as relações de poder e os processos da tomada de decisões, tem se dedicado a estudar o funcionamento dos regimes políticos, o comportamento político, as instituições políticas e as formas de participação. Ao longo do seu desenvolvimento tem sido dominado por duas grandes escolas: a escola anglo-saxônica e a escola do velho continente, uma preocupada em responder como as democracias funcionam, através do método da abordagem descritiva normativa, enquanto a outra em como as democracias devem funcionar, através do método da abordagem prescritiva (Montealegre, 2006). Entretanto, com a ascensão dos governos autoritários no Sul da Europa e América Latina, em 1960, emergiram estudos sobre as transições democráticas, em grande parte dirigidos a responder os motivos para as democracias entrarem em colapso. Outras indagações eram: por que as transições são imprevisíveis e produzem resultados diferentes em condições semelhantes? Que tipo de instituições são mais propícias para construção duma democracia estável num processo de transição de regime?

As teorias da transição democrática que floresceram nesse período buscaram definir a democracia atrelando o conceito a certos padrões do desenvolvimento econômico capitalista fundamentado nas teorias da modernização. Nesse cenário, a estabilidade da democracia era sempre atrelada a um modelo específico da cultura política (Whitehead, 1986). Apesar de vários estudos realizados nesse sentido, havia também as discordâncias entre autores sobre a definição do conceito da consolidação do regime democrático baseado nos padrões do desenvolvimento econômico, isso levou a problematização do próprio conceito de democracia. Nesse contexto, os estudos das décadas de 1980 e 1990, criaram nomenclaturas e rótulos, como por exemplo: as democracias plenas, democracias híbridas, oligarquias liberalizadas, autoritarismo excludente, autoritarismo liberalizado, autoritarismo competitivo, poliarquias e outros termos que visaram a classificação das transições completas e incompletas (Levitsky & Way, 2010).

Esse debate gerou a publicação de trabalhos com diferentes vieses de abordagens sobre as condições propícias para que as democracias se desenvolvessem. Por um lado, alguns teóricos propondo o modelo hegemônico da democracia liberal como o único caminho possível a seguir, como, por exemplo, o desenvolvimento do regime democrático ligado a certos padrões de desenvolvimento capitalista e à confiança nas instituições. Por outro lado, diversos teóricos criticando a existência de democracias fora do seu lugar, isto é, a implementação dos regimes democráticos em condições de subalternidade, tendo um significado diferente daquilo que as teorias hegemônicas defenderam como ideal.

Numa perspectiva diferenciada, Lipset (1959) já havia salientado que qualquer estudo sobre o regime democrático deveria, em primeiro lugar, destacar as condições nas quais a democracia estava se desenvolvendo em diferentes contextos, isto é, enfatizando que “a democracia emergiu dessas condições e se tornou estabilizada por força de certas instituições e valores, bem como por força do seu próprio processo interno de automanutenção.”

Contudo, em vez de salientar as diferenças, boa parte do debate sobre as transições democráticas, desenvolvido na década de 1980, buscou as regularidades do processo de democratização. Nesse debate, muitos autores tenderam a considerar que a sobrevivência da democracia estava associada a certos padrões do desempenho socioeconômico e arranjos institucionais, isto é, as democracias contemporâneas prosperariam só quando existisse certo padrão de desenvolvimento (Huntington, 1991; Przeworski, 1991).

Depois da Segunda Guerra Mundial, o colapso das democracias e avanços dos sistemas autoritários, têm despertado a atenção de vários cientistas sociais, procurando as respostas sobre os principais fatores das crises das democracias modernas. Nessa tentativa de resposta, vários autores adotaram o pressuposto de Schumpeter (1940), que parte de uma definição minimalista do conceito da democracia. Isto é, a democracia como método de arranjo político institucional, de participação e da competição entre os adversários políticos. Por exemplo, Lipset (1959), Huntington (1991) e Przeworski (1991) concordam com a ideia de que a democracia se desenvolve melhor nas sociedades onde existe alto padrão do desenvolvimento econômico e a crença nas instituições democráticas. Isto é, quanto maior for o padrão de desenvolvimento econômico capitalista e a crença nas instituições democráticas, maior será a probabilidade da estabilidade democrática.

Nesta abordagem, a efetividade do regime político seria fruto de um bom desempenho institucional do governo, isto é, quando as políticas governamentais satisfazem a vontade da maioria da sociedade, mas, sobretudo, quando atende os interesses dos grupos poderosos, das elites (Lipset, 1959) - entre as quais poderíamos incluir as forças armadas. Quando o governo não atende esses desejos, o regime pode entrar em colapso, conseqüentemente, numa crise da legitimidade. Para Lipset, legitimidade

[...] envolve a capacidade de um sistema político de engendrar e manter a crença de que as instituições políticas existentes são as mais adequadas ou apropriadas para a sociedade, [isso significa que], o quanto os sistemas políticos democráticos contemporâneos são legítimos depende em grande escala das formas como as questões-chave que historicamente dividiram a sociedade foram resolvidas (Lipset, 1959, p. 220).

Entretanto, a crise da legitimidade é determinante tanto para a deterioração dos regimes autoritários quanto para os regimes democráticos. Nesse aspecto, a perda da legitimidade é considerada como uma ação crucial da transformação de regimes políticos pois, na maioria das vezes, a perda da legitimidade é provocada pela sociedade civil através da mobilização dos protestos da reprovação do regime autoritário, mostrando a preferência em relação à democracia – ou algum tipo de democracia - como única alternativa legítima possível (Przeworski, 1986)⁴.

Para Przeworski (1991), a democracia é um regime inerentemente de incertezas,

[...] incerteza pode significar que os atores não sabem o que pode acontecer, que sabem o que é possível, mas não o que é provável, ou que sabem o que é possível e provável, mas não o que acontecerá. A democracia é incerta apenas no último sentido. Os atores sabem o que é possível, uma vez que os resultados possíveis estão vinculados à estrutura institucional; eles sabem o que é provável que aconteça, porque a probabilidade de resultados específicos é impedida, minado conjuntamente pelo quadro institucional e pelos recursos que as diferentes forças políticas trazem para a competição. (Littlechild, 1986 apud Przeworski, 1991, p. 12)

O autor reitera que o fato de a democracia ser um regime da incerteza não significa que tudo é imprevisível ou inexplicável. A incerteza envolve as formas de negociação entre as partes e os resultados dessa negociação. Nesse contexto, a democratização pode significar jogos de interesses conflitantes que geram incerteza em relação ao seu desenlace, apenas isso.

Na concepção de Przeworski (op. cit), o declínio do sistema autoritário pode ser apenas a transição para um novo sistema autoritário. Neste âmbito, o colapso de um sistema autoritário pode representar apenas a possibilidade de uma transição democrática, mas não garante a previsibilidade dos seus resultados posteriores, pois esse se mantém incerto na medida em que ocorrem disputas entre os atores políticos. A consolidação da democracia é um processo que ocorre, portanto, quando os conflitos são resolvidos por meios institucionais e quando os comportamentos dos grupos de interesses são moldados por arranjos institucionais. Nesse quadro, o processo da democratização deve iniciar primeiramente pela institucionalização da incerteza como forma de garantir a paz, para evitar as ameaças futuras dos interesses daqueles que ainda podem reverter este processo: os representantes das forças armadas e da propriedade privada dos meios de produção (Przeworski, 1986; 1991).

Para Huntington (1991), a eficiência de um sistema político não pode ser avaliada só através dos processos institucionais, porque um sistema pode ser democrático, e ser instável, assim como a autoritária, e ser estável. Esse autor considera o desenvolvimento econômico e

⁴Neste âmbito, combinar efetividade e legitimidade pode ser fator determinante para a estabilidade e a consolidação da democracia: a efetividade seria processo instrumental, enquanto a legitimidade como condição de avaliação de padrões do sistema político.

uma liderança política a partir de três fatores determinantes para estabilidade democrática (transição política pactuada, a criação de novas instituições políticas e reparação histórica)⁵. Sobre os problemas da consolidação democrática, aponta três fatores principais como entraves: os problemas mal resolvidos da transição, os problemas contextuais e os problemas de nostalgia autoritária.

O primeiro fator, diz respeito ao ambiente no qual a transição democrática decorreu, nomeadamente a resolução dos problemas do regime autoritário. Isso requer a resolução de dois problemas básicos que podem dificultar ao processo da consolidação: o primeiro, diz respeito aos ajustes finais depois da transição, isso, antes de mais nada, requer o julgamento dos comandantes dos regimes autoritários que violaram os direitos humanos durante o regime autoritário; o segundo, diz respeito ao estabelecimento de um padrão de relação entre os civis e militares, no quadro de encaminhamento, “reduzir o envolvimento militar na política e estabelecer um padrão profissional de relações cívicas-militares”, deve ser um aspecto importante para resolver os problemas do passado (Huntington, 1991).

O segundo fator, diz respeito aos processos internos, a herança histórica e as relações de poder entre diferentes grupos. Segundo Huntington (op. cit.), com a exceção três casos que passaram o processo diferente, resultado da invasão externa (Panamá e Granada), e o caso da Nicarágua que o regime autoritário foi derrubado por uma guerra civil entre duas fracções, a maioria dos países da terceira onda de democratização têm características em comum, estas foram postuladas através das negociações, compromissos e acordos entre as partes na resolução dos problemas internos.

As negociações se tornaram a realidade na terceira onda através da pressão política interna da oposição política, dos líderes políticos e das organizações da sociedade civil contra o regime autoritário. Ou seja, a característica desta onda de democratização foi construída com base nas negociações e compromissos entre as elites políticas, designado como as negociações de *reformistas e os moderadores*.

O terceiro fator, diz respeito sobre o julgamento dos atores do regime autoritário que cometeram os crimes ou violaram os direitos humanos. Nesta fase, processar, punir ou perdoar os culpados deve ser uma ação importante para a consolidação da democracia. Existem vários

⁵ Defende que “muitas sociedades pobres permanecerão não-democráticas pelo tempo em que permanecerem pobres. O desenvolvimento econômico torna a democracia possível, a liderança política a torna real” (Huntington, 1991, p.306).

pontos que merecem atenção especial nesta fase, mas a questão de direitos humanos e justiça de transição são aspectos fundamentais. Esta é uma obrigação moral e legal de compensar e criar as políticas de reparação das vítimas do regime autoritário.

Em relação a transição democrática, Linz e Stepan (1996), defendem que uma transição é considerada completa quando existe um acordo político que possibilita a competição eleitoral que, por sua vez, irá resultar na composição de um governo eleito democraticamente, através de sistema de voto livre e popular, mas, sobretudo, quando o governo eleito tiver autoridade de pôr em prática suas ações políticas e “quando o poder executivo, legislativo e judicial gerado pela nova democracia não tiver de partilhar o poder com outros órgãos de jure” (Linz e Stepan, 1996).

Esses princípios diferenciam o regime democrático e não democrático. Asseveram que o processo da transição ocorre em três períodos diferentes: a liberalização, a democratização e a consolidação. Para Linz e Stepan, a liberalização é a combinação de mudanças políticas e sociais, em que são tomadas medidas como a liberdade de expressão, sem a censura dos meios da comunicação, extensão de novos direitos trabalhistas, a extensão dos direitos sociais e individuais, isso também perpassa pela libertação dos presos políticos injustiçados pelo regime autoritário e a volta dos exilados ao país, mas sobretudo pela “tolerância da oposição”. Diferente disso, a democratização é quando a partir da liberalização a disputa ao governo passa a ocorrer através das eleições livres, justas e transparentes, em que o governo eleito é permitido a governar. Entretanto, a consolidação da democracia ocorre quando os governos eleitos forem capazes de gerar a estabilidade política. Sendo que a “indeterminação institucional sobre os procedimentos essenciais necessários para produzir a democracia pode não só deixar a transição incompleta, mas também adiar qualquer consolidação da democracia” (Linz e Stepan, 1996, p. 04).

A democracia consolidada envolve a combinação de mudança de comportamentos das instituições, valores e atitudes em que a democracia se transforma num “único jogo possível”, e que está internalizada na vida social, institucional e psicológica. Esta definição segue três dimensões consideradas essenciais para a consolidação:

Comportamentalmente, um regime democrático num território é consolidado quando nenhum ator nacional, social, económico, político ou institucional significativo gasta recursos significativos na tentativa de alcançar os seus objetivos através da criação de um regime não democrático ou recorrendo à violência ou à intervenção estrangeira para separar-se do estado. Do ponto de vista atitudinal, um regime democrático consolida-se quando uma forte maioria da opinião pública mantém a crença de que os procedimentos e instituições democráticas são a forma mais apropriada de governar a

vida coletiva numa sociedade como a deles e quando o apoio às alternativas anti-sistema é bastante pequeno ou superior. Ou menos isolado das forças pró democráticas. Constitucionalmente, um regime democrático consolida-se quando as forças governamentais e não-governamentais, em todo o território do Estado, ficam sujeitas e habituadas à resolução de conflitos dentro das leis, procedimentos e instituições específicas sancionadas pelo novo processo democrático. (Linz e Stepan, 1996, p. 06)

Além desses elementos básicos importantes para o processo da democratização, Linz e Stepan apontam também cinco arenas que estão mutuamente interligadas para as democracias se tornarem consolidadas, pois, para esses autores, não existe um governo e sociedade democrático se o Estado é autoritário, isto é, a democratização do estado é a condição *sine qua non* do processo da consolidação. A primeira fase da consolidação da democracia demanda o desenvolvimento da sociedade civil livre e ativa. A segunda, necessita de uma sociedade política autônoma e valorizada. A terceira, precisa da existência do estado de direito que garante as liberdades dos cidadãos e a viabilização da vida associativa independente. A quarta requer a burocracia estatal que funciona por vias de normas e regras, que é coordenado pelo novo regime democrático. E por último, a existência de sociedade econômica institucionalizada, isto é, uma sociedade econômica em que são adotadas as políticas de redistribuição de riquezas.

3.1. Transição democrática a partir da interpretação de Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter

Uma das mais conceituadas literaturas sobre as transições democráticas contemporâneas é de autoria de O'Donnell e de Schmitter, especialmente a famosa coletânea de artigos que consolida o debate sobre as transições no começo dos anos 1980 (O'Donnell; Schmitter, Whitehead 1986), obra que tem orientado vários estudos sobre as transições com a preocupação de compreender as condições pelas quais transições ocorrem: os principais fatores e as causas.

Os citados autores partem do pressuposto de que a democratização é um processo contingencial, seja ela através dos pactos ou por condicionalidades externas. As mudanças dos regimes exigem esforços que implicam certa organização e perpassam por diferentes esferas políticas, sobretudo, visando o reconhecimento e solução dos problemas existentes entre os grupos divergentes. Neste âmbito, transições muito curtas podem resultar em novos conflitos, pois podem ocorrer as mudanças sucessivas de governos, entretanto, sem que haja a perspectiva da consolidação da democracia. Isso acontece porque a consolidação requer vários fatores, entre eles, o estabelecimento efetivo das regras da competição, reformas políticas, justiça social, *accountability* e representação dos grupos minoritários. Assim sendo, um regime é considerado democrático não apenas pelas regras processuais, mas pelo grau da competição, participação, contestação e igualdades (Dahl, 2005).

Esses autores salientam que o início da transição democrática pode ser percebido quando as regras são modificadas e quando os líderes autoritários começam renunciar do cargo político, permitindo a aquisição de novos direitos individuais e coletivos. Isso é diferente de uma simples liberalização da política. Os regimes autoritários podem ampliar os direitos, mas a democratização engloba outras questões substancialmente mais amplas: a efetividade desses direitos, nomeadamente a cidadania e os direitos de participação, a socialização e a igualdade.

Apesar de contrapontos teóricas e metodológicas entre Lipset, Przeworski, Huntington, O'Donnell e Schmitter, existe um consenso entre eles de que, embora haja a influência de fatores externos nas transições democráticas, os fatores internos são determinantes no processo da transição⁶. O'Donnell e Schmitter apontam nos seus estudos três fases de transições: a fase da liberalização do sistema político, a fase de democratização e a fase de consolidação. Entretanto, essas são acompanhadas com a assinatura de pactos. Quatro tipos de pactos foram destacados como primordiais nas transições: pacto militar, político, econômico e social.

Pacto militar, esse tipo de pacto envolve a negociação entre os militares e classe política, negociação e renúncia dos militares em exercer poder político. No pacto político, os acordos assinados entre as partes de que não haverá a retaliação dos comandantes do regime autoritário, isso requer as reformas institucionais e a anistia. Esses pactos definem as regras e formas de participação e representação, de velhos e novos partidos no jogo democrático.

Pacto econômico, diz respeito às propostas e acordos entre o setor público e privado, envolvendo os sindicatos e pequenos empresários com objetivo de estabelecer uma meta para o desenvolvimento econômico. Isto é, a tolerância mútua em relação a proteção dos interesses políticos e do desenvolvimento econômico capitalista.

Pacto social, esse pacto é importante para determinados contextos, podendo até influenciar a realização de reformas políticas, mas não é determinante no processo da transição democrática. Isto é, para os resultados imediatos, é menos impactante em relação aos três primeiros pactos, dado que esses permitem a realização das eleições e a alternância de poder num curto espaço de tempo. Diferente dos três pactos, o pacto social pode num longo prazo influenciar o processo da consolidação da democracia.

⁶ O'Donnell e Schmitter defendem que com exceção casos isolados, a maioria das transições foram alcançadas internamente. Os fatores externos podem influenciar através das restrições ideológicas impostas, e que isso poderá ter “efeito nas percepções dos atores sobre a viabilidade a longo prazo de um determinado regime, e o impacto negativo de uma recessão na economia internacional pode acelerar a situação.”

Segundo O'Donnell e Schmitter, a existência dos pactos foi uma característica essencial das transições dos regimes corporativistas no Sul da Europa e na América Latina. Esses autores definem o pacto de transição como

[...] um acordo explícito, mas nem sempre publicamente explicado ou justificado, entre um conjunto seletivo de atores que procura definir (ou, melhor, redefinir) regras que regem o exercício do poder com base em garantias mútuas para os interesses vitais daqueles que nela participam. Em qualquer caso, são muitas vezes inicialmente consideradas como soluções temporárias destinadas a evitar certos resultados preocupantes e, talvez, a preparar o caminho para acordos mais permanentes para a resolução de conflitos. Alguns dos elementos desses pactos podem eventualmente tornar-se a lei do país, sendo incorporados em constituições ou estatutos; outros podem ser institucionalizados como procedimentos operacionais padrão de agências estatais, partidos políticos, associações de interesse e similares. (O'Donnell & Schmitter, 1986, p. 37).

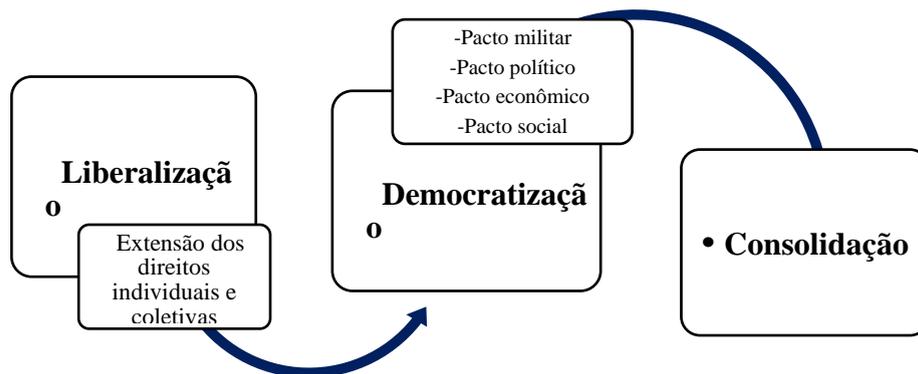
Embora haja algumas variações em procedimentos de transição política nos países da terceira onda, a assinatura dos pactos foi a característica da institucionalização da democracia (Huntington, 1991). No entanto, esses pactos também tinham as suas vantagens e desvantagens. Como observa Kirchheimer (1969), o pacto é relevante quando existe alto nível de desconfiança ou conflitos entre os militares e os civis, nesse caso, ela é importante para estabelecer os arranjos institucionais, evitando confrontos que possam dificultar a consolidação da democracia. Em relação a desvantagem, os pactos são compromissos assinados por elites da classe política e as chefias militares sem a participação da maioria da sociedade. Por sua vez, isso pode conduzir à institucionalização da democracia por meios não democráticos. Nesse contexto de negociação, os pactos assinados podem simplesmente se tornar um perigo, na medida que ocorra a transição, emergindo novos conflitos, como por exemplo ocorreu nas transições africanas.

Levando em consideração esses aspectos imprevistos no processo das transições, como conclusão, esses autores defendem que os pactos nem sempre serão prováveis ou possíveis, mas quando as transições democráticas são conduzidas através delas, isso aumenta a probabilidade da consolidação da democracia.

Basicamente a proposta teórica da transição democrática de O'Donnell e Schmitter é sequencial. Funciona de seguintes fases: a fase de liberalização, designado como a fase da expansão de liberdades e direitos, mas sobretudo a fase de anulação de ações de arbitrariedades autoritárias cometidos pelo estado ou terceiros; essa fase antecede a democratização. A fase da democratização, é quando as liberdades e os direitos individuais e coletivos da primeira fase se tornam efetivos, isso também implica um conjunto de processos que garantem uma cidadania ativa, participativa e inclusiva, em que as instituições políticas são governadas por indivíduos eleitos através do sufrágio universal. Essa fase também antecede a fase da consolidação. A fase

da consolidação, é designada como a fase mais imbricada de transição. Devido a essa dificuldade, algumas transições podem simplesmente transformar ou em regimes autoritários liberalizados (dictablandas) ou democracias limitadas (democraduras).

Figura 3: Genealogia das fases de transição democrática de O'Donnell e Schmitter



Fonte: elaboração própria baseada em tipologia de transição de O'Donnell e Schmitter (1986).

Embora a literatura acadêmica tenda a tratar os fatores considerados por O'Donnell e Schmitter como determinantes na maioria dos processos de transições para a democracia, a nossa premissa principal aponta que a transição ocorrida na Guiné-Bissau foge desse parâmetro. A literatura guineense sobre a transição democrática tem demonstrado que esse processo ocorreu através da combinação de três fatores (internos, externos e crise econômica), fortemente relacionados, mas determinados, sobretudo, por fatores externos protagonizados pelas agências internacionais (Cardoso, 2004; Teixeira, 2015; Bijagó, 2017). Esta conclusão também se contrapõe às conclusões do estudo comparativo sobre as democracias na África, publicado por Bratton e Walle, no final da década de 1990, em que esses autores determinam, seguindo os argumentos de O'Donnell, Schmitter e Huntington, de que as mudanças políticas ocorridas na África foram impulsionadas por fatores internos, através dos protestos políticos.

Isso talvez siga as afirmações de Ki-Zerbo (2009), de que os problemas das democracias contemporâneas não podem ser resolvidos através das teorias democráticas hegemônicas, é preciso verificar os limites dessas teorias tanto nos aspectos teóricos quanto nos empíricos. Por exemplo, esse autor defende que a África tem sua própria cultura política, isso é oposto dos pressupostos teóricos da democracia ocidental. Esses limites instigam várias reflexões para o debate do significado da democracia nos países de multiplicidade étnica e diversidade cultural. Nesse contexto, o processo da democratização pode ter vários significados, o seu entendimento pode perpassar por valores sociopolíticos e formas de relações de poder.

3.2. Aplicação de modelo da transição de O'Donnell e Schmitter na Guiné-Bissau

Como já destacado, o colapso das democracias e o avanço dos sistemas autoritários impulsionaram o desenvolvimento de estudos sobre as transições políticas, com uma certa preocupação em explicar as condições determinantes das transições. Os volumes de trabalhos coordenados por O'Donnell, Schmitter e Whitehead foram uma das primeiras tentativas mais amplas de estudo de caso realizado na América Latina e Sul da Europa. Essa obra estimulou a conclusão de que fatores externos têm influência na transição, mas os fatores internos serão sempre determinantes para que ocorra esse processo.

Avritzer (1995), defende que as teorias da transição democrática possuem problemas de universalização do conceito da democracia, da ligação deste conceito de forma limitada com a ausência do autoritarismo. Defende ainda que essas teorias apresentam contradições sobre democratização, na forma como definem a condição pela qual a democracia se desenvolve, assim como as condições desfavoráveis ao seu desenvolvimento. Com isso, afirma que “as teorias da transição têm a necessidade de definir a democracia, uma vez que, se não soubéssemos em que consiste a democracia, jamais identificaríamos o final de um processo de transição” (Avritzer, 1995, p. 03).

A não definição da democracia, segundo o autor, pode gerar três problemas sobre o conceito da democratização: primeiro, uma democratização limitada apenas nas mudanças que ocorrem num intervalo de tempo entre o autoritarismo para a democracia, sem levar em consideração que esse processo pode ocorrer por outras vias, incluindo outros atores; o segundo problema se refere a dificuldade em desvincular o autoritarismo da prática administrativa do estado moderno, e que a democracia é mais um mecanismo de resolução de conflitos do que um meio de acabar com as práticas do autoritarismo. O terceiro problema, consiste em compreender que

as relações entre Estado e sociedade não devem ser concebidas apenas enquanto continuidade. Concebê-las desse modo implicaria prescindir da capacidade de explicar formas coletivas e solidárias de ação social [...] e seu impacto sobre a renovação do sistema político. As teorias da transição supõem uma continuidade nessas relações, deixando de analisar o papel de movimentos sociais democratizadores na limitação de formas estratégicas de ação no interior do sistema social. O resultado de tal incapacidade consiste no enfraquecimento da democracia enquanto forma de solidariedade social e de controle sobre o Estado, entendido enquanto aparato sistêmico. (Avritzer, 1995, p. 05).

Nesse quadro, o processo da democratização não deve ser encarado apenas através dos aspectos formais institucionalizados, mas como uma ação política que perpassa pela observação

da realidade social e da cultura política. Essa observação parte do pressuposto de que, além das instituições formais, existem também as práticas sociais que merecem atenção especial.

Esse autor, afirma que as teorias da democratização apresentam uma certa dificuldade em conciliar democracia institucional com as ações de identidades democráticas e consolidação de práticas coletivas de solidariedade, fenômeno que ele considerou como um calcanhar de Aquiles dessa teoria.

Em relação a transição e a consolidação, Bratton e Walle (1994), argumentam que a consolidação da democracia depende significativamente do regime preexistente; esse regime preexistente vai moldar as dinâmicas e resultados das transições políticas, isto é, o fracasso das democracias é condicionado pelas relações sociais existentes no antigo regime. Nesse caso, a diferença da transição democrática na África em relação às outras regiões do mundo, estaria na natureza neopatrimonial herdados dos regimes autoritários personalistas, diferente dos regimes corporativistas encontrados nas transições de América Latina e Sul da Europa nos meados da década de 1970 e 1980. De forma sucinta, o regime neopatrimonial é designado como regimes que os líderes acumulam vários atributos de poder político e de propriedade privada, buscando construir um governo de lealdade pessoal. Nesse tipo de regime

[...] as pessoas comuns são tratadas como extensões da casa do “grande homem”, sem direitos ou privilégios além daqueles concedidos pelo governante. A autoridade é inteiramente personalizada, moldada pelas preferências do governante e não por qualquer sistema codificado de leis. O governante garante a estabilidade política do regime e a sobrevivência política pessoal, fornecendo uma zona de segurança em um ambiente incerto e distribuindo seletivamente favores e benefícios materiais a seguidores leais que não são cidadãos da política, mas clientes do governante. (Bratton e Walle, 1997, p. 61).

Esses autores diferenciam cinco tipos de regimes neopatrimoniais existentes na África: no primeiro tipo, as transições políticas nos regimes neopatrimoniais **I** sempre têm em origem um protesto social provocado por crise econômica ou fraqueza de instituições políticas. Os líderes neopatrimoniais tendem a construir os governos de lealdade pessoal baseados nos laços de parentesco familiar, étnico ou regional para criar a fidelidade do líder com a sociedade. Essa fidelidade pode levar à agitação social que, por sua vez, pode resultar na deterioração da popularidade do líder que leva à emergência de um novo regime político.

Segundo tipo, os líderes neopatrimoniais usam seu poder de influência para construir os laços vinculantes baseados no clientelismo que pode resultar na revolta da sociedade, criando uma ruptura no seio do próprio regime neopatrimonial **II**. Entretanto, essa ruptura pode resultar no surgimento de uma oposição política organizada para confrontar o regime.

Terceiro tipo, a conjuntura da burocracia autoritária no regime neopatrimonial **III** pode tornar improvável a existência de pacto político em regimes neopatrimoniais, se elas existirem a democracia é sequestrada pelos grupos dominantes. Quarto regime neopatrimonial **IV**, nesse tipo de regime, as transições políticas se resumem nas lutas incessantes para estabelecer as regras jurídicas e as regras de jogo. No quinto tipo, no regime neopatrimonial **V**, é comum que durante o processo da transição que os indivíduos da classe média se alinhem às políticas da oposição, mas sem garantias que irão permanecer ao seu lado.

Embora haja os padrões de variações de regimes neopatrimoniais na África, depois da transição democrática, esse modelo de regimes foram incorporados informalmente em novos sistemas políticos: por exemplo, no presidencialismo, foi misturando as instituições formais de participação e a concentração informal de poder na figura do presidente, que transforma esse poder em um poder supremo incontestável, considerado por Bratton e Walle (1997) como “mito do presidencialismo”.

Uma outra característica do regime neopatrimonial após transição política se refere a institucionalização do “clientelismo sistêmico”, onde os líderes tendem a distribuir os recursos públicos para as pessoas, depois transformá-lo em apoio político. Com isso, criam governos de lealdade acentuado na política de coerção social e o clientelismo para amedrontar os oponentes, ganham as eleições com mais de 80% de votos, que, em condições normais, seria impossível. No clientelismo sistêmico, os líderes desse regime se tornam também homens mais ricos. Em suma, a última característica informal desse tipo de regime se refere a utilização de recursos públicos para a legitimidade política, como também para estabelecer os negócios. É incomum nesse contexto a diferenciação do público e privado, quem controla o poder público associa-se ao privado.

Quadro 2: Tipologia de transição democrática na África à luz de tipologia de Bratton e Walle

| Modelos dos regimes autoritários neopatrimoniais na África | Descrição e as características dos regimes neopatrimoniais durante o processo de transição política na África |
|---|---|
| Regime Neopatrimonial I | Nesses regimes autoritários as transições políticas ocorrem no quadro da crise econômica e da fraqueza das instituições políticas, isso leva aos protestos políticos da sociedade e da oposição partidária. Os líderes desse regime fazem as barganhas políticas e buscam construir os governos de lealdade pessoais baseados nos laços de parentesco familiar, étnico ou regional. |

| | |
|---------------------------|---|
| Regime Neopatrimonial II | A característica comum desse regime autoritário é que os líderes usam seu poder de influência para construir os laços vinculantes com a sociedade, baseado no clientelismo entico ou regional, o cenário que pode resultar-se na revolta da sociedade para derrubar o regime. Essas revoltas podem resultar na emergência da oposição organizada para confrontar o regime. Isso influencia na transição democrática. |
| Regime Neopatrimonial III | Devido ao seu nível de autoritarismo, a burocracia autoritária pode tornar difícil a existência do pacto político em regimes neopatrimoniais, se elas existirem, a democracia funciona mais na lógica do jogo de soma zero. Os grupos que controlam o estado determinam as regras da democracia em seu benefício próprio. |
| Regime Neopatrimonial IV | Um dos principais desafios desse tipo de regime, o processo da transição política pode ser dificultado pela falta de consenso do líder autoritário e a oposição, isso pode dificultar a transição e a estabilidade democrática. Os desafios desses regimes se concentram nas lutas incessantes entre as elites para estabelecer as regras jurídicas. Enquanto essas lutas persistirem, as transições são incertas, as regras de jogo político são determinadas pelos líderes incumbentes. Essa modalidade de transição cria os vencedores e perdedores no domínio do poder político e do poder econômico. |
| Regime Neopatrimonial V | Nesses regimes políticos, os líderes personalistas tendem a criar a polícia secreta para perseguir os adversários, isso leva os indivíduos da classe média a se alinharem com as políticas da oposição. Isso dificulta grandes avanços dos direitos sociais à propriedade privada, a falta de incentivo ao empreendedorismo e o número elevado da taxa do desemprego. O modelo da burocracia autoritária implantada na África na década de 1980, tornou os líderes desse regime como os homens mais ricos do continente. Pela sua confiança no “clientelismo sistêmico” e o acúmulo de propriedades, esses líderes tendem a aceitar a transição política de forma limitada. |

Fonte: elaboração própria a partir das tipologias de transição de Bratton e Walle (1994; 1997).

Apesar do comportamento diferente dos regimes neopatrimoniais desde a independência dos estados, três fatores se destacam como principais catalisadores de mudanças ocorridas na década de 1990: a primeira, as revoltas populares que foram protagonizadas pela sociedade civil, levando a emergência de nova oposição política. A segunda, o elevado nível da crise econômica e conflitos entre a elite política. A terceira, menos impactante, a pressão política externa, com exceção em alguns casos como por exemplo na Guiné-Bissau, onde os fatores externos foram determinantes na transição do que os fatores internos. Em modo de comparação de diferenças entre países africanos, os autores destacaram quatro variações de regimes neopatrimoniais que nasceram no quadro da transição democrática que merecem destaque: autoritarismo excludente, autoritarismo inclusivo, democracia excludente e democracia inclusiva.

Esta variação é acentuada nos níveis da competição e da participação política. Esses níveis classificam tipos de regimes neopatrimoniais existentes na África, conforme as tipologias de quadro 3. Esse quadro mostra as variações como: os regimes competitivos que variam dos níveis de autoritarismo em direção à democracia; os regimes participativos, que por sua vez, variam na capacidade da inclusão e da contestação da oposição (Dahl, 2005). Neste quadro, os

regimes neopatrimoniais são classificados como: ditaduras personalistas; oligarquias militares; sistemas plebiscitários de partido único, sistemas monopartidários competitivos; as oligarquias dos colonos e as poliarquias multipartidárias.

Quadro 3: Níveis de variações dos regimes políticos na África de 1980 a 1994

| Variações de regimes políticos na África | Classificação através dos níveis de participação e competição política | Características de variações dos regimes políticos | Enquadramento dos países nas variações dos regimes |
|--|--|--|--|
| Autoritarismo Excludente | Ditaduras personalistas | Neste tipo de regime o poder é centralizado num líder que se autoproclama como dono do poder. É um regime altamente excludente, em que as instituições de participação existem apenas no papel, quem determina as regras é o líder personalista. Esses líderes emergem do exército militar ou dos partidos políticos dominantes. | Zaire, Malawi, Guiné Equatorial, Somália, Djibuti, Suazilândia e Guiné-Bissau. |
| | Oligarquias militares | É comum neste tipo de regime que o poder político seja controlado pelos militares. Esses controlam todas as instituições de participação, reprimem qualquer movimento antioligárquico. As transições nesses tipos de regimes são influenciadas pela fraqueza das instituições políticas, maus resultados econômicos ou a pressão política externa. | Nigéria, Gana, República Centro Africana, Uganda, Sudão, Mauritânia, Burkina Faso, Chade, Mali, Burundi, Ruanda, Etiópia, Libéria, Níger, Camarões e Lesoto. |
| Autoritarismo Inclusivo | Sistemas plebiscitários de partido único | Este é um tipo de regime autoritário personalista inclusivo, em que existe um partido dominante. Esse controla todas as esferas do poder, impossibilitando a participação da oposição. A realização das eleições é apenas a forma de legitimação do partido dominante, impossibilitando a competição eleitoral genuína. | Gabão, Togo, Congo, Benin, Madagáscar, Guiné-Bissau e Camarões. |

| | | | |
|-----------------------|---------------------------------------|--|---|
| Democracia Excludente | Sistemas monopartidários competitivos | Apesar da transição dos regimes autoritários para a democracia, esses regimes mantêm os traços visíveis do autoritarismo. Essa variante do regime é mais inclusiva e competitiva do que as três primeiras variantes. São também regimes mais estáveis que resistiram às intervenções militares. Com isso, as eleições se tornam regulares. | Tanzânia, Quênia, Zâmbia, Costa do Marfim, Serra Leoa, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Seicheles. |
| | Oligarquias de colonos | Este tipo de regime cria as instituições políticas que produzem a exclusão social, onde determinados grupos dominam o aparelho do estado. A questão étnico racial é o desafio principal deste regime. | África do Sul e Namíbia |
| Democracia Inclusiva | Poliarquias multipartidárias | Estes são regimes mais competitivos e participativos em toda África, com uma certa estabilidade política e que estão na direção da consolidação da democracia. | Botsuana, Gâmbia, Maurícias, Senegal e Zimbábue. |

Fonte: elaboração própria baseada nas tipologias de transição de Bratton e Walle (1994; 1997).

Os regimes políticos africanos variam nos diferentes níveis do neopatrimonialismo que se variou substancialmente ao longo da formação dos Estados. Esses regimes variam a forma como cada líder personalista monopoliza o poder, criando laços vinculantes para perpetuar-se no poder. A variação desse regime remonta do período pós independência, em que as elites da classe política construíram novos regimes, a maioria inspirado no modelo do Estado-Leninista.

As circunstâncias em que diferentes líderes consolidaram o poder determinam em parte o grau de pluralismo que passou a caracterizar o regime existente. Quando um partido dominante emergiu no início do período de política partidária competitiva na independência, esse partido foi normalmente capaz de integrar, cooptar ou eliminar outros partidos políticos e de instalar um regime civil estável de partido único, pelo menos até o primeiro líder se reformar. Na ausência de um partido dominante, os regimes subsequentes caracterizaram-se pela instabilidade e por uma maior dependência da coerção, nomeadamente através da intervenção militar. (Bratton e Walle, 1994, p. 468)

Como destacado, a construção dos regimes neopatrimoniais tendem a dominar o poder político, instrumentalizando as instituições públicas, coibindo a participação da população neste espaço. Além disso, criando milícias dentro do estado para impedir a emergência do movimento antioligárquico. Nesse quadro, Bratton e Walle ressaltam que as transições verificadas na África

Subsaariana variaram dos níveis “[...] nas quais as relações entre o Estado e a sociedade são moldadas pela autoridade pessoal, pela ausência de direitos de propriedade estáveis e de oportunidades para a acumulação capitalista, e pela fragilidade das associações cívicas e das organizações políticas” (Bratton e Walle, 1994, p. 485).

Esses autores concluem que a transição política na África foi iniciada internamente por meio de revoltas populares ou luta política que “começa como resultado do surgimento de uma nova elite que desperta um grupo social deprimido e anteriormente sem liderança para uma ação conjunta. [Ou seja], liderado por um movimento político de algum grupo dentro do bloco governante para obter apoio de forças externas” (Bratton e Walle, 1997, p. 86).

O’Donnell e Schmitter (1986, p.19), por sua vez, asseveram que não existe transição democrática “cujo início não seja a consequência direta ou indireta de divisões importantes dentro do próprio regime autoritário, principalmente ao longo da clivagem flutuante entre a linha dura e a linha suave.” Isso pode ocorrer ou através da elite conservadora, altos comandos de forças armadas, da mobilização popular através da sociedade civil, ou pela pressão política da oposição. O segundo ponto de análise merece atenção, os pactos viabilizam as transições e a institucionalização da democracia formal. Defendem que os pactos têm efeitos imediatos na transição, porque abre a possibilidade da competição eleitoral entre os adversários e alternância de poder, uma vez que, realizando as eleições, existe grande possibilidade para a democracia se consolidar.

Entretanto, os limites dessas teorias se tornam evidentes na transição democrática da Guiné-Bissau, onde não ocorreu nenhum tipo de pacto tanto entre os líderes do regime autoritário como também entre os partidos políticos. Isso chama atenção para dois aspectos na nossa análise: as condições em que a democracia foi estabelecida e a cultura política da sociedade guineense.

O primeiro aspecto dessa análise é que a transição democrática foi uma imposição externa, nesse contexto, os fatores internos foram menos determinantes. A democratização foi influenciada pela pressão externa das principais agências econômicas: Banco Mundial e FMI. Segundo aspecto, a transição política foi declarada pelo líder personalista. Além desses, depois da independência o país adotou o regime monopartidário, que só terminou depois da abertura democrática, em 1991, e com a realização das eleições em 1994. Desde então, não conseguiu chegar à estabilidade política com sucessivos golpes de estado, envolvendo as elites políticas e chefias militares.

Isso vem ao encontro das observações do Huntington (op. cit.), de que nos contextos em que existem regimes monopartidários antes da democracia, a transição pode ser mais difícil do que nos contextos de regime militar. Isso porque o partido único pode renunciar ao monopólio do poder, mas nunca deixa de participar do jogo político, enquanto os militares podem renunciar desse poder após transição, abandonando a arena pública⁷. Ainda, esse autor defende que embora as transições dos regimes monopartidários podem ser difíceis, também são propensas a construir um regime democrático duradouro.

Um outro fator importante ressaltado por Bratton e Walle (1997) que merece a nossa atenção especial tem a ver com a personalização de poder durante os regimes autoritários na África. Os níveis dessa personalização de poder vão determinar diretamente os processos da transição política. Por exemplo: “um líder que permitiu que rivais políticos vivessem livremente dentro do país têm mais probabilidade de chegar a um acordo sobre as regras de transição do que um líder que eliminou ou exilou sistematicamente oponentes.” (Bratton & Walle, 1997, p.101).

Baseando nessa observação feita, pode-se afirmar que a característica personalíssima de poder observada durante o regime autoritário na Guiné-Bissau, constitui como obstáculo para a institucionalização da democracia formal por meio das regras de assinatura de pacto político. Nesse quadro, defendemos que a transição democrática não é um processo político linear que ocorre apenas através da assinatura de pactos políticos para a institucionalização da democracia, isso pode ocorrer por outros meios não institucionais, como é o caso da Guiné-Bissau, onde não ocorreu o pacto formal assinado entre as partes para a institucionalização da democracia.

Esses limites vêm ao encontro das observações de Augel e Meyns (2002), sobre o significado diferente da “transição democrática” na transição da África. Isso porque a maioria dos países transitaram para a democracia liberal, sem levar em conta que o desenvolvimento desse regime está atrelado a certos padrões do desenvolvimento econômico. Na prática o que houve foi uma mudança imposta, que se refletiu na desnacionalização de meios de produção estatal para o fortalecimento da propriedade privada, por novo mercado neoliberal desvinculado dos valores endógenos.

⁷ Podem renunciar, mas o sistema pode estar em constante ameaça para não ocorrer a volta do sistema autoritário.

Analisando as teorias de transição de O'Donnell e Schmitter, observa-se os limites da sua aplicabilidade na Guiné-Bissau, tanto no processo da transição democrática, assim como no desenvolvimento da democracia.

Essas limitações mostram a necessidade de novas proposições teóricas de transição democrática que ampliem os pressupostos teóricos da teoria da transição. Essas limitações podem ser superadas através de estudos de caso e das pesquisas comparativas entre outros casos desviantes das teorias hegemônicas da transição democrática, pesquisas que podem oferecer novos caminhos para a compreensão dos sistemas políticos que fogem do padrão ocidental tradicional.

Chabal e Daloz (1999), por exemplo, chamam de “africanização da política” uma concepção teórica que parte da cultura política africana como ponto de referência para entender a democracia neste contexto. Da mesma forma, o Rudebeck (2000) mostra essa dificuldade em definir o conceito da democracia em algumas comunidades da Guiné-Bissau, onde a tradução desse conceito nas línguas nativas para o português se aproxima mais ao termo “buscar a felicidade”, isto é, um regime que seu objetivo principal é a construção de uma sociedade igualitária em que as pessoas possam viver em liberdade, e, sobretudo, felizes.

4. QUANDO AS REFORMAS INSTITUCIONAIS PRODUZEM OS EFEITOS INESPERADOS: UMA ANÁLISE SOBRE A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA GUINÉ-BISSAU

O território atual conhecido como Guiné-Bissau tem a sua história entrelaçada entre o Império do Mali e o Reino de Kaabu desde o século XII. Desde a sua invasão por colonizadores em meados de 1446, o território foi o palco da disputa entre grandes potências europeias, declarado oficialmente na Conferência de Berlim, em 1885, como colônia portuguesa (Garcia, 2000). Historicamente, o país é composto por mais de trinta grupos étnicos, que apresentam estratificação de poder diferenciada, na forma da organização política, social, econômica e cultural. Em termos da povoação geográfica, existem grupos majoritários: a zona norte do país é dominada por grupos Manjacos, Mancanhas, Papéis e Felupes; na zona sul dominado por Balantas, Beafadas e Nalús; a zona insular dominado por Bijagós; enquanto a zona leste dominada por Mandingas e Fulas.

Alguns grupos étnicos apresentam estratificações de poder mais complexa que outros, influenciando assim a forma como as decisões políticas são tomadas, como é caso dos grupos

islamizados (Mandingas e Fulas)⁸. Nestes grupos observa-se três traços da organização política, entre elas: a fraca estratificação de poder e hierarquização política, baixo nível de centralização do poder e a fraca predominância da elite política (Cardoso, 2012). Nesses grupos, o poder político é gerontocrático, a decisão é exercida por anciões e homens livres. Entre os grupos étnicos com maior descentralização de poder, destacam-se Balantas, Fulepes e Baiotes, designados como sociedades horizontais em que não existem chefes hierárquicos, isto é, sociedades em que o poder de decisão é difuso (Nóbrega, 2003). Dos grupos étnicos com poder centralizado, destaca-se nesta classificação os Papéis, os Manjacos e Mancanhas, nesses grupos o poder de decisão é exercido por Régulos. Suas estruturas subdivididas por regulados, com os Régulos no topo da pirâmide como autoridades máximas da sociedade para exercer o poder, sejam elas políticas, religiosas e jurídicas. Encontra-se também os Bijagós, o grupo com característica da sociedade matrilinear onde o poder decisão é centralizado na figura da mulher.

Entre os principais fatores de conflitos étnicos, destaca-se disputa do território entre os grupos étnicos e a ocupação ilegal das terras entre camponeses. Essas disputas são importantes para obter as vantagens agrícolas e acúmulo de bens, que são convertidas em capital econômico para obter as vantagens políticas. Essas conquistas foram determinantes na formação da elite política moderna, com a característica especial da configuração de sociedades tradicionais estruturada culturalmente nos valores dos grupos étnicos, mas também do processo social da miscigenação de culturas entre os povos nativos e portugueses (Cardoso, 2004). De acordo com esse autor, a formação da elite política na Guiné-Bissau passou por continuidades e rupturas ao longo da construção do Estado moderno.

Na sociedade guineense, sobretudo nas zonas rurais, os poderes tradicionais possuem uma grande influência política e jurídica nas comunidades, agregando sistema de poder popular que, na maioria das situações, são mais eficientes na resolução dos problemas do que a própria estrutura administrativa do estado. Entre esses poderes, destaca-se as autoridades tradicionais de justiça como: os Régulos, Conselhos de Anciãos, Chefes de Tabancas, Comitês de Tabanca, Padres, Almamis e Balobas.

⁸ Segundo a história, Fulas e Mandingas foram dois grandes grupos que durante séculos disputaram os territórios entre si, como também “[...] modificaram radicalmente o panorama político na região. Entre estes dois, aquele que maior influência exerceu sobre os restantes foram os mandingas, a ponto de muitos estudiosos falarem do fenómeno de mandinguização para resumir esta forte influência cultural e política, que foi extensiva a uma parte considerável da região, abarcando muitas etnias que pagavam tributo ao reino mandinga de Kaabu” (Cardoso, 2012, p.11).

Essas autoridades desempenham papel crucial nas comunidades, não só nas mediações e resoluções dos conflitos através do seu método informal, como também advogam em nome da comunidade perante atores externos, como é o caso do Estado e outras instituições externas. Historicamente, esses poderes são considerados como instituições dotadas de valores culturais e capacidades harmônicas de resolução de conflitos, atuando na perspectiva de manter laços sociais da comunidade e evitando com que os conflitos sociais se transformem em atos de violência. Nesse contexto, sistemas de justiça tradicionais são vistos como instituições de justiça alternativa cuja atuação é crucial na construção do regime democrático, que expressa aspirações e ensinamentos fora do aspecto formal do poder judiciário moderno. Além disso, esse poder tem sido um recurso importante para reconstruir as relações sociopolíticas que foram impostas pela justiça colonial, cujo fundamento da justiça já provou sua ineficácia na resolução dos conflitos no país (Quade, 2021).

A formação do Estado como uma organização politicamente estruturada que se expressa na coerção e centralização do poder, tem marcado os primeiros dilemas e conflitos entre o poder colonial e as sociedades africanas em geral, não somente no caso da Guiné-Bissau.

Esses conflitos resultaram na emergência dos movimentos de resistência colonial, formados em sua maioria por comunidades étnicas. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, surgiram os primeiros movimentos afro-diaspóricos liderados por estudantes que forjaram a revolução histórica da Luta Armada. Esses líderes seguiram caminhos idênticos de intelectuais afro-americanos do Movimento Negritude, emergidos nos Estados Unidos de América, no século XIX, que lutavam contra todas as formas da discriminação racial. Nessa luta destaca-se as abordagens culturalistas e políticas dos autores como: Henry Silvester Williams, William Edward Burghardt, W.E.B. Du Bois, Booker Taliaferro Washington, Edward Wilmot Blyden e Marcus Garvey.

No que refere ao combate ao colonialismo, o panafricanismo surgiu enquanto movimento afro-diaspórico cultural e ideológico de contestação da opressão racial em busca da igualdade racial entre os negros e os brancos. Nos anos 1950, o movimento se transformou no projeto da libertação e integração da África no cenário mundial, marcado por protestos em reivindicação da independência, tanto nas ruas quanto no âmbito acadêmico, nas publicações dos artigos, destacando os impactos do colonialismo no desenvolvimento da África (Paim, 2016). No centro desse debate, os intelectuais têm se preocupado com a cultura política africana, levando em consideração as pautas identitárias, projeto político e econômico, visando a criação dos “Estados Unidos da África” (Adi, 2020). Essas reflexões fortaleceram a luta anticolonial e

os processos da independência no século XX, possibilitando o surgimento de vários grupos de contestação na diáspora e no continente.

No entanto, apesar da conquista da independência nacional, os países africanos não só herdaram fronteiras impostas pelo sistema colonial como também novas instituições políticas e o modelo do desenvolvimento ocidental. O confronto entre instituições modernas e tradicionais vem gerando cada vez mais conflitos étnicos, crises de liderança e golpes de Estado na região (Paim, 2016; Adi, 2020). De acordo com Paim (2016), os líderes africanos panafricanistas ao conquistar a independência dos seus respectivos países dividiram-se em dois grupos, com objetivos diferentes. Um grupo que foi formado por dirigentes que mantiveram a fidelidade às instituições coloniais: “Muitos desses líderes tiveram seu poder e sua influência consolidados sobre o estímulo de antigos ódios tribalistas nos estratos mais retrógrados de seus respectivos países [...] perpetuaram-se no poder estabelecendo ditaduras de partido único” (PAIM, 2016, p.226). Um outro grupo foi constituído por dirigentes mais radicais, que defendiam a independência total da África e a sua desvinculação com a metrópole. Esses grupos foram geralmente depostos ou assassinados, substituídos por líderes do primeiro grupo servindo os interesses da metrópole (Paim, 2016). Como por exemplo, assassinato de Tomas Sankara, Amílcar Cabral, Kwane Nkrumah e entre outros figuras importantes.

Na metade do século XX, na Guiné-Bissau, surgiu o Movimento Revolucionário de Libertação Nacional coordenado pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), destacado como um dos movimentos mais importantes na descolonização da África, pelo seu papel desempenhado na luta de libertação de dois países: Guiné-Bissau e Cabo Verde⁹.

Na construção do projeto político do PAIGC, foram criados os espaços de representação e concertação política de mulheres e jovens, como é o caso da União Democrática das Mulheres (UDEMU) e a Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC). Através dessas estruturas, foi possível a realização do protesto em 03 de agosto de 1959, designado como “Massacre de Pindjiguiti”. O protesto, que marcou o início do movimento revolucionário na Guiné-Bissau, gerou repercussão internacional devido à violação dos direitos humanos pelo regime colonial.

⁹ Durante esse período foi criada as Forças Armada Revolucionário do Povo (FARP) como primeira instituição do Estado para defender a soberania nacional, em seguida foi criada Assembleia Nacional Popular (ANP), como segunda instituição importante para deliberar, tomar as decisões sobre a luta armada e criação do projeto que visa independência da Guiné-Bissau.

Na sequência deste acontecimento, o movimento revolucionário ganhou força, recebendo os apoios dos poderes tradicionais, classe camponesa e apoios internacionais, que resultaram no início da Luta Armada em 1963 até 1973, desembocando na proclamação unilateral da independência (Jao, 1996). A conquista irreversível da soberania e território, impulsionou o Estado português a reconhecer a independência em 1974.

Todavia, posteriormente com a sua consolidação do fim da influência colonialista direta no país, começaram a emergir novos grupos de oposição política, que se tornaram a futura classe política guineense (Lopes, 1982; Cardoso, 1995). Sendo que nesse período, ao proclamar a independência do país, o PAIGC assumiu sistematicamente administração do Estado, implantando um regime autoritário, cujas ações principais eram baseadas nas arbitrariedades, políticas de repressão, violência e condenação dos indivíduos que outrora estavam à serviço do regime colonial. Além das suas políticas de agressividade, adotou o modelo do autoritarismo burocrático, nomeando os militares nos aparelhos-chave do estado, afastando qualquer tipo de protesto que pudesse questionar a legitimidade do governo, impedindo a emergência de qualquer oposição política (Semedo, 2009).

Doravante, a vitória do exército guineense sobre as tropas do regime colonial português, possibilitaram também que outros países africanos se libertassem da dominação colonial como, por exemplo, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Entretanto, apesar dessa conquista histórica, o país seguiu em direção incerta no período pós-independência, com vários problemas estruturais e crises políticas.

O projeto do Estado Binacional construído com o Estado de Cabo Verde, desde 1956, fracassou no período pós-colonial, por contradições e divergências entre os dois povos, levando assim a destituição do ex-Presidente da República (Luís Cabral), o luso-caboverdiano, em 1980 (Semedo, 2009). Esse acontecimento foi designado como Movimento Reajustador, isto é, o movimento que surgiu com o objetivo de remover os cabo-verdianos dos aparelhos do estado, e reajustar a burocracia administrativa, de acordo com ensinamentos do Cabral. Essa ruptura não só tem fragilizado a administração pública guineense, como também levou o país à profunda crise econômica e institucional, cujo agravamento influenciou a transição democrática (Nóbrega, 2003). Nesse período, o poder foi personalizado, com um sistema de autoritarismo combinando liberalismo e populismo, onde quem ganha as eleições acaba monopolizando o Estado. Isso gerou fortes efeitos que vem provocando instabilidades e entraves à consolidação da democracia.

No âmbito do reajustamento, destaca atuação da classe intelectual como fundamental, através das publicações de obras importantes sobre a transição política para o desenvolvimento do país. A esse respeito, pode-se destacar o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), através da sua Revista de Estudos Guineenses – *Soronda*, que tem desempenhado um papel relevante para estudar os desafios e obstáculos emergentes da sociedade guineense. No período da democratização, a revista tem sido fundamental na elaboração dos planos estratégicos através da sua editoria, publicando livros, artigos e relatórios apontando as falhas da transição política, propondo as soluções alternativas para construção do estado democrático (Sané, 2009).

Entre diferentes alternativas que foram propostas por autores desta revista, esses têm destacado como fatores da instabilidade política: relação histórica entre PAIGC e as Forças Armadas, o problema geracional entre os dirigentes *Burmedjos-wak e Pretus-nock*¹⁰ e a predominância do sistema monopartidário (Viegas & Koudawo, 2000). Para Cardoso (2012), a transição mal-conduzida do movimento revolucionário ao estado constitui um dos principais entraves do desenvolvimento político na pós-independência.

[...] tal como foi analisada por Amílcar Cabral, a camada que assumiu esta missão histórica foi uma facção da pequena burguesia, que não só era consciente dos seus interesses e da sua situação, como também foi capaz de organizar a luta. Esta mesma camada que emergiu ainda na época colonial revelou-se à altura de dirigir o processo político de descolonização, mas foi incapaz de conduzir o país ao desenvolvimento social e económico, ao mesmo tempo em que continua a não dar provas de capacidade para se democratizar e democratizar o país. (Cardoso, 2012, p.07)

Cardoso (1996), por exemplo, aponta o regime colonial como uma experiência negativa na formação da elite política. Ele considera que, ao conquistar a independência, instituiu-se um sistema autoritário dominado pela classe política e o empresariado, que se enriqueceu à custa do Estado, mantendo o sistema político carcerário, transformando as instituições públicas em reféns da propriedade privada.

No seu estudo comparativo entre a Guiné-Bissau e o Cabo Verde, Koudawo (2001) defende que a transição democrática na Guiné-Bissau ocorreu em duas etapas: a primeira etapa decorreu na sequência da revogação do artigo 4 da Constituição de 1984, em 1991; resultando na criação da Comissão Multipartidária da Transição (CMT), em 1992; a criação de Comissão Nacional das Eleições (CNE), em 1993; finalizado com a realização das primeiras eleições gerais em 1994. A segunda etapa da transição, segundo ele, teria ocorrido em 1999, depois do

¹⁰ Os *Burmedjos e Pretu-nok* são dois grupos antagônicos dentro do PAIGC. Segundo Viegas e Koudawo, os *Burmedjus* são pessoas mestiças de pele clara, descendentes cabo-verdianos e portugueses. Já o *Pretu-nok* são grupos de pele escura nativos da Guiné-Bissau.

conflito político-militar entre o ex-Presidente da República (General João Bernardo Vieira) e o General de Forças Armadas (Ansumane Mané).

Na sua análise bibliográfica, Fernandes (1993), aponta a configuração histórica do PAIGC como um dos principais obstáculos na construção do Estado e estabilidade política na Guiné-Bissau. Aponta a divisão desse partido em duas direções políticas: a direção intelectual e a direção militar, como configuração primordial no destino da Guiné-Bissau e do Cabo Verde no período pós-colonial. A direção intelectual formada majoritariamente por “cidadãos assimilados” de origem caboverdiano, com nível da formação superior universitária, *versus* direção militar formada por “cidadãos não assimilados”, que a maioria eram guineenses, que não tinham qualquer formação acadêmica.

Para Augel e Meyns (2002), um dos problemas da transição democrática na Guiné-Bissau, foi a ausência da oposição política ao PAIGC durante ao regime autoritário, diferente do que aconteceu em Angola na disputa entre o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA); e no Estado de Moçambique com a disputa entre Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).

Do período da independência até a transição, a Guiné-Bissau foi governada pelo regime do PAIGC, que era uma organização política em representação dos cidadãos guineenses. O país aderiu ao regime democrático em 1991, numa altura em que a democracia era uma regra em nível internacional e condição para receber os apoios internacionais, com mais da metade dos países africanos transitando para a democracia. Nos países onde ocorreu a transição, apenas meia dúzia deles sobreviveram na primeira década depois da transição, o resto caiu na incerteza e profundas crises políticas (Bratton & Walle, 1997).

Em alguns países que se democratizaram, desde a abertura democrática não houve alternância de poder, o cenário político continua sendo dominado pelo sistema do partido único, como é o caso de Angola, Moçambique e outros países. Os problemas estes que tem condicionado os conflitos políticos e guerras civis entre o governo incumbente e a oposição política, por um lado, o governo usando instituições do estado para manter os privilégios das elites, por outro, uma oposição emergente que não consegue derrubar o regime autoritário.

Partindo dos problemas destacados, serão analisadas em seguida as principais reformas institucionais na transição democrática, as relações de partidos políticos nas eleições, e a forma

como isso tem afetado a estabilidade democrática e participação da sociedade civil nos espaços da tomada das decisões políticas.

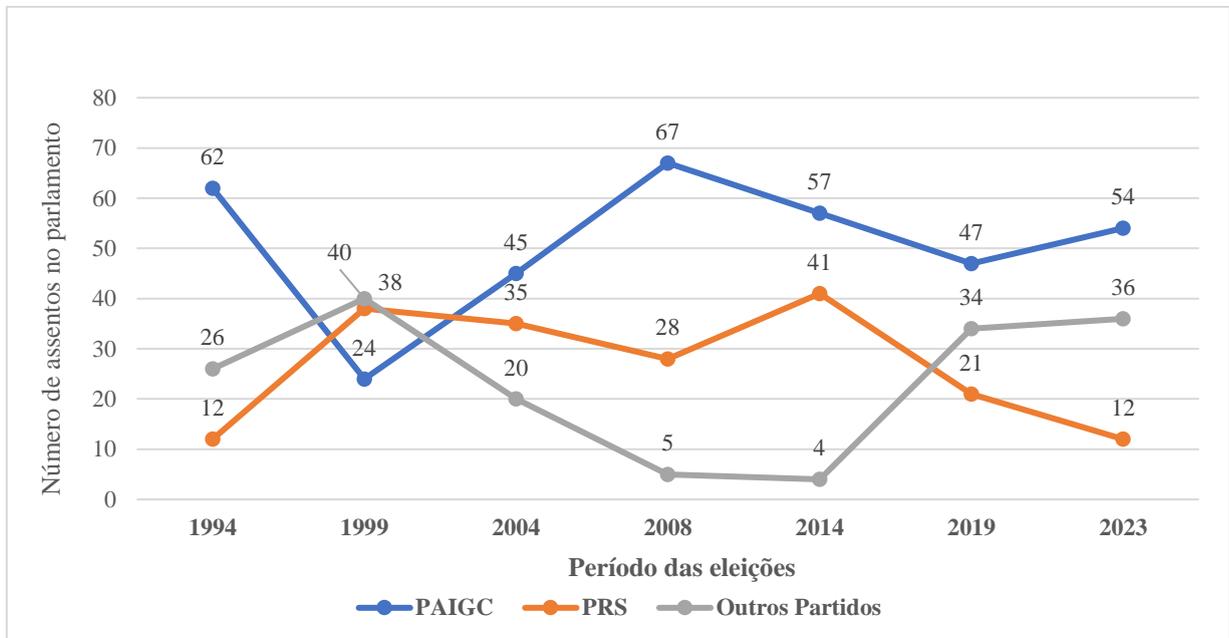
Para Baquero e Gonzales (2011), esse tipo de análise requer análise da constância das eleições periódicas e a sua importância para o desenvolvimento futuro do regime democrático, levando em consideração a socialização e a cultura de participação. Pontuando as observações desses autores, consideramos que apesar da constância da realização das eleições periódicas na democracia da Guiné-Bissau, elas produzem os resultados inesperados, no qual definimos a democratização como conjunto de ações sociais, políticas e mecanismos de resolver os conflitos entre os grupos divergentes, com a participação desses grupos nos espaços da tomada de decisões.

4.1. A frágil institucionalização da democracia na Guiné-Bissau

Na Guiné-Bissau, as eleições periódicas têm significado importante para a competição e alternância de poder, pois nesse período os partidos entram em disputa e confrontos para vencer as eleições e controlar o estado. Apesar da sua importância para a manutenção do sistema democrático, os seus resultados são obscuros, o que se traduz em instabilidades políticas. Entre os principais fatores da instabilidade política, primeiro, destacamos que apesar da quantidade de partidos que concorrem às eleições, o cenário tem sido predominado por dois partidos políticos: PAIGC e Partido da Renovação Social (PRS). No quadro da estabilidade política institucional, destaca-se também a atuação das Forças Armadas como condição indispensável para a estabilidade. No âmbito da relação do Estado com a sociedade civil, destaca-se a predominância dos traços do autoritarismo como um dos fatores da fraca participação da sociedade civil na governação.

Nos gráficos (figuras 4 e 5), destacamos as eleições gerais (presidenciais e legislativas) realizadas desde 1994 até últimas eleições 2023, usando os dados da Comissão Nacional das Eleições, a instituição responsável pela realização das eleições, semelhante ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do Brasil, (1994; 1999; 2004; 2005; 2008; 2009; 2014; 2019; 2023). Com base nos dados coletados desta instituição, destacamos as eleições como instrumento importante na democracia guineense, mas ainda longe do esperado.

Figura 4: Resultado de Eleições Legislativas na Guiné-Bissau, cadeiras parlamentares (1994-2023)



Fonte: elaboração própria com base nos dados da CNE¹¹.

A transição política iniciada em 1990 até 1994, simboliza o início da democratização na Guiné-Bissau, no qual foi estabelecido sistema do governo semipresidencialismo, inspirado na constituição portuguesa, em que o presidente da república e o governo são eleitos paralelamente, o presidente através do sistema de voto livre e universal, enquanto o governo através do sistema de votos proporcional nos partidos políticos, por círculos eleitorais, 29 círculos: 27 círculos no território nacional e 02 na diáspora (África e Europa). São esses votos que compõem as cadeiras dos partidos políticos na Assembleia Nacional Popular (ANP) em cada legislatura, sendo que a legislatura tem a duração de quatro anos e o mandato do Presidente da República cinco anos. O Partido ou coligação partidária vencedora das eleições, que obtém maior número absoluto de representação, são convocados para formar governo que é chefiado pelo Primeiro-Ministro, que é empossado pelo Presidente.

Como o gráfico (figura 4) evidencia, desde as eleições legislativas de 1994, o parlamento é disputado por PAIGC e PRS. No entanto, dominado pelo PAIGC, que desde as

¹¹ Nesse gráfico como podem ver, há Legislaturas que foram eleitos apenas 100 deputados e outros 102, isso se deve por uma explicação, nos círculos eleitorais do território nacional são eleitos no total de 100 deputados e nos círculos eleitorais da diáspora (Europa e África) são eleitos 02 deputados, acontece que houve períodos que as eleições não ocorreram na diáspora por falta dos meios e recursos financeiros, neste quadro a Assembleia Nacional Popular (ANP) contou apenas com 100 deputados, isso ocorreu nas Eleições Legislativas de 1994, 2004 e 2008.

eleições de 1994, elegeu maior número de deputados, com exceção as eleições gerais de 1999, em que o PRS venceu as eleições, junto com outros partidos da oposição ao PAIGC, assinando o acordo da incidência parlamentar. Essa mudança foi considerada como período de *Balantização* do poder na Guiné-Bissau, em que o PRS ao ganhar as eleições nomeou em vários ministérios e altos funções de Forças Armadas, as pessoas pertencentes ao grupo étnico Balanta, que durante história nunca haviam exercido altos funções no aparelho do estado, desencadeando assim a formação de uma nova elite política e a elite militar (Nóbrega, 2015).

No entanto, apesar do domínio político dos dois grandes partidos no cenário político, quatro períodos chamam atenção no gráfico (1994, 1999, 2019, 2023). Nas eleições legislativas de 1994/1999, o cenário político segue uma linha oposta da tendência subsequente das eleições, nas eleições de 1994, a segunda força política no parlamento tem sido o partido da Resistência da Guiné-Bissau (RGB), conquistando 19 assentos, superior ao número dos deputados do PRS, a mesma tendência nas eleições de 1999, o partido conquistou 29 assentos, permanecendo como segunda força no parlamento, conquistando o número superior aos deputados do PAIGC.

Diferente do que se verificou nas eleições de 1994 e 1999, nas eleições seguintes, a disputa eleitoral ficou entre o PAIGC e o PRS, o RGB que nas eleições anteriores era segunda força política, perdeu seus eleitores, o partido não tem conseguido manter a sua força política. Um dos fatores do fracasso do RGB, foram as batalhas internas entre seus principais líderes (Nóbrega, 2015).

O cenário equivalente à análise, ocorreu nas eleições de 2019/2023, onde o Movimento para Alternância Democrática (Madem-G15), o partido que foi criado por ex-dirigentes do PAIGC, ocupou a posição da segunda força política no parlamento. Um aspecto interessante que merece atenção: na formação de partidos políticos após abertura democrática, a maioria dos partidos políticos guineenses foram criados por ex-dirigentes dissidentes PAIGC, isso acaba fazendo esses partidos terem o mesmo projeto político ideológico do PAIGC, o que deixa os eleitores guineenses sem ter boas alternativas, por consequência votam no PAIGC.

O que para nós é uma mera continuidade da conspiração do monopartidarismo na sua forma mais modernizada, a da formação dos partidos políticos numa democracia, sem base numa ideologia política categoricamente oposta às ideologias do regime anterior. Desse modo, estaríamos falando de uma democracia que se enquadra em termos prático na falácia eleitoreira, em que as eleições constituem como uma única condição da existência da democracia (Linz e Stepan, 1996) - ou, nos termos de Bratton e Walle (1994), que se enquadra como o “sistema

plebiscitário de partido único”, que facilita a combinação de participação política, liberalismo político, a competição eleitoral e o autoritarismo sistêmico. Ou nos termos de Levitsky e Way (2010), o “autoritarismo competitivo”, onde existem formalmente as instituições democráticas de competição eleitoral e de participação política, entretanto, esses são manipulados a favor de um líder ou um partido político que dominam estado, deixando em desvantagem seus oponentes na disputa de poder, ou seja, é um tipo de regime híbrido, que visa a combinação da democracia e o autoritarismo, onde existe uma concorrência desigual ou injusta entre as partes envolvidos no jogo político.

O gráfico (figura 4), também mostra que apesar de mudanças e rupturas ocorridas ao longo do período da democratização, os eleitores guineenses continuam preferindo o PAIGC e PRS em relação a outros partidos políticos. Essa é uma questão instigante, pois podemos questionar que estratégias esses partidos dominantes usam nos períodos eleitorais para conquistar a confiança da maioria dos eleitores, já que o país sempre viveu frequentes instabilidades políticas, inclusive outrora considerado como um dos países mais pobres e corruptos do mundo (Teixeira 2015; Nóbrega, 2015)¹².

Nesse quadro, destacamos que as eleições na Guiné-Bissau apresentam variedades de padrões e mudanças, no entanto, elas não se traduzem na estabilidade democrática. Das eleições legislativas realizadas desde o começo da democratização, nenhum partido vencedor nas eleições tem conseguido terminar o seu mandato na governação, todos os que venceram as eleições e chegaram ao poder foram derrubados ou pelo Presidente da República ou por um golpe militar.

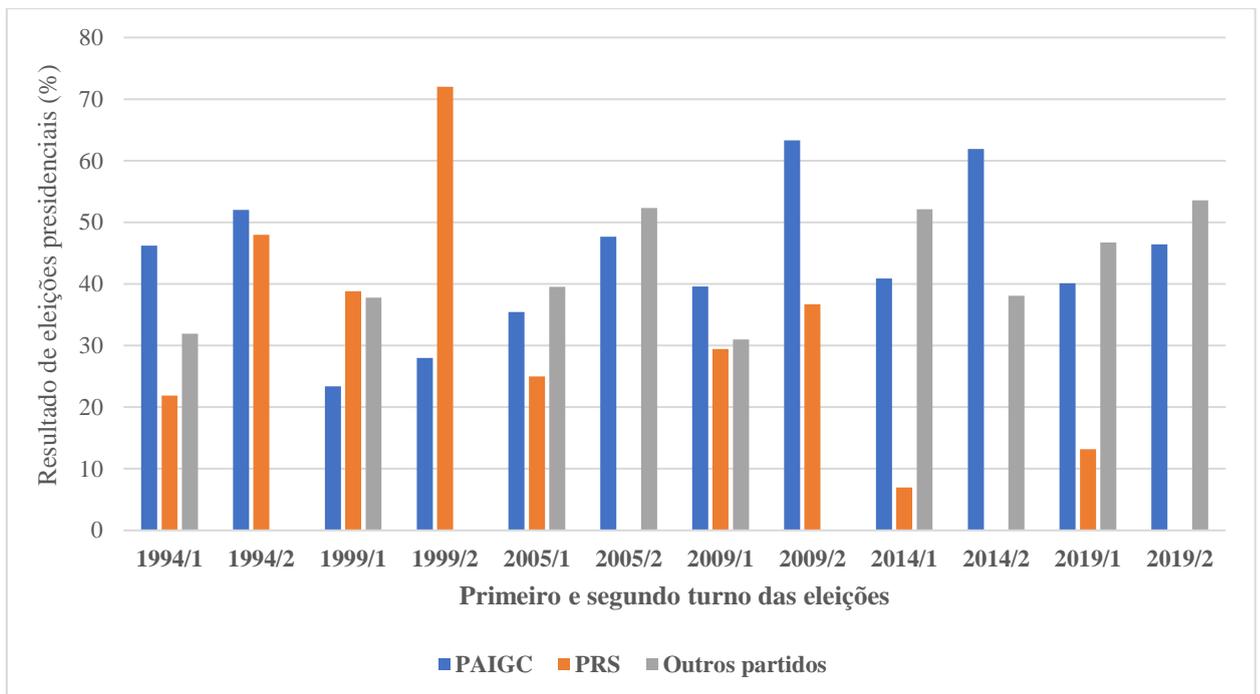
Entre os principais geradores de problemas da instabilidade democrática destaca-se a própria Constituição, pois, embora tenha definido independência e interdependência entre o Presidente da República, Assembleia e Governo, também atribui ao Presidente poderes extraordinários que implica em instabilidade do sistema político, que adiante vou explicar. Além disso, a falta de recursos do governo para atender os interesses dos militares geram crises que podem derrubar os governos¹³.

¹² Ademais, é possível questionar: essas eleições são transparentes, livres e justas? Todos os partidos usam do mesmo recurso para disputar eleições ao pé da igualdade?

¹³ “Se o governo democraticamente eleito tivesse sido capaz de pagar os salários e pensões dos soldados, uma grande parte do problema relativo à intervenção militar na política guineense poderia ter sido resolvida facilmente” (Rudebeck, 2001, p.103).

O mesmo argumento foi ressaltado por Dumas Teixeira (2007), quando esse autor afirma que a estabilidade política da democracia guineense depende de uma relação mútua entre os militares e os civis, isto é, uma “lógica é simples: os militares podem fazer tudo que eles acham conveniente aos seus interesses e manutenção de status quo da classe castrense desde que não derrube o governo civil. E, o governo civil, por seu lado, pode governar desde que não procure estabelecer o controle civil democrático sobre militares” (2007, p.02). Nóbrega (2015), considera essa relação como um fenômeno que está fortemente ligado ao processo histórico da relação entre as elites políticas e as Forças Armadas. Os problemas semelhantes também são verificados nas eleições presidenciais, como destacamos em diante.

Figura 5: Resultado de Eleições Presidenciais na Guiné-Bissau, primeiro e segundo turno das eleições (1994-2023)



Fonte: elaboração própria com base nos dados da CNE.

No que refere às eleições presidenciais, as disputas são mais competitivas entre os partidos. Diferente das eleições legislativas, onde apenas os partidos políticos podem concorrer às eleições, nas eleições presidenciais os candidatos independentes concorrem à presidência sem estarem vinculados aos partidos. Como mostra Gráfico 5, apesar das eleições presidenciais serem ligeiramente mais competitivas, no entanto, o predomínio do PAIGC continua intocado.

Como destacamos na análise do gráfico das eleições legislativas, três aspectos principais também chamam atenção no gráfico de eleições presidenciais, nos períodos (2005, 2014 e

2019). Primeiramente, nessas eleições o PRS não teve um bom desempenho, não conseguindo chegar ao segundo turno; ao contrário do PAIGC, que desde a abertura democrática disputou primeira e segunda volta de todas as eleições realizadas. Um outro dado interessante no gráfico é que, desde a abertura democrática, nenhum candidato à presidência tem conseguido ganhar as eleições no primeiro turno, com a maioria absoluta de votos, isto é, a percentagem total de 50% + 1. Outra análise equivalente que podemos fazer do gráfico (figura 5), é a vitória do PRS, em 1999, elegendo pela primeira vez da sua história o presidente da república. Já em 2005, o antigo presidente e ex-dirigente do PAIGC, João Bernardo Vieira disputou as eleições como candidato independente onde acabou se elegendo. Em 2019, o cenário parecido com as eleições de 2005, partido fundado por ex-dirigentes do PAIGC, o Madem-G15, elegendo o presidente. Diferente das eleições legislativas, que nenhum partido conseguiu terminar o seu período da governação. Nas presidenciais, o dado é ligeiramente diferente, dos presidentes eleitos apenas um conseguiu terminar o mandato desde a democratização.

Diante desses dados, a pergunta principal é: quais fatores influenciam a crise política e quais são os vetores da estabilidade democrática?

Essa questão pode ser respondida por meio da análise de três períodos que marcaram a história política do país, a primeira fase, a conquista da independência, conhecida como fase da proclamação da primeira república, no qual o PAIGC foi partido do Estado e, por fim, a fase da transição democrática.

A primeira fase, conhecida também como fase marcada por várias divergências internas no PAIGC, resultou no primeiro golpe de estado no pós-independência. Já na segunda fase, que pode ser designada como emergência do Movimento Reajustador, foi marcada pelo movimento político orquestrado por dirigentes guineenses do PAIGC para expulsar os cabo-verdianos do partido e no domínio do poder do estado, gerando o desfecho do projeto do estado binacional entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. De acordo com Nóbrega (2003, p.231), “o próprio nome escolhido para o golpe, Movimento Reajustador, assim o indicava e tudo se resumia apenas a reajustar o partido desviado à pureza e princípios da linha de Cabral.” A terceira fase, por fim, a fase da transição democrática, influenciada e determinada pela pressão externa do BM e FMI, levando a imposição da democracia como requisito obrigatório para o perdão de dívidas do Estado e o recebimento de apoios internacionais.

Depois da independência, a política e a política económica da Guiné-Bissau giraram essencialmente à volta dos esforços desenvolvidos pelo Estado para sobreviver e crescer como um conjunto de instituições políticas governantes. Os imperativos da autonomia burocrática obrigaram a uma política de despesas estatais centrada

grandemente em assegurar o bem-estar coletivo dos ministérios governamentais e outros órgãos de poder estatal. No entanto, à medida que o período pós-colonial avançava, o Estado guineense viu-se cada vez mais dependente de forças económicas externas precisamente devido à sua priorização da sobrevivência organizativa das suas partes componentes. (Forrest, 1993, p. 93)

Como destacado por diversos autores, inclusive por O'Donnell e Schmitter, as modalidades de transições democráticas são determinantes no resultado da democracia. Isto é, os resultados dos regimes democráticos dependem das condições pelas quais elas foram estabelecidas. Seguindo essa premissa, defendemos a ideia de que a imposição da democracia na Guiné-Bissau, sem um debate e análise sobre as instituições políticas a serem criadas, em nível nacional, geraram efeitos negativos no desenvolvimento da democracia e estabilidade política¹⁴. Sobre isso destacamos especialmente a relação instável entre quatro órgãos da soberania nacional: a Presidência da República, o Governo, a Assembleia Nacional Popular e as Forças Armadas.

O problema semelhante foi identificado no estudo de Lijphart (2012), nos sistemas semipresidencialistas de base parlamentar dos países como a Áustria, Finlândia, Islândia, Irlanda e Portugal, afirmando que, esse sistema produz os indícios de perigos para a democracia. O perigo destacado por esse autor, é que “a eleição popular forneça um chefe de Estado com justificação democraticamente legítima para ultrapassar os limites e assumir a liderança do governo, mudando assim a natureza do sistema parlamentarista” (Lijphart, 2003, p. 161).

Defendemos a ideia de que a Constituição da Guiné-Bissau, ao mesmo tempo que define limites e interdependências entre os poderes, preserva atribuições ao Presidente que podem gerar crises políticas, quedas de Governos e a dissolução da Assembleia Nacional Popular. Apontamos três artigos que sustentam esta nossa tese, conjugados nos capítulos referente aos poderes do Presidente da República e Governo, nestes artigos, a constituição confere ao presidente os seguintes poderes:

Artigo 68º

- a) Representar o Estado Guineense;
- b) Defender a Constituição da República;
- c) Dirigir mensagem à Nação e à Assembleia Nacional;
- d) Convocar extraordinariamente a Assembleia Nacional Popular sempre que razões imperiosas de interesse público o justifiquem;
- e) Ratificar os tratados internacionais;
- f) Fixar a data das eleições do Presidente da República, dos deputados à Assembleia Nacional Popular e dos titulares dos órgãos de poder local, nos termos da lei;

¹⁴ Da mesma forma, o Rudebeck, afirma que o regime democrático foi introduzido na Guiné-Bissau, de cima para baixo, “sem que a sociedade de uma maneira geral, se caracterizasse pela soberania popular e pela autonomia dos cidadãos. Por isso que a democracia não criou raízes profundas” (2001, p. 95)

- g) Nomear e exonerar o Primeiro-Ministro, tendo em conta os resultados eleitorais e ouvidas as forças políticas representadas na Assembleia Nacional Popular;
- h) Empossar o Primeiro-Ministro;
- i) Nomear e exonerar os restantes membros do Governo, sob proposta do Primeiro-Ministro, e dar-lhes posse;
- j) Criar e extinguir ministérios e secretarias de Estado, sob proposta do Primeiro-Ministro; Presidir o Conselho de Estado;
- k) Presidir o Conselho de Ministros, quando entender;
- l) Empossar os juízes do Supremo Tribunal de Justiça;
- m) Nomear e exonerar, sob proposta do Governo, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas;
- n) Nomear e exonerar, ouvido o governo, o Procurador-Geral da República;
- o) Nomear e exonerar os Embaixadores, ouvido o Governo;
- p) Acreditar os embaixadores Estrangeiros;
- q) Promulgar as leis, os decretos-lei e os decretos;
- r) Indultar e comutar penas;
- s) Declarar a guerra e fazer a paz, nos termos do artigo 85º, nº 1, alínea a), da Constituição;
- t) Declarar o estado de sítio e de emergência, nos termos do artigo 85º, nº 1, alínea i), da Constituição;
- u) Conceder títulos honoríficos e condecorações do Estado;
- v) Exercer as demais funções que lhe forem atribuídas pela Constituição e pela lei.

Artigo 69º

- a) Dissolver a Assembleia Nacional Popular, em caso de grave crise política, ouvidos o Presidente da Assembleia Nacional Popular e os partidos políticos nela representados e observados os limites impostos pela Constituição;
- b) Demitir o Governo, nos termos do nº 2 do artigo 104º da Constituição;

Artigo 104º

- 2 O Presidente da República pode demitir o Governo em caso de grave crise política que ponha em causa o normal funcionamento das instituições da República, ouvidos o Conselho de Estado e os partidos políticos com assento parlamentar. (ANP, 1996, p. 18;19;26)

Além disso, destacamos que as reformas institucionais na transição democrática não conseguiram representar mudanças importantes para a estabilidade democrática. A instabilidade do regime é condicionada pelo excesso de poderes que são atribuídos ao presidente e as incertezas que tais poderes geram no sistema político, e isso tem gerado a relação instável entre a classe política e as Forças Armadas. O artigo 104º, é o artigo principal para entender o cenário da instabilidade política da democracia, esse artigo abre a margem de interpretações de forma subjetiva. Suma (2023, p.48), defende que a “própria Constituição não deixa claro em que circunstância a crise pode ser considerada grave, visto que temos experimentado casos em que o presidente derruba governo sem que houvesse real crise, vide o caso notável de governo liderado por Domingos Simões Pereira em 2014, derrubado por um decreto do então presidente José Mário Vaz”.

Essa mesma questão foi observada pelo M’Bundé (2017), afirmando que as ambiguidades da Constituição constituem vetor determinante das crises políticas e entraves para consolidação da democracia. Para o Nóbrega (op. cit.), o problema da instabilidade política não

reside nas instituições políticas adotadas, mas na cultura política da sociedade guineense de personalização do poder que está fortemente ligado aos poderes tradicionais¹⁵.

Rudebeck (2001), subscreve a tese de que existe uma relação histórica intrínseca da elite política e das forças armadas na Guiné-Bissau, que ao longo da formação do Estado têm andado de braços cruzados e na mesma direção. A estabilidade da democracia nesse contexto depende da condição das relações entre os militares com a classe política, isso é o fator crucial para a estabilidade democrática. Esse argumento foi desenvolvido no trabalho de Bijagó (2017), que assevera que apesar das interferências dos militares nos assuntos políticos e golpes do estado, nunca estes assumiram a presidência da república depois de darem golpe, com a exceção ao golpe de estado de 1980, que concedia no período monopartidário. Ou seja, desde o início da democratização, sempre que ocorria os golpes do estado, o poder político sempre foi devolvido para os civis, uma realidade que é totalmente contrária aos golpes nos outros países africanos, que depois dos golpes são militares que assumem presidência da república, como tem ocorrido nos últimos anos em Níger, Burkina Faso, Guiné, Mali, Chade, Sudão, Gabão e outros países.

Nesse contexto, um aspecto especial dos golpes de estado na Guiné-Bissau, é que são de caráter político-militar, o que faz com que os políticos envolvidos assumam os poderes chaves ao invés dos militares. Com isso, “os militares garantem as suas graduações de patentes, altos salários e os privilégios de quem está no poder, e os políticos irmanados, por sua vez, garantem os seus privilégios até que ocorra um novo golpe.” (Bijagó, 2017, p. 241).

Além das ambiguidades da Constituição sobre as competências do Presidente da República em relação ao poder Executivo e ANP, também existe uma imprecisão nos artigos 20º e 21º sobre as condições que as forças armadas podem defender a legalidade democrática quando ocorre a grave crise política ou ameaça ao regime democrático, estes artigos subscrevem o seguinte:

Artigo 20º

1. As Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), instrumento de libertação nacional ao serviço do povo, são a instituição primordial de defesa da Nação. Incumbe-lhes defender a independência, a soberania e a integridade territorial e colaborar estreitamente com os serviços nacionais e específicos na garantia e manutenção da segurança interna e da ordem pública.
2. É dever cívico e de honra dos membros das FARP participar ativamente nas tarefas da reconstrução nacional.

¹⁵ Para esse autor, “a luta decorre em múltiplas instâncias. Joga-se na presidência, no governo, no parlamento, nos quartéis, nos tribunais, na própria sociedade civil e ainda numa outra que não é deste mundo e cuja influência não se menospreza porque é respeitada a sua acção. A cosmologia africana contempla um mundo povoado por entidades sobrenaturais (na Guiné conhecidas por irãs) e pelos espíritos dos antepassados, em que os vivos constituem uma minoria perante a imensidão de mortos que os observam” (Nóbrega, 2015, p.143).

3. As FARP obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei.
4. As FARP são apatidárias e os seus elementos, no ativo, não podem exercer qualquer atividade política.

Artigo 21º

1. As forças de segurança têm por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos e são apatidárias, não podendo os seus elementos, no ativo, exercer qualquer atividade política.
2. As medidas de polícia são só as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário.
3. A prevenção dos crimes, incluindo a dos crimes contra a segurança do Estado, só se pode fazer com observância das regras previstas na lei e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. (ANP, 1996, p. 07-08).

Os artigos constitucionais em questão podem ser interpretados de várias maneiras, isso devido às ambiguidades do termo “crise”, que carrega o significado demasiadamente genérico, mas, tendo como parâmetro o contexto guineense, que poderia ser interpretado a partir de duas perspectivas: a crise do governo e a crise do regime.

A primeira crise, pode ser caracterizada como uma instabilidade política envolvendo diferentes grupos que podem impossibilitar o normal funcionamento das instituições públicas, inibindo altos funcionários do estado a desempenhar suas funções qual foram eleitos, incluindo o presidente da república e o primeiro-ministro, que prematuramente estão em risco de serem obrigados a abandonar os cargos, nesse quadro, a ordem pode ser restabelecida pelas Forças Armadas. A segunda condição da crise, é o tipo da crise que pode ser caracterizado por generalidades de conflitos entre as facções na tentativa de dominar o sistema político, que pode levar à expulsão dos grupos derrotados fora do sistema, isto é, o presidente e o primeiro-ministro, proibidos de exercer suas funções. Seguindo a mesma lógica da primeira, as Forças Armadas devem simplesmente devolver o poder aos civis.

Como já assinalamos, desde a democratização - depois dos golpes do estado -, os militares nunca assumiram a presidência da república: os militares se mobilizam, derrubam o governo, mas na sequência fazem a questão de devolver o poder para os civis que, em seguida, formam um governo da transição que se responsabiliza pela realização de novas eleições.

Em termos constitucionais, esses procedimentos sempre foram preservados. No entanto, a atuação dos militares nos golpes de estado entra em contradição com os artigos 20º e 21º, que impedem os militares de subverter a ordem quando não exista qualquer ameaça à democracia.

Sobre o tema, Cordeiro (2009) e Djaló (2020) avaliam que os militares promovem golpes de estado sempre e quando seus privilégios e regalias estão ameaçados. Para defender seus privilégios derrubaram os governos eleitos democraticamente – todo o contrário do que se pode ler nos artigos 20º e 21º da Constituição. No seu entendimento, Ossagô (2010), aponta que

a interferência das Forças Armadas na democracia guineense é influenciada pela sua estrutura burocrática de organização hierárquica, um modelo que se resume em oito pontos principais: forma de recrutamento; a efetividade em defender princípios ilegais; predominância de alguns grupos étnicos nas Forças Armadas; baixo nível do profissionalismo e preparação técnica; as origens dos problemas entre quadros oficiais; os critérios obscuros de promoção e nomeação de chefias militares; a luta pelo poder através de violência política e coerção social; e por último, o fator de vencimento do exército que não condizem com a realidade social do país.

Conjuntamente esses problemas, podemos considerar como fatores determinantes para as intervenções dos militares na política. Destacamos, no quadro seguinte, como essa relação se expressa no cenário político desde 1973 até 2019, com apenas um presidente eleito (José Mário Vaz), conseguindo terminar mandato de cinco anos (2014-2019).

Quadro 4: Transições Políticas, Eleições e Golpes de Estado (1973-2019)

| Períodos | Acontecimentos políticos | Presidentes da República | Períodos e mandatos | Partidos e interrupções |
|-----------------|---|--|----------------------------|--------------------------------|
| 1973 | Proclamação da Independência | Luís Cabral | 1973 – 1980 | PAIGC (Partido Único) |
| 1980 | Golpe de estado militar | João Bernardo Vieira | 1980 – 1994 | PAIGC (Partido Único) |
| 1990/1994 | Transição democrática | João Bernardo Vieira | 1990 – 1994 | PAIGC |
| 1994 | Realizações das primeiras eleições democráticas | João Bernardo Vieira (Eleito) | 1994 – 1999 | PAIGC |
| 1998/1999 | Golpe do estado militar (Guerra civil) | Malam Bacai Sanhá (presidente interino) | 1999 – 2003 | Transição política |
| 1999 | Realização das eleições | Kumba Yalá (Eleito) | 2000 – 2003 | PRS |
| 2003 | Golpe de estado militar | Henrique Rosa (presidente interino) | 2003 – 2005 | Transição política |
| 2005 | Realização das eleições | João Bernardo Vieira (Eleito) | 2005 – 2009 | Candidato independente |
| 2009 | Golpe de estado militar (Assassinato do presidente da República e Chefe das Forças Armadas) | Raimundo Pereira (presidente interino) | 2009 – 2009 | Transição política |
| 2009 | Realização das eleições | Malam Bacai Sanhá (Eleito) | 2009 – 2012 | PAIGC |
| 2012 | Governo de transição (morte do presidente vítima de doença) | Raimundo Pereira (presidente interino) | Até 12/04/2012 | Transição política |

| | | | | |
|------------|--------------------------|---|----------------------------|--------------------|
| 12/04/2012 | Golpe de estado militar | Manuel Serifo Nhamadjo (presidente interino) | 2012 – 2014 | Transição política |
| 2014 | Realizações das eleições | José Mário Vaz (Eleito) | 2014 –2019 | PAIGC |
| 2019 | Realizações das eleições | Umaro Sissoco Embaló (Eleito) | Presidente em exercício | Madem-G15 |

Fonte: elaboração própria

O quadro 4 chama atenção sobre as variedades de padrões de mudanças estruturais e as crises sociopolíticas ocorridas desde a independência. Este quadro também mostra que, desde a democratização, apenas cinco Presidentes da República foram eleitos democraticamente: João Bernardo Vieira, em 1994 e 2005; Kumba Yala, em 1999; Malam Bacai Sanhá, em 2009; José Mário Vaz, em 2014; e Umaro Sissoco Embaló, em 2019. Entretanto, no que se refere aos presidentes que chegaram ao poder na sequência do golpe do estado, como presidentes interinos da transição política, destaca-se Malam Bacai Sanhá, em 1999 a 2000; Henrique Rosa, de 2003 a 2005; o Raimundo Pereira em dois períodos diferentes, em 2009 e 2012; e, por fim, Manuel Serifo Nhamadjo, de 2012 - 2014.

Esses dados evidenciam que a realização das eleições nem sempre nos leva à democracia plena e à estabilidade democrática. Como em outros países africanos, a democracia guineense continua seguindo numa direção incerta, com sistema de autoritarismo institucionalizado em que o poder é centralizado na figura do presidente. Esses problemas vêm ao encontro das conclusões do Huntington (1991), que afirma que as transições dos regimes monopartidários para democracia podem gerar obstáculos na consolidação do regime democrático, dado que esses atores dificilmente abandonam a disputa, uma realidade que é totalmente contrária nas transições dos regimes autoritários militares.

No quadro histórico da conjuntura política guineense, a maioria dos movimentos independentistas que se transformaram em partidos políticos na África, como é o caso do PAIGC, as ambições políticas eram controversas. Nessa conjuntura histórica, a definição do PAIGC enquanto uma organização política, passou pelo reconhecimento da sua dinâmica organizacional em diferentes períodos, que vão desde o período colonial, quando era movimento nacionalista, da sua mudança a partido armado (período em que a grande maioria de membros do partido eram militares), e da sua configuração no Estado.

Neste âmbito, o PAIGC é reconhecido como uma organização difusamente híbrida: o partido político é ao mesmo tempo partido militar. Essa fusão tem sido um dos principais fatores

da instabilidade política envolvendo as Forças Armadas. De acordo com Nóbrega, devido ao vínculo do PAIGC com as Forças Armadas era de se esperar que as divergências no interior do partido gerassem mais violência do que resolução dos conflitos por meios pacíficos, “[...] os conflitos resolviam-se mais na ponta das espadas e numa expedita justiça militar do que propriamente pelo diálogo ou no recurso ao poder arbitral de um sistema judicial independente” (Nóbrega, 2003, p.176). Segundo o autor, os resultados dessa relação culminaram nos eventos de violência e perseguições políticas, como é o caso do assassinato de vários atores políticos, e que, posteriormente, se traduziu numa vingança histórica, que apesar da democratização, a violência política institucional entre a ala militar e ala política não foram superadas. Destacase, por exemplo, os episódios que envolvem a participação e influência dos militares nas decisões políticas vetando até os nomes nos cargos políticos,

Em 1999, o general Ansumane Mane vetou a candidatura de Saturnino da Costa para presidente do PAIGC, proibindo-o de participar do congresso. Ordenou-lhe que ficasse em casa, e Saturnino assim fez. Em 2004, o general Veríssimo Seabra vetou Aristides Gomes para ministro da Defesa ou dos Negócios Estrangeiros. Tagma Na Wai promoveu vetou a nomeação de Baciro Dabó para conselheiro presidencial, depois de ter promovido a sua exoneração do cargo ministerial que ocupava. E sobre o atual CEMGFA, o África Monitor refere que participou num conselho de ministros com o propósito de travar nomeações para cargos na administração e nas empresas públicas baseadas em escolhas da responsabilidade de Serifo Nhamadjo e do PM, Rui de Barros. (Nóbrega, 2015, p. 113)

Esses e mais outros episódios da relação entre os civis e militares se enquadram como uma relação de subordinação do poder político ao poder militar. Como aponta o Nóbrega (2015), se a classe política é legitimada por via das eleições para governar, as elites militares possuem poder de decidir quem governa através da força da arma, jogam o jogo político quando pretendem jogar. Essa subordinação do poder político ao poder militar na história do país tem impossibilitado sistematicamente o desenvolvimento de uma democracia viável. Essa sobreposição de poder é classificada por Nóbrega como a “comodidade da advertência”, em que os militares derrubam os governos eleitos e reconduzem as novas elites ao poder sempre que pretendem.

Como o controle das forças armadas é fundamental para assegurar a manutenção no poder, os quartéis constituem um campo preferencial da luta política onde cada partido procura ganhar ascendente e apoios para os seus projetos. O que não se obteve pelos votos pode sempre obter-se por via de uma intervenção militar (Nóbrega, 2015, p. 106).

Além da intervenção dos militares na política, a própria Força Armada guineense também é espaço de violência, marcado por vários conflitos internos que se resultam nos golpes e assassinatos de chefias militares, que são comandados por outros generais. Na história recente há vários exemplos. Como o assassinato do Chefe do Estado Maior das Forças Amadas, o

Ansumane Mané em 2000, depois do conflito político-militar. Em 2004, o assassinato de Veríssimo Correia Seabra, por uma ala descontente de militares por alegado de corrupção. Em 2007, Mohamed Lamine Sanhá, assassinado, com a justificativa da sua ligação com a estrutura de Forças Armadas de Ansumane Mané. Em 2009, os assassinatos do Presidente da República João Bernardo Vieira e General Tagma Na Wai. Em 2010, o General Zamora Induta foi deposto da função como chefe das Forças Armadas por um grupo dos militares comandado por General António Indjai, por alegações de tentativas de golpe de estado. Em 2012, o assassinato do comandante do exército de Zamora Induta, o Samba Djaló.

Sobre o tema, Djaló (2000), na sua análise, destaca a ideologia do movimento revolucionário de Amílcar Cabral como um instrumento político ao qual a legitimidade da violência política institucional da Guiné-Bissau se expressa. Ressalta que os cenários da violência política baseiam-se sempre nos ensinamentos ideológicos do Cabral, que tem sido usado de forma deturpada pela classe política e pelos militares para justificar a legitimidade dessa violência, e que isso tem criado uma memória coletiva sobre a cultura política guineense. Destaca, por exemplo, o golpe de estado de 1980, ao qual o General João Bernardo Vieira defende estar seguindo as orientações políticas de Cabral para dar legitimidade ao golpe, assim como a revolta desencadeada por General Ansumane Mané, em 1998, defendendo estar cumprindo com os ensinamentos do Cabral.

Uma análise talvez interessante que deve merecer atenção especial é que, desde o assassinato do General Veríssimo Correia Seabra, em 2004, no comando das Forças Armadas, um general que pertence ao grupo étnico Pepel, todas as nomeações que seguiram no comando das Forças Armadas, foram os generais pertencentes ao grupo étnico Balanta. Talvez por esses grupos serem maioria nas Forças Armadas. Essa seria uma forma de reduzir os riscos da interferência dos militares na política e golpes de estado por meio da nomeação dos generais Balantas como chefes das Forças Armadas para minimizar ao máximo riscos que possam levar a revolta desses grupos no sobressalto do poder político.

Na seção seguinte, explicaremos porque Balantas dominaram as Forças Armadas, um processo que está ligado ao segmento da estrutura social organizacional desse grupo, levando a sua reintegração massiva do movimento revolucionário da independência e conseqüentemente no exército. A esse respeito, é preciso sublinhar que as análises sobre as dificuldades da consolidação da democracia guineense não devem se basear apenas no viés institucional, é preciso que novas pesquisas levem em consideração o fator histórico e das relações internéticas como as variáveis importantes para compreensão da democracia na Guiné-Bissau. É a partir

deste ponto que entendemos que as novas pesquisas podem contribuir, com as novas perspectivas teóricas no campo da ciência política africana.

5. A SOCIEDADE CIVIL E O SEU PAPEL NO PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO

Apesar das suas variadas polissemias, o conceito da sociedade civil contemporânea não é definido mais nos vieses do Rousseau, Hegel, Engels, Marx e Gramsci (Avritzer, 1994). Na concepção de Habermas (1997), o conceito da sociedade civil é designado como uma organização diferenciada ao Estado, que busca desenvolver as suas ações para o bem-estar coletivo, que são baseados na retórica e no discurso. Bobbio (1987), afirma que a articulação da sociedade civil não deve passar apenas na retórica, ela, antes de tudo precisa ser compreendida de forma mais complexa, dado que, é o espaço da emancipação de atores sociais cujo interesse passa pelo confronto e mediação de conflitos. Na visão de Arato e Cohen (1994), o conceito da sociedade civil não pode ser tomado apenas como slogan de contestação e participação. Ele deve ser visto antes de tudo como um projeto político que amplia a democratização em todas as esferas da sociedade.

Bobbio (op. cit.) também salienta que a sociedade civil deve ocupar espaço reservado na formulação das demandas sociais, às quais instituições do estado devem dar respostas, pois uma sociedade se torna ingovernável quando as demandas da sociedade civil aumentam e não aumentam a resposta do estado a essas demandas. Tanto para Bobbio quanto Habermas, como o Arato e Cohen, o conceito da sociedade civil é caracterizada como organização heterogênea de confronto político formado por grupos divergentes, que busca através das suas ações políticas promover a cultura democrática. Para a nossa análise, adotamos o conceito da sociedade civil na perspectiva desses autores, isto é, a sociedade civil como conjunto de organizações heterogêneas que englobam os grupos dos interesses divergentes e de confrontos políticos, que buscam através das suas pautas promover a cultura democrática.

A emergência das primeiras instituições formais da sociedade civil na África, ocorreu nos períodos coloniais, formado pelos movimentos panafricanistas que se transformaram depois em partidos políticos, como é o caso do Movimento Nacionalista Guineense transformado em PAIGC, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e outros. A literatura acadêmica destaca cinco principais períodos históricos que demarcam a sociedade civil na África: 1) o período pré-colonial, período onde as organizações da sociedade civil eram simplesmente formadas com base nas orientações das estruturas étnicas; 2) o período colonial, a emergência dos movimentos nacionalistas na década

1950; 3) o período pós-independência, os movimentos políticos a favor das reformas estruturais em 1975; 4) o período de ouro, o surgimento dos movimentos a favor da transição democrática em 1985; e 5) o período pós transição democrática, marcado por surgimento dos movimentos identitários, a partir de 1990 (Larmer, 2010; Mutzenberg, 2015).

Portanto, organizações da sociedade civil não são novas na África, mas no final da década de 1990, particularmente no início do ano 2000, essas organizações começaram a ganhar destaques no espaço público, intervindo no Estado e no mercado, como antes não havia. A partir desse período, o debate sobre a democracia e direitos humanos tornou-se a agenda principal da sociedade civil, propondo reformas constitucionais e a ampliação dos direitos civis. Por um lado, essa cooperação vai influenciar na mudança drástica na formação de novos movimentos sociais de pautas identitárias, como é o caso da igualdade de gênero e da sexualidade (Larmer, 2010). No entanto, por outro lado, em alguns países como a África do Sul e a Nigéria, essas organizações são mais fragmentadas, são divididos em diferentes ramos: os movimentos antiglobalização, as organizações étnicas, os sindicatos e entre outros ramos.

Na África Subsaariana, as relações do Estado com a sociedade civil têm sido marcadas por relações de sobreposição e violência, onde a sociedade foi moldada pelos líderes personalistas, proibindo a emergência dos grupos da oposição política e as organizações cívicas. “Estas características influenciam decisivamente a forma como as transições políticas se desenrolam. Mesmo que as transições sejam caracterizadas por uma incerteza considerável e por algum acaso, o resultado das lutas políticas depende da forma como o poder foi exercido pelos governantes personalistas” (Bratton & Walle, 1994, p. 485).

Na literatura guineense, o debate sobre o conceito da sociedade civil apresenta algumas especificidades que implicam no reconhecimento dos grupos étnicos, suas dinâmicas sociais e as relações sociopolíticas (Cardoso, 2008). Entretanto, os estudos sobre as organizações da sociedade civil ainda são incipientes nessa literatura. Entre os principais autores que pesquisam nesse campo, destacam-se cinco: Carlos Cardoso, Fafali Koudawo, Joshua Forrest, Ricardino Teixeira e Miguel de Barros. Em suas análises, esses autores evidenciam a heterogeneidade do conceito da sociedade civil a partir da perspectiva étnica como um aspecto especial na sociedade civil na Guiné-Bissau. Além dessa percepção conceitual, destaca-se como essas organizações atuam em diferentes âmbitos, em que referenciamos três principais campos: cultural, social e político.

No que se refere ao aspecto cultural, destaca-se os grupos de *mandjuandades* e *bideiras*, que são organizações majoritariamente compostas por mulheres; conhecidas como associações informais que expressam os valores tradicionais que através de suas atividades criam espaços alternativos para educação cívica e solidariedade (Koudawo, 1996, Mendy, 1996). Esses grupos apresentam características especiais, conhecidos como organizações culturais de velha tradição de socialização e articulação, considerados “[...] como uma forma de resistência que a sociedade civil encontrou para manter a sua autonomia e vínculo de solidariedade e identidade do grupo” (Teixeira, 2012, p. 175). Além desses, destacam-se as *Bancadas* que são consideradas como espaços de socialização e articulação política, sendo sobretudo os espaços da congregação dos valores da cidadania e a educação cívica. Essa heterogeneidade, leva Teixeira (2018) a afirmar que na sociedade guineense está emergindo uma nova cultura política democrática que expressa os ensinamentos pedagógicos da igualdade, solidariedade e fraternidade. Essa nova cultura é *Djuntamon*, uma cultura que remete a cooperação da sociedade com o estado.

No que diz respeito às organizações da sociedade civil que expressam os valores étnicos, Forrest (2003), historiciza a formação dos estados na África e defende que a fragilidade dos estados africanos, em especial guineense, encontra-se no abandono da prática das organizações civis de base rural étnico. Para esse autor, a explicação da causa da fragilidade dos Estados modernos africanos deve ser procurada na sociedade de base rural. Isso por um simples motivo: 70% da sociedade africana vive nas zonas rurais, e que esses espaços são repletos de simbologias diferentes da perspectiva da organização formal institucionalizada. Saliencia que as forças dessas instituições são vastas, policêntricas e tradicionais, entretanto, “são os locais onde as populações rurais investem o seu tempo, energias, recursos e lealdades políticas e servem muitas vezes como o nexo central da autoridade política rural” (Forrest, 2003, p. 02). Ele defende que os Estados têm uma dificuldade de exercer o poder dentro da sociedade civil rural, limitando-se exercendo o seu poder de decisão apenas nas zonas urbanas, onde vive o menor número da população.

Lopes (1982), faz uma chamada de atenção de que a compreensão da sociedade civil na Guiné-Bissau deve passar, primeiramente, pela consideração das estruturas de poder étnico, porque são esses grupos que edificam os poderes do Estado. No entanto, essa compressão exige dois desafios e contradições¹⁶, a racionalidade étnica e a racionalidade estatal. O primeiro é

¹⁶ O autor afirma que a “construção do Estado exige essa conjugação interétnica que está precisamente na base das contradições entre a racionalidade étnica e a racionalidade do Estado. Ou seja, podemos afirmar que a etnia tem, enquanto entidade homogénea, uma ideologia que lhe é própria. Mas o Estado, se nasce da conjugação interétnica,

designado como uma forma de organização tradicional presente em todas as esferas de poder da sociedade guineense. A segunda é designada como forma de organização moderna, nascida no período pós-independência e da transição democrática.

No que tange a análise social da sociedade civil na Guiné-Bissau, ela é marcada por relações fragmentadas de sobreposição dos grupos étnicos e chefes de poderes tradicionais em relação ao Estado. No período pós-independência, tem se verificado profundas mudanças de relações do partido governante com estruturas de poderes tradicionais. A partir do projeto anticolonial, que havia gerado união dos grupos na aderência do Movimento Revolucionário da Libertação Nacional, no entanto, no período pós-independência, alguns grupos passaram a se opor às demandas do partido e suas práticas autoritárias. Nesse período, observou-se grandes fragmentações de chefes dos poderes tradicionais: uns mantendo a colaboração às estruturas hierárquicas do poder do partido, enquanto outros contra o centralismo democrático do poder que o partido se propõe legitimar.

Lopes (1988), defende que o desafio principal da construção do Estado no período pós-colonial está centralizado na questão étnica. Isso porque a lógica da administração do Estado recém-formado se opunha aos princípios seculares do poder étnico, “racionalidade estatal implica uma ideologia própria, que não pode depender dos mesmos fatores que a luta armada. A racionalidade étnica que então existia, e que tinha como objetivo a independência, entra em choque com a racionalidade estatal, pois o Estado é o instrumento de dominação de uma classe” (Lopes, 1988, p.40). Diante disso, merece destaque a interferência do PAIGC no poder tradicional, contestando a legitimidade desses poderes, criando Comitês de Tabanca para substituir alguns chefes tradicionais¹⁷.

Do ponto de vista político, os poderes tradicionais são considerados como instituições de grande relevância de barganha política tanto no período colonial na articulação de pontes entre a sociedade e o governo colonial, quanto no movimento revolucionário. Nesse quadro,

é um aparelho e uma instituição centralizada e possui também a sua própria ideologia. E no momento de encontro de duas ideologias, de duas lógicas, que há a possibilidade de errar nas relações de poder institucionalizadas.” (Lopes, 1982, p. 34)

¹⁷ Segundo Rosemary, no período pós-independência havia um problema social difícil de resolver, porque o estado foi dominado por uma “geração civilizada” que afronta outra geração. “Os que assumiram a chefia do Estado vieram do grupo que na Guiné era denominado civilizado, uma elite criada pelo poder colonial com objetivos ideológicos e administrativos, constituída principalmente por elementos crioulos, e tal chefia desde sempre foi restringida ao grupo com status. A característica principal que distinguia um civilizado de um não-civilizado era a capacidade de ler e escrever. A aptidão para ler e escrever em português possibilitava ao civilizado agir como intermediário entre os portugueses e os africanos. Hoje, a aptidão literária dá a este grupo tanto posição política e económica como social.” (Rosemary, 1989, p. 96)

qualquer mudança que desconhece a forma de organização desses poderes como instituições importantes de barganha política, sejam elas políticas ou econômicas, as mudanças têm grande probabilidade de fracassar. Essa tese corrobora com as conclusões de Rosemary (1989) e Rudebeck (2001), que apontam que o problema do desenvolvimento e estabilidade política na Guiné-Bissau se deve pela ausência do “poder popular” que expressa um projeto de participação equilibrada dos grupos étnicos na política.

Esse poder é diferente da democracia. No contexto guineense, o “poder popular” é designado como um poder que é exercido pelas comunidades tradicionais em prol dos interesses locais. Esse poder é exercido por meios não institucionais, ou seja, esse poder é gerontocrático. Distinto da democracia liberal, cujo pressuposto basilar se pressupõe a participação popular através do voto como forma de dar legitimidade do poder aos governantes.

A diferença entre essas concepções de poder coloca dois desafios fundamentais: em primeiro lugar, o funcionamento da democracia pressupõe um certo padrão de valores para a tomada de decisões, baseado num modelo de sociedade; em segundo lugar, é necessário conciliar a democracia com as estruturas do “poder popular”, um poder que é regido pelas comunidades tradicionais.

Para Monteiro (2013), um dos problemas da democracia na Guiné-Bissau, tem a ver com a participação no sistema político a partir da configuração étnica que mantém as relações sociais existentes. Essa autora concluiu que o modelo da democracia adotado pelo país não expressa relações sociais dos grupos e equilíbrio de poder, incluindo todos os grupos étnicos nos espaços da tomada de decisões. Nesse caso, a participação desigual entre grupos têm gerado os conflitos dos grupos étnicos, entre os grupos majoritários que estão querendo manter o status quo e os grupos minoritários que estão reivindicando a participação. Essa autora apontou ainda que a predominância de um grupo étnico nas forças armadas, gerou o autoritarismo sistêmico e exclusão social, conseqüentemente, um entrave para a consolidação da democracia.

Segundo Fernandes (1993), no cenário político existiram duas extremidades que diferem entre os grupos étnicos, os Fulas e Mandingas com as estruturas de poder centralizado semelhante as configurações hierárquicas do estado moderno (governantes e governados) e os Balantas como grupos horizontais, um modelo de sociedade onde poder político é difuso. Nesse grupo “não existe nenhuma forma de diferenciação na base da propriedade, não havendo uma autoridade ou poder coercitivo. Os chefes de aldeia (Tabanca) não têm mais prerrogativas que os outros membros da comunidade senão por motivos familiares. A família é, aliás, a única

unidade política e económica” (Lopes, 1987, p. 22). Essas configurações se manifestam na contradição na esfera política e no jogo democrático.

Segundo Lopes (1982), a configuração centralizadora do poder entre Fulas e Mandingas, permite que as decisões sejam tomadas pelos seus líderes. No período colonial, isso vai influenciar para que esses grupos sejam fáceis de serem mobilizados e recrutados pelo movimento revolucionário, e ainda mais fáceis de também assinar acordos com o poder colonial. Nesse quadro, a configuração estrutural dos grupos étnicos, foram determinantes nos apoios paralelos durante o período colonial: algumas das suas lideranças tomando a decisão de apoiar o movimento revolucionário, outros se opondo a isso, aliado ao poder colonial.

Essa realidade se opõe ao de povos Balantas, que por serem “sociedade sem hierarquia”, não aceitam a sobreposição do poder. Isso influenciou a participação da maioria desse grupo no movimento revolucionário, não por obrigações impostas pelo partido, mas em defesa da sua estrutura social, que não aceitava as hierarquias. A recusa dessas sobreposições de poder fez justamente integrar massivamente o movimento revolucionário, liderado pelo PAIGC.

Nesse contexto, a participação dos Balantas constitui como a base do Movimento Revolucionário de Libertação e conseqüentemente a base das Força Armada guineense. De acordo com Fernandes (1993), o medo dos Balantas dominarem o aparelho do Estado tem sido um dos fatores das crises políticas no período pós-independência, levando a condenação e assassinato de alguns comandantes militares Balantas. Um desses casos foi a “condenação à morte do vice-presidente do Conselho da Revolução, Paulo Correia, oficial de origem Balanta, e de cinco outros oficiais e de um jurista acusados de tentativa de golpe de Estado e de tribalismo. Seis outros oficiais também foram condenados a pesadas penas de prisão”¹⁸.

Esses problemas retroalimentam aquilo que Linz e Stepan (1996) designam de estatização, isto é, uma situação na qual “existem diferenças profundas sobre os limites territoriais do Estado da comunidade política e diferenças profundas sobre quem tem o direito de cidadania nesse Estado”. Ainda, esses autores defendem que as “aspirantes das democracias modernas podem variar imensamente nesta variável, desde aqueles sistemas políticos que não

¹⁸Semedo (2009, p.64), afirma que a “[...] situação de conflito instalada no PAIGC, no período pós 14 de Novembro tem duas possíveis explicações: a primeira, é a disputa entre Mandingas e Beafadas liderada, sobretudo, pelos coronéis Iafai Camará e Ansumane Mané ante Balantas sob a liderança de Paulo Correia e Viriato Pã; a segunda, foi a consequência do referido antagonismo étnico e que atribuiu poderes as armações da polícia política (civil e militar) que resultaram na prisão e no fuzilamento de militantes e altos responsáveis do partido, majoritariamente da etnia Balanta. Grupo majoritário nas Forças Armadas em razão de que o teatro da luta de libertação nacional ocorreu nas regiões norte e sul povoadas por ele e acabou formando a base da estrutura militar”.

têm problemas de estatização até aqueles onde a democracia é impossível até que o problema da estatização seja resolvido” (Linz e Stepan, 1996, p. 17).

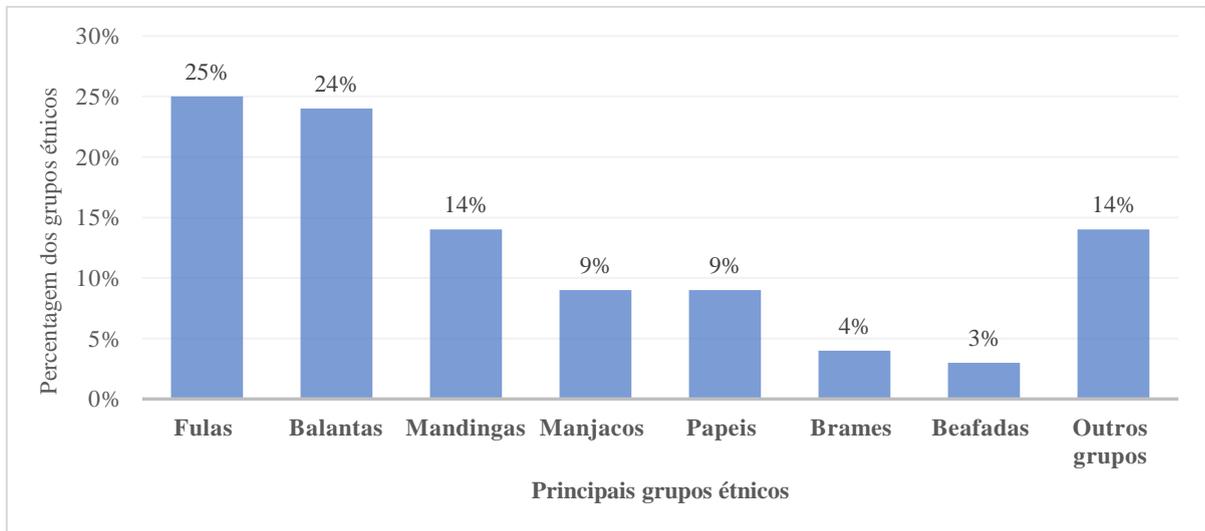
Entretanto, além dos fatores culturais que justificam a predominância dos Balantas nas Forças Armadas, o fator geográfico ajuda também explicar esse fenômeno, isso porque o movimento revolucionário foi mais intenso no sul do país e a maioria dessa população residia nessa localidade. Segundo Nóbrega (2015), isso tem condicionado a participação massiva e engajamento dos Balantas no movimento revolucionário, superando a participação dos outros grupos étnicos em termos estatísticos.

Temudo (2009), ressalta que os Balantas além da sua estrutura social de organização, são povos altamente treinados no combate físico tradicional, isso influenciou a sua integração no movimento revolucionário. Nóbrega (2015) descreve, a partir dos relatos testemunhadas pela inteligência da segurança do Estado, que os episódios que foram desenvolvidos pelos dirigentes do regime monopartidário eram voltados para a perseguição e a criminalização dos comandantes Balantas, com objetivo de inverter o poder desses grupos nas Forças Armadas.

No entanto, cabe ressaltar que os conflitos étnicos na Guiné-Bissau, pelo menos no cenário político dos civis e dos militares, ocorreram mais entre as elites políticas e as chefias militares. Uma realidade guineense que é totalmente contrária à dos outros países africanos, onde o conflito étnico é mais extremo, de violência e extermínio, como por exemplo, as guerras civis étnicas de Ruanda, Sudão, Nigéria e África do Sul.

A figura 6 mostra a distribuição dos grupos étnicos em termos de percentagem, segundo o relatório da Comissão Nacional das Eleições de 1994.

Figura 6: Distribuição dos grupos étnicos na Guiné-Bissau, de acordo com dados da Comissão Nacional das Eleições (1994)



Fonte: elaboração própria com base nos CNE

Como defendem alguns autores, a participação efetiva dos Balantas na linha de frente da Luta Armada, a sua superioridade numérica nas Forças Armadas em comparação com outros grupos étnicos da sociedade guineense, era de se esperar que a relação entre Balantas e outros grupos resultaria em mais violência e nas perseguições políticas do que numa relação pacífica de harmonia. Esses argumentos são desenvolvidos no trabalho político antropológico de Nóbrega (2003), no qual esse autor afirma que a cultura política guineense apresenta cenário de contradições e conflitos políticos que se baseiam nas relações interétnicas. Isto é, uma relação de perseguição entre dirigentes do PAIGC e os Balantas.

Nas eleições de 1994, o PAIGC constatou nas urnas que a sua base de apoio tradicional, a Balanta, deixara de o ser. A quebra do elo quase sagrado entre o PAIGC e os Balantas deu-se em 1986, no chamado Caso 17 de Outubro, uma alegada tentativa de golpe de Estado que conduziu à prisão um bom número oficiais e dirigentes Balantas. Alguns morreram durante o período de detenção e um grupo de seis, entre os quais Paulo Correia e Viriato Pã, foi condenado à morte e fuzilado. A repressão foi sentida, pelos Balantas, como uma traição visto ter sido praticada por Nino Vieira que, tendo vivido e combatido entre eles, era considerado um dos seus. A base de apoio do PAIGC transferiu-se, fundamentalmente, para as etnias islamizadas. A etnia Fula, tão numerosa como os Balantas, com chefia centralizada do Poder, é majoritária em muitos círculos eleitorais da vasta zona leste. Os Fulas até então ostracizados pelo antagonismo que revelaram ao PAIGC, durante o período colonial, foram amplamente cultivados. (Nóbrega, 2003, p. 36)

As perseguições aos Balantas, registrados na década de 1980, seguiram secretamente depois da transição democrática, a instituição da violência e os assassinatos não terminaram.

Fazendo a análise das relações étnicas no sistema político, Fernandes (1993) e Nóbrega (2015) evidenciam nos seus estudos que, desde o período pré-colonial, as divergências políticas sempre tiveram o cunho étnico. Tais problemas constituem o principal obstáculo no sistema político africano. Forrest (2004) chama atenção sobre o ressurgimento do movimento do poder tradicional nas zonas rurais de vários países da África subsaariana, que podem influenciar no desenvolvimento irreversível de novas nações (subnacionalismo)¹⁹. Isto é, o surgimento das “autoridades tradicionais, chefes, anciãos, reis e líderes semelhantes cuja fonte de autoridade reside em estruturas de liderança que acredita localmente estarem baseadas em processos historicamente legitimados, mas raramente desempenham papel de liderança em movimentos subnacionalistas” (Forrest, 2004, p. 213).

O anteriormente citado autor salienta que, nas últimas décadas, tem crescido uma onda de protesto de vários grupos na região da África subsaariana, tendo como principal pauta de reivindicação: a restauração do poder político que visa a participação mais ampla de todos os grupos no sistema político; a restituição do poder às comunidades tradicionais e a valorização de diferentes manifestações dos grupos étnicos. A esse respeito Forrest ressalta que

Tanto no período colonial como no pós-colonial, a falta de acesso do Estado à recursos rurais substanciais coincidiram com os desafios políticos e limitações sociais na capacidade política do Estado, manifestadas nos níveis mais fundamentais nível pela incapacidade do governo central de estabelecer instituições eficazes que incorpora as formações sociais rurais em seu domínio político. Isto por sua vez, refletiu a capacidade da sociedade civil rural para alcançar e manter a sua autonomia em diversas esferas sociais, econômicas, políticas e militares. (Forrest, 2003, p. 23)

No âmbito político, as atuações das organizações da sociedade civil são compreendidas em dois grandes momentos para esta análise: o período do monopartidarismo e o período pós-democratização.

No primeiro período, a sociedade civil é caracterizada como organizações de resistência política, isso devido às limitações impostas pelo regime colonial. Esse período tem sido marcado por conflitos políticos e crise econômica, no qual o PAIGC era a principal força política da sociedade e tinha seus departamentos as organizações políticas de mobilização popular, como a União Democrática das Mulheres da Guiné (UDEMU), a Juventude Africano Amílcar Cabral (JAAC), Organização dos Pioneiros Abel Djassi (OPAD) e a União Nacional

¹⁹ O termo subnacionalismo refere ao surgimento de organizações e grupos de reivindicação que estão exigindo a autonomia do estado central, cujo objetivo está ligado na formação de uma nova nação dentro ou fora do estado. Esses movimentos se manifestam através dos grupos étnicos, grupos religiosos e poderes tradicionais. Forrest (2004, p. 05) define “subnacionalismo refere-se a movimentos de atores regionais para procurarem uma maior autonomia dentro do Estado-nação existente, um grau relativamente fraco de separatismo político ou uma secessão total.”

dos Trabalhadores da Guiné (UNTG). Cardoso (1996), destaca essas estruturas de partido como organizações precursoras de educação política que têm desempenhado papel importante na evolução e emergência da sociedade civil institucionalizada. Apesar desse processo de ação coletiva, essas estruturas estavam a serviço do regime monopartidário, o que na nossa visão se opõe ao conceito da sociedade civil.

A nossa definição sobre regime monopartidário é fundamentada com base nas leis consagradas na Constituição da República de 1973 e de 1984. Na Constituição de 1973, nos artigos quarto e sexto, que estabelece o PAIGC como única força política suprema incontestável da sociedade guineense.

Artigo 04º

-Na Guiné-Bissau o poder é exercido pelas massas trabalhadoras ligadas estreitamente ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que é a força política dirigente da sociedade.

Artigo 06º

-O PAIGC é a força dirigente da sociedade. Ele é a expressão suprema da vontade soberana do povo. Ele decide da orientação política da política do Estado e assegura a sua realização pelos meios correspondentes. (ANP, 1973, p. 03)

Além das limitações de competição e centralidade do poder que a Constituição de 1973 atribui ao PAIGC, a nossa definição do regime monopartidarismo também se expressa de forma inequívoca na Constituição de 1984, confirmando o artigo quarto e regras suplementares da Lei 03/1992, publicado na Boletim da Assembleia Nacional Popular (ANP), da extensão do Artigo 44º da Constituição de 1984, instituindo as regras sobre os direitos de Reunião e Manifestação. A Lei 03/1992, confere no seu artigo 5º, as seguintes recomendações e obrigações sobre tipos de reuniões e manifestações que podem ser realizadas:

Artigo 5º

(Limitação em função de tempo)

1. As reuniões e manifestações não poderão prolongar-se para além das vinte e duas horas, salvo se realizadas em recintos fechados, em sala de espetáculos, em edifícios sem moradores ou, caso de terem moradores, se forem estes os promotores ou tiverem dado o seu assentimento por escrito.
2. Os cortejos e os desfiles só poderão ter lugar aos Domingos e feriados, aos Sábados, depois das 13 horas e nos dias úteis depois das 19 horas. (ANP, 1992, p. 03)

A nossa definição sobre monopartidarismo na Guiné-Bissau também tem como base as evidências da literatura guineense sobre a transição democrática, que aponta para as limitações que são legalmente impostas no período pós-independência. Devido à violência política institucionalizada, não teve os movimentos de protesto antioligárquico que se opôs claramente

ao sistema monopartidário, isso impossibilitou a assinatura de qualquer tipo de pacto de transição política como tem acontecido na maioria de transições em nível mundial.

No quadro da transição política da Guiné-Bissau, como descreve o Forrest (1993), o elevado nível da violência perpetrado, silenciou a sociedade civil do cenário político, onde o Estado usa a repressão como seu instrumento político principal para manter a sua legitimidade. Essa relação se constitui numa tentativa da construção de um Estado cujo a sociedade civil e os grupos de contestação são despolitizados e equidistantes da política, com o propósito de manter a legitimidade do regime autoritário.

Entre os fatores que influenciaram na transição democrática e a mudança da relação do Estado com a sociedade civil, é possível apontar a debilidade do estado em manter sua autonomia institucional, a contradição entre a autonomia burocrática versus a dependência externa (Forrest, 1993). O agravamento desses problemas obrigou os dirigentes do PAIGC a reavaliar a sua relação com a sociedade civil,

Muitos burocratas estatais e quadros do PAIGC convenceram-se de que era preciso realizar uma alteração fundamental na natureza das relações Estado-sociedade a fim de salvar o bem-estar institucional do Estado. Finalmente, em maio de 1991, foi dado o primeiro passo na reorientação das relações Estado-sociedade: a Constituição da Guiné-Bissau foi alterada para tornar possível a legalização de partidos políticos de oposição. (Forrest, 1993, p. 92)

Como destacado, a relação do Estado com sociedade civil no regime monopartidário tem sido a relação de sobreposição. Teixeira defende que o “relacionamento fiel e ambíguo de organizações sociais de massas com o PAIGC, no processo de liberalização política e econômica, presente no primeiro momento, contrapõe-se à configuração da sociedade civil no processo de democratização, a partir dos anos de 1990” (Teixeira, 2018, p. 127). O pacto social destacado por O’Donnell e Schmitter (1986) como evento que ocorreu em alguns países, não ocorreu na transição democrática guineense. Isso mais uma vez evidencia os limites das teorias de transição democrática hegemônica no caso guineense.

O segundo período importante da nossa análise da sociedade civil, foca-se no período pós-transição democrática, o período marcado pelas conquistas de direitos políticos individuais e coletivos. As mudanças após a abertura democrática, têm sido importantes para a emergência da sociedade civil independente, assim como as reformas institucionais para a criação de vários partidos políticos. Estas reformas contribuíram na mudança de relações do Estado com a sociedade civil, e a da sociedade civil com os partidos políticos. Porém, essas reformas não geraram a estabilidade democrática. Forrest defende que “[...] uma diferença crucial que

apresenta o Estado guineense dos anos 90 em relação ao Estado dos anos 70 e princípios dos 80 é a diminuição do esforço por controlar política e economicamente a sociedade” (Forrest, 1993, p. 94). Esta observação vem ao encontro da nossa análise, sobre as falhas da transição, onde destacamos que as reformas institucionais foram importantes, entretanto, insignificantes para consolidação da democracia, isso devido a predominância do sistema autoritário e dos superpoderes que são atribuídos ao presidente da república, que a sua interpretação tem levado às instabilidades políticas.

Na revisão da literatura sobre a democratização e a sociedade civil na Guiné Bissau, destacamos quatro momentos importantes da atuação das organizações da sociedade civil na construção do regime democrático e a sua participação nos espaços da tomada de decisões políticas: (1) a mediação de conflito político-militar 1998/1999; (2) a condenação de golpe de 2003; (3) o posicionamento contra o golpe de estado de 2012; (4) por último, a derrube de governo liderado por Domingos Simões Pereira em 2015 (Uali, 2023).

Depois da luta armada revolucionária sangrenta de onze anos, resultado da conquista e proclamação da independência, em 1973, o conflito político-militar de 1998/1999 foi um dos eventos políticos mais trágicos na história contemporânea da Guiné-Bissau. Em consequência resultou na perda de milhares de vidas e danos irreparáveis, marcando lembranças negativas e sofrimento de uma nação recém democratizada, que estava procurando a sua glória, mas que o seu destino foi enviesado de forma violenta por dois antagonistas em disputa pelo protagonismo político-militar. Rudebeck (2001), no seu trabalho sobre a democratização difícil pós-guerra, caracterizou o conflito político-militar como uma guerra civil orquestrada pelos dois homens mais poderosos da Guiné-Bissau na década de 1990, por um lado, estava o Presidente General João Bernardo Vieira, tendo apoio do exército militar estrangeiro dos países vizinhos da Guiné-Bissau (Senegal e Guiné-Conacri), por outro lado, estava o General militar Ansumane Mané, que recebia o apoio da maioria da sociedade guineense, entre elas, a opinião pública, os partidos políticos da oposição, a sociedade civil e as Forças Armadas Nacional.

Entre os principais fatores que resultaram no conflito, destaca-se o desencadeamento do tráfico ilegal de armas com os rebeldes de Casamansa²⁰, envolvendo altos funcionários do Estado e o Presidente da República, alimentando o acúmulo de problemas geracionais da luta armada revolucionária associado às divergências entre os dirigentes do regime monopartidário

²⁰ Esse território fica situado na República de Senegal, historicamente conhecido como antigo território da Guiné-Bissau que foi negociado por governo francês e governo português durante o período colonial.

e os grupos de oposição. Segundo Rudebeck (2001), o agravamento desses problemas gerou a crise política institucional que levou ao afastamento de Ansumane Mané das suas funções nas Forças Armadas²¹, desencadeando assim uma revolta militar designado pela literatura como guerra civil²².

O efeito foi precisamente o contrário daquele que o Presidente provavelmente esperava. Ansumane Mané sentiu-se moralmente ofendido e negou energeticamente todo e qualquer envolvimento. Soldados e comandantes frustrados e que já há bastante tempo não recebiam salários solidarizaram-se com Ansumane Mané. A oposição política criticou duramente o Presidente e o partido regente PAIGC, de abuso de poder, corrupção, arbitrariedade e repressão. Os contrastes existentes entre a difícil realidade e as belas promessas relacionadas com a introdução da democracia apareceram como intoleráveis e inaceitáveis. (Rudebeck, 2001, p. 18)

O conflito político-militar iniciou-se em junho de 1998 e finalizou em maio de 1999, com a assinatura do pacto político entre as partes em conflito²³, passando por várias mediações que contaram com a participação direta da comunidade internacional e algumas organizações internas. Entre atores da comunidade internacional, destaca-se a participação fundamental da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). No entanto, apesar do papel importante desempenhado pelas referidas organizações no quadro da negociação e transição política, é importante enfatizar a relevância do papel da participação das organizações da sociedade civil, que durante o conflito desempenharam papel crucial na reconciliação.

No quadro da mediação e reconciliação, a sociedade civil através das suas estruturas organizativas, têm se mobilizado na criação dos espaços alternativos de concertação em busca de solução para a paz e a estabilidade democrática. É nesse âmbito que a sociedade civil junto com as lideranças de comunidades religiosas da Igreja Católica, ONGs e chefes de poderes tradicionais criaram o Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento, tendo como principal objetivo a criação do espaço de socialização e

²¹ De acordo com Rudebeck, “nesta fase da crise não existe nenhuma dimensão étnica marcante, muito embora vários grupos étnicos se encontrem representados na sociedade guineense e as próprias imagens culturais da Guiné-Bissau sejam marcadas por esta pluralidade. A diferença entre os dois lados rivais que lutaram entre si é sobretudo política, a favor ou contra o regime que governou a Guiné-Bissau desde a independência em 1974.” (2001, p. 19)

²² O conflito remonta também às divergências internas no PAIGC, que resultou na demissão do governo Manuel Saturnino da Costa em 1997, ocasionando a ruptura no partido.

²³ Segundo Rudebeck, o pacto de transição política de 1998, tinha dois objetivos principais: primeiro é restabelecer a ordem democrática institucional para garantir a estabilidade política. Segundo aspecto, assinar os acordos que possibilitam a transição pacífica, isso requer atribuição de alguns cargos e responsabilidades para os militares. Como descreve, “dava-se ao Comandante Supremo da Junta Militar, ou seja, Ansumane Mané, um lugar muito central neste documento de transição constitucional. Segundo este, o primeiro-ministro deveria manter o presidente e o comandante da Junta informados das suas ações (artigo 4) e para além disso, o presidente só poderia exercer algumas das suas competências com autorização expressa do comandante da Junta Militar (artigo 6.2).” (Rudebeck, 2001, p. 30)

concertação política para mediação de conflitos (Rudebeck, 2001). A partir desse movimento foi encontrada a solução da reconciliação das partes em conflito, resultando na convocação das eleições gerais no final de 1999.

O Movimento Nacional da Sociedade Civil²⁴, com a sua atuação fundamental na reconciliação de conflitos, foi institucionalizado como organização mãe de todas as organizações sociais, para a reconciliação de conflitos tanto no âmbito do estado, da sociedade, como também entre os atores privados e os partidos políticos. Essa atuação marcou a mudança perceptível da atuação da sociedade civil no período monopartidário e nos primeiros anos pós-abertura democrática. Doravante, essa mudança possibilitou a existência de um novo espaço público de desenvolvimento dos grupos sociais, participando diretamente nos espaços de tomada de decisões, conquistando novos direitos que vêm se consolidando progressivamente ao longo do processo democrático.

Apesar do papel importante que as organizações da sociedade civil têm desempenhado na promoção e mediação de conflitos, essas organizações vêm atuando de forma muito restrita na sociedade, devido à falta de apoio e dificuldade de mobilização de recursos, dependendo exclusivamente de apoios dos organismos internacionais para se manter.

Barros (2014), ressalta que as dificuldades de mobilização de recursos levam à maioria das organizações da sociedade civil guineense atuando mais como ONGs, submetendo os projetos da intervenção social para receber os financiamentos. Rudebeck (2001) observa essa dependência como a característica do próprio Estado guineense, que desde a sua proclamação da independência, possui nível de desempenho institucional e estabilidade econômica dependente dos apoios externos. Essa dependência também foi adotada pela sociedade civil, que depende quase que exclusivamente de apoios dos organismos internacionais para realização das suas atividades, conseqüentemente perde muito da sua autonomia institucional política de se opor aos interesses dessas organizações.

²⁴ “Em Quinhamel, a cerca de 30-40 km a oeste de Bissau, em território controlado pela Junta, reuniram-se entre o dia 25 e o 27 de novembro de 1998 todas as organizações civis existentes na Guiné-Bissau para uma reunião que durou três dias. Nessa altura formou-se o Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento e como presidente foi eleito o Presidente da LGDH. Nessa reunião acentuou-se naturalmente o importante papel que as diferentes organizações não governamentais (ONG) deviam desempenhar nos trabalhos de reconstrução depois da guerra terminar. Exigiu-se com grande intensidade também que as tropas estrangeiras se retirassem para os seus países de origem. Segundo a lista de participantes estiveram presentes 149 pessoas representantes de um total de 132 organizações diferentes, o que é um número muito elevado. Muito embora seja provável que algumas dessas organizações tenham uma atividade bastante limitada, no seu conjunto estas representam um largo espectro da sociedade guineense e demonstram existir um grande potencial para realização de atividades conduzidas pelos cidadãos” (Rudebeck, 2021, p. 21).

Teixeira (2015), constata a relação da sociedade civil com os organismos internacionais como um problema particular da sociedade civil na Guiné-Bissau. Esse autor destaca as características da sociedade civil guineense a partir da combinação de três níveis de organizações: 1) a sociedade civil como conjunto de organizações que engloba os ONGs e associações comunitárias que atuam como redes de intervenção social, que são impulsionados pelos projetos financiados pelos organismos internacionais; 2) como conjunto de organizações não institucionalizados que atuam na esfera cultural e econômica; e por último, 3) a sociedade civil como organizações de articulação política e mediação de conflitos.

É a partir dessa combinação de três categorias de organizações que se define o conceito da sociedade civil na Guiné-Bissau, cuja compreensão perpassa pelos diferentes níveis societários da organização, articulação e as dinâmicas sociopolíticas, às vezes trabalhando em parceria com os organismos internacionais, às vezes com as instituições do Estado e às vezes contra o Estado. Entre as principais organizações destaca-se a atuação da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), Conselho Nacional da Juventude (CNJ), Rede Nacional das Associações Juvenis (RENAJ) e Movimento Nacional da Sociedade Civil.

Essas organizações têm desempenhado papel importante no processo da democratização, na mediação de conflitos, assinando a cooperação e parceria em diferentes domínios, participando diretamente na tomada de decisões a nível de Estado, no monitoramento e fiscalização de políticas públicas. Destaca-se neste aspecto as ações desenvolvidas, usando influência na criação de legislações aprovadas pelo parlamento como, por exemplo, a “Lei 14/2011 (Criminalização da Excisão Feminina) e a Lei 12/2011 (Lei de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas), ambas resultado direto da pressão das OSCs” (Barros, 2014, p. 36).

No período pós-transição de conflito político-militar de 1998, estas organizações se inseriram nos debates públicos do julgamento dos responsáveis da guerra e infratores no regime autoritário, exigindo sobretudo o julgamento dos crimes da guerra. Rudebeck (2001) descreve que a pressão de organizações da sociedade civil e partidos políticos da oposição desencadeou as prisões dos responsáveis pelos crimes cometidos. Nesse quadro, foram realizados vários inquéritos em nível do estado, que levou à prisão de várias pessoas, cumprindo a etapa final da transição política, como tem ocorrido, por exemplo, nos outros países, no período pós-transição democrática.

A maioria dos restantes prisioneiros foram sendo postos em liberdade no decorrer dos meses seguintes. Alguns deles em liberdade condicional. Em meados de março de 2000, ainda estavam na prisão à espera de sentença noventa e tal pessoas. Os primeiros desse grupo a serem libertados foram os já mencionados Avito da Silva e Manuel dos

Santos ambos absolvidos. Se o advogado de acusação não foi capaz de apresentar provas concludentes, a absolvição pode sem dúvida representar uma vitória para o Estado de direito e o respeito pelos direitos e liberdades individuais no país. No entanto, muitas pessoas estão convencidas da culpabilidade dos réus. Não só nestes dois casos, mas também em muitos outros casos de pessoas que nunca chegaram a ser julgadas. E o dilema de uma situação em que é necessário estabelecer justiça, mas também é imperativo continuar por um caminho que conduza à reconciliação. Levantou-se a hipótese da criação de uma “comissão de verdade” segundo o modelo sul-africano, mas a ideia nunca chegou a ser posta em prática. (Rudebeck, 2001, p. 36)

Apesar desses esforços da sociedade civil e dos partidos políticos da oposição, o país não conseguiu estabelecer o regime democrático e a estabilidade política. Entre várias outras atividades desenvolvidas pela sociedade civil durante a mediação de conflito, destaca-se a iniciativa da criação da “Comissão Nacional de Boa Vontade”, a comissão criada com objetivo de prover a paz e a reconciliação nacional, exigindo o julgamento dos crimes da guerra, como uma ação crucial para reconstrução da paz e consolidação do regime democrático. Entretanto, apesar desses esforços, as divergências políticas não foram abolidas entre a classe política e as forças armadas, o que durante décadas desencadeou a violência política institucional, como por exemplo, os golpes de 2003, 2009 e 2012.

Nesses conflitos, a sociedade civil esteve presente na negociação em busca da solução para a paz e a estabilidade política. As literaturas revisadas evidenciam que desde o início da democratização, a sociedade civil sempre marcou a presença na mediação de conflitos políticos entre os atores políticos e as forças armadas, e que esta função é influenciada pela debilidade institucional do Estado e a falta de uma alternância política institucional capaz de resolver os problemas políticos do país, neste quadro a sociedade civil se enquadra como alternância para a mediação de conflitos (Cardoso, 2008). Nessa tentativa de reconciliação nacional, em 2003, no auge da crise política depois do golpe de estado, a sociedade civil foi parte fundamental na resolução do impasse entre os atores políticos (Rudebeck, 2001).

Nas últimas décadas, apesar dos cenários de conflitos e incertezas, a sociedade civil tem conquistado espaços em diferentes esferas do poder público, possibilitando assim a emergência de várias organizações e movimentos sociais, com diferentes pautas de reivindicação social sobre direitos humanos e a igualdade de gênero.

Um dos aspectos especiais das organizações da sociedade civil na Guiné-Bissau é a sua participação e acompanhamento do processo eleitoral. Cardoso (1996) assevera que as organizações da sociedade civil exibem diferentes comportamentos que os dividem em três grandes grupos nesse processo: as organizações “neutros ativos”, os “neutros atentos” e os “engajados”.

As organizações “neutros ativos”, são organizações que participam do processo eleitoral como observadores e parceiros da Comissão Nacional das Eleições, no entanto, sem tomar quaisquer posições políticas que podem favorecer as partes que disputam as eleições. Entre os principais parceiros, destaca-se a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), que também é uma organização sobre violações dos direitos humanos, com objetivo de fortalecer o regime democrático. Entretanto, as organizações “neutros atentos”, essas, são designadas como aqueles que não participam do processo eleitoral, devido às afinidades ou aos vínculos que elas possuem com atores políticos. Fazem parte dessas organizações, os sindicatos e ONGs. No que tange às organizações “engajadas”, essas são as organizações mais politizadas, participam da campanha eleitoral, defendendo cores partidárias. Entre elas, destacam-se as *mandjuandades e djidius*.

Nos últimos dez anos, o golpe de estado em 2012 e a queda do Governo de PAIGC, em 2014, tem levado as mudanças nas organizações da sociedade civil e à emergência de novos movimentos sociais, protagonizado por novos atores, como é caso da emergência do Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados (MCCI), em 2015, formado majoritariamente por jovens ativistas, que no período realizaram várias marchas exigindo a demissão do Presidente José Mário Vaz (Uali, 2023).

Num curto espaço do tempo da sua criação, a força do movimento cresceu notavelmente na sociedade guineense. Na sequência, surgiu o contra-movimento, o Movimento Apoio Jomav, opondo-se às pautas do MCCI. Com esse confronto, a sociedade civil se dividiu em grupos paralelos, por um lado, aqueles a favor da reposição ao governo demitido, por outro lado, aqueles que defendiam a derrubada do governo, nomeadamente do apoio ao presidente Mário Vaz. Dado esse empecilho, algumas organizações da sociedade civil têm se distanciado do seu papel de mediação, que no passado foram cruciais nos golpes do estado.

No decorrer da análise, destacamos as relações entre a sociedade civil, o governo e o estado no contexto guineense, que desde o período colonial mudou drasticamente. Essa relação passou por momentos de resiliência, acentuado nas repressões e perseguições políticas. Entretanto, essas relações mudaram apenas depois da abertura democrática, com a sociedade civil exercendo diferentes funções de mediação de conflitos e participando diretamente nos espaços da tomada de decisões políticas e desenvolvendo os projetos da educação cívica e projetos da intervenção social, cujos resultados podem ser considerados como ações importantes da sociedade civil no processo da construção do regime democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já destacado, na região da África Subsaariana depois da independência emergiu diferentes tipos de regimes políticos liderados por líderes personalistas, que durante as transições ditaram as regras sobre o funcionamento da democracia, através da combinação simultâneo de participação política, liberalismo político, competição eleitoral, autoritarismo e clientelismo sistêmico. Isso gerou um modelo de democracia fora dos padrões da democracia liberal, o que leva a uma constante sensação de fracasso da democracia.

Na Guiné-Bissau, o fracasso do regime democrático encontra-se em vários fatores que estão simultaneamente imbricados: a imposição da democracia; a frágil institucionalização das instituições democráticas; as reformas políticas que expressam ambiguidades; os níveis de conflitos entre as elites da classe política e os militares; a fraca participação da sociedade civil na política; e a fragmentação de poder político permeado pelas estruturas de poder étnico. Esses fatores foram desenvolvidos nos capítulos deste trabalho. No primeiro capítulo foi apresentado o arcabouço teórico de trabalhos analisados para responder o nosso problema de pesquisa. Esses trabalhos foram o instrumento de análise desenvolvida nos capítulos subsequentes.

No segundo capítulo desta análise, foram apresentadas diferentes tipologias de transição política pactuada nas décadas de 1980 e 1990, que foi considerado pela maioria de autores como tipologia verificada em maioria de transições em nível mundial, e que estes foram determinantes nos resultados da consolidação da democracia. No contexto da transição política, a Guiné-Bissau se apresenta como um caso desviante das tipologias de transição hegemônica, alinhando-se estreitamente com a perspectiva de transição de regime político neopatrimonial, articulado por Bratton e Walle (1994; 1997). Neste tipo de regime, as mudanças políticas podem resultar de uma revolta popular, de uma recessão econômica ou de pressão política externa. Na nossa perspectiva, a transição democrática não é um processo político linear, restrito apenas à assinatura de pactos políticos para institucionalizar a democracia; esse processo também pode ocorrer por meios não institucionais. Isto é evidente na Guiné-Bissau, onde não foi assinado nenhum pacto formal entre os partidos para institucionalizar a democracia.

No que se refere a análise dos resultados da democracia, no terceiro capítulo concluímos que as reformas políticas ocorridas durante a transição democrática da Guiné-Bissau resultaram na institucionalização de uma democracia frágil. Nesse quadro, defendemos que a forma como a democracia foi institucionalizada neste país gerou conflitos entre as elites da classe política e os militares, como resultado, frequentes golpes de estado militar e a perpetuação da violência política institucional. Sublinhamos que a consolidação da democracia na Guiné-Bissau passa

pela resolução de problemas inerentes à realidade, ou seja, “uma democracia consolidada exige que as instituições democráticas não sejam apenas construídas, mas também valorizadas. A democracia pode ser instalada sem os democratas, mas não pode ser consolidada sem eles” (Bratton e Walle, 1997, p.279).

E, por último, no que refere ao quarto capítulo, em relação ao papel da sociedade civil na construção do regime democrático, como resultado, a pauta das organizações da sociedade civil são diversas, influenciando em diversas esferas da sociedade – social, cultural e política. Na Guiné-Bissau, devido ao elevado nível de coerção social empregado pelo regime autoritário, isso excluiu a sociedade civil da política, dificultando a sua participação no processo de negociação da transição política. Esta situação alterou-se apenas com a institucionalização da democracia em 1991, período no qual as organizações sociais ganharam destaque no cenário político nacional, desempenhando diferentes papéis na sociedade guineense. Desempenhando várias funções, como mediador de conflitos, participando ativamente nos debates públicos e o seu envolvimento nas questões políticas.

Lijphart (1999), em um dos seus trabalhos mais citados, afirma que existem várias formas que as democracias modernas podem adotar para funcionar, isso independentemente da forma como as instituições políticas estão configuradas: os partidos políticos, os tribunais, sistemas eleitorais, os poderes legislativos e executivos. Defende que as democracias modernas ao longo de décadas têm funcionado sob diferentes lógicas. No entanto, apesar dessas variedades de padrões do funcionamento do regime, as estabilidades de modelos da democracia aparecem quando as instituições são submetidas às regras majoritárias e consensuais. Estas regras são determinantes para a estabilidade política. Nessa classificação, a democracia majoritária é definida como um modelo competitivo e de concorrência, mas que o seu funcionamento em alguns contextos pode ser prejudicado pela estratificação social ou da diversidade sociocultural. Já a democracia consensual é considerada como modelo ideal para estes tipos da sociedade, porque esse modelo cria possibilidades de negociação e inclusão social de todos os grupos nos espaços da tomada de decisões políticas, as possibilidades que o modelo majoritário não leva em consideração.

Sem querer reproduzir as conclusões da tese desse autor, mas nos apropriamos da sua teoria consensual para explicar as razões pelas quais a democracia guineense segue em direção incerta.

Como um país heterogêneo de grande diversidade étnico e cultural, durante a transição democrática, o Estado guineense deixou de levar em consideração os princípios fundamentais da sociedade, adotou forçosamente o modelo da democracia liberal majoritária e o sistema semipresidencialista, cujos fundamentos não se expressam na realidade social dos povos e a estratificação do poder dos grupos étnicos. Ao invés da democracia resolver os problemas dos grupos que desde o período pré-colonial eram antagônicos, arquivou tais problemas, excluindo os grupos minoritários do cenário político e deixando grupos majoritários dominando o espaço público.

Até o momento, poucos autores têm discutido essas questões, como também há pouca concordância entre eles sobre a influência dos fatores étnicos na instabilidade democrática do país. Rudebeck (2001), Nóbrega (2003), Cá e Magrini (2021) e Suma (2022; 2023), subscrevem as contradições que existem no jogo político da democracia guineense, sobretudo nos aspectos institucionais onde a questão étnica é tão visível. Esses autores afirmam que o sistema político apresenta as questões étnicas nas disputas eleitorais. Defendem que nesse período os discursos políticos de pertencimento étnico têm sido estratégias recorrentes dos partidos políticos para conquistar votos e obter vantagem sobre os adversários. Um dos exemplos mais destacados, é o caso do Partido da Renovação Social (PRS), em que as práticas e discurso do pertencimento étnico têm sido a principal estratégia eleitoral nas regiões que são dominadas majoritariamente por etnias Balantas. Esses autores confirmam que as comunidades predominadas por Balantas, que são a base do eleitorado do PRS, onde esse partido sempre obtém o maior número de votos, é uma realidade totalmente oposta nos lugares onde predominam outros grupos étnicos.

Essa realidade é diferente da base eleitoral do PAIGC, que tem os eleitores mais diversificados - sem uma base eleitoral baseada na predominância de certos grupos étnicos. Estas pesquisas (Rudebeck, 2001; Nóbrega; 2003; Suma, 2022; 2023), também apontam para a territorialização dos votos por partidos e das candidaturas nas eleições, em que os candidatos concorrem pelas zonas que são predominadas pelos seus grupos étnicos para obter as vantagens na concorrência eleitoral. Ainda evidenciam que a maior parte dos deputados se elegem mais nas regiões na qual prevalecem seus respectivos grupos étnicos em relação às regiões predominadas por outros grupos. Nesse contexto, os partidos políticos buscam selecionar os seus candidatos ao cargo de deputado levando em consideração as regiões predominadas pelos grupos que estes candidatos pertencem.

Esses autores chegam à conclusão de que a democracia guineense se baseia numa espécie do voto identitário de solidariedade personalizado. Isto é, nas disputas eleitorais os

partidos tendem a usar as questões identitárias para receber a empatia e obter vantagens eleitorais, o que influenciou a construção da cultura política eleitoral acentuado na identidade coletiva. Esse sentimento étnico baseia-se na analogia dos candidatos em seus grupos étnicos serem considerados como filhos da casa que merecem o apoio da comunidade, enquanto aqueles que não pertencem a esse grupo, como os estranhos (Nóbrega, 2015).

Partindo dessa constatação, o discurso do pertencimento étnico pode ser obstáculo para o desenvolvimento da democracia, na medida que tais estratégias continuam sendo apropriadas por certos partidos políticos para obter a vantagem política nas áreas predominadas por certos grupos étnicos. Nesse quadro, o fator étnico pode ser uma estratégia política no jogo político, assim como pode ter vários significados para a democracia, isso na medida que beneficia uns e prejudica outros, uma ação que pode gerar o autoritarismo da maioria sobre a minoria, uma regra que é oposta a democracia de consenso, considerado por Lijphart como modelo ideal para as sociedades heterogêneas.

Nossa conclusão também vem ao encontro das observações de Linz e Stepan, de que “a consolidação exige que seja desenvolvida a habituação às normas e procedimentos de regulação democrática de conflitos. Um elevado grau de rotinização institucional é uma parte fundamental desse processo” (Linz & Stepan, 1996, p. 10). Em tese, este modelo da democracia do consenso pode ser uma condição necessária para ultrapassar as crises internas da democracia na Guiné-Bissau, como forma de superar o processo histórico do conflito geracional da formação do Estado como uma entidade política homogênea, a participação desigual dos grupos étnicos no sistema político e os conflitos que envolvem os militares e civis.

A partir dessas observações este trabalho propõe a inclusão da questão étnica na teoria da transição democrática como fator importante para os desafios da consolidação das democracias africanas, como forma de superar as correntes teóricas hegemônicas da transição democrática. Essa teoria possibilitará a compreensão dos principais entraves da democracia e os desafios para a sua consolidação.

Um dos aspectos também importantes na análise da democracia guineense, é a presença dos problemas que envolvem os poderes tradicionais e o poder público. Apesar da força que os poderes tradicionais simbolizam na sociedade, não são reconhecidas constitucionalmente pelo Estado, uma realidade que é diferente de outros países africanos, sobretudo em Moçambique, Angola e Cabo Verde em que o Estado reconhece constitucionalmente os poderes tradicionais como parceiros efetivos do estado.

Essa observação vem ao encontro da afirmação do Semedo, que defende que “a forte presença da pertença étnica no comportamento dos cidadãos está a inibir atualmente o sentimento da nação e a abrir possibilidades para o acirramento do conflito de carácter étnico” (Semedo, 2011, p.111). É nesse contexto de conflitos que a sociedade civil tem desempenhado papel importante na mediação dos conflitos e a reconciliação nacional entre os grupos, que em tese consideramos como o papel da sociedade civil na construção do regime democrático.

A partir dos estudos realizados sobre transição democrática na Guiné-Bissau e a nossa análise sobre elas, avaliamos o processo da transição democrática de forma crítica, com base nos debates de transição democrática de O’Donnell e Schmitter, que, ao longo da abordagem, mostraram-se inaplicáveis no contexto guineense. Ainda nesta análise evidenciamos também que a compreensão da democracia e da cultura política guineense não deve basear-se necessariamente no viés do arranjo político institucional formal, deve se levar em consideração sobretudo os aspectos socioculturais da diversidade étnica, o processo histórico da formação do Estado e a formação da classe da elite política, que em tese consideramos como pontos centrais para compreender a democracia e os obstáculos para a sua consolidação.

REFERÊNCIAS

ADI, Hakim. A Diáspora Africana, Desenvolvimento & Moderna Teoria Política Africana. Trad: Mário Soares Neto. Rev. Direito Práx. Rio de Janeiro, 2020 [2002] pp. 697-716. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/download/42150/32648>>. Acesso em 20-08-2022.

AFROBARÔMETRO. Africans want more democracy, but their leaders still aren’t listening. Afrobarometer Policy Paper. N.85. January 2023. Disponível em: <<https://www.afrobarometer.org/publication/pp85-africans-want-more-democracy-but-their-leaders-still-arent-listening/>>. Acesso em: 10-09-2023

ANP. Constituição da República da Guiné-Bissau 1973. GB: Boé, 1973. Disponível em: <<http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/02/Const-Guine-73.pdf>> Acesso em: 06-06-2022.

ANP. Constituição da República da Guiné-Bissau 1984. Maio de 1984.

ANP. 2º Suplemento ao Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau N-14. Bissau, 1994.

ANP. Constituição da República da Guiné-Bissau 1996. Bissau, 1996. Disponível em: <<https://reformat.co.mz/documentos-diversos/constituicao-de-guine-bissau.pdf>>. Acesso em: 10-10-2023.

ARATO, Andrew. COHEN, Jean. Sociedade civil e teoria política. In: AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e democratização. Editora: Livraria Del Rey. Belo Horizonte: 1994. pp.147-182.

AUGEL, Johannes. MEYNS, Peter. Processos de Transição na África Lusófona. Caderno, N-05; INEP. Rev. Soronda: 2002.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil: além da dicotomia Estado-mercado. In: AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e democratização. Editora: Livraria Del Rey. Belo Horizonte - MG: 1994. p. 23-40

AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, 1995. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/42454/mod_resource/content/2/avritzer.pdf> Acesso em: 29-10-2023.

BAQUERO, Marcello. GONZALEZ, Rodrigo S. Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 17; 2011, p.369-399. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/6Zfg3hQwVdjrYPxM7mrLvPy/>> Acesso em: 03-02-2023

BARROS, Miguel. Sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau: dinâmicas desafios e perspectivas. ed. U.E.-PAANE, de 2014.

BARROS, Miguel. A sociedade civil face ao processo de democratização e o desenvolvimento na Guiné-Bissau (1991-2011). Universidade de Porto: Africana Studia, N-18: 2012. Disponível em: <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/AfricanaStudia/article/download/7397/6780/24193>>. Acesso em: 02-10-2023

BIJAGÓ, Vagner G. O processo de democratização na África: a difícil transição na Guiné-Bissau. Rev. Cadernos de Campo; n. 23; pp. 217-243. 2017. Disponível: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/10522>>. Acesso: 06-11-2023.

BRATTON, Michael. WALLE, Nicolas Van. Neopatrimonial Regimes and Political Transitions in Africa. Source: World Politics. Vol. 46, N-04. Cambridge University Press, 1994 pp. 453-489. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2950715>>. Acesso em: 15-11-2023.

BRATTON, Michael. WALLE, Nicolas Van. Democratic Experiments In Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective. Cambridge University Press, 1997.

BOGAARDS, Matthijs. Eleições Multipartidárias em África: Para melhor ou pior. In: DOORENSPLEET, Renske; NIJZINK, Lia. Party Systems and Democracy in Africa. 2014

BOBBIO, N. Estado, Governo e sociedade: por uma teoria geral da política. 14ª edição. Tradução: Marcos Aurélio Nogueira – Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

BOBBIO, N. O conceito de sociedade civil. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 1ª edição: Rio de Janeiro, 1982.

CÁ, Ismael F. MAGRINI, Pedro R. Eleições presidenciais na Guiné-Bissau no período de 2009 a 2019: análise dos acontecimentos e papel das forças armadas. Unilab, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2658>>. Acesso: 06-11-2023.

CARDOSO, Carlos. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. In: Lusotopie, n°2, 1995. Transitions libérales en Afrique lusophone. pp. 259-282. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1995_num_2_1_991>. Acesso em: 13-02-2021.

CARDOSO, Carlos. Classe política e transição democrática na Guiné-Bissau. In: KOUDAWO, F. e MENDY, P.K. Pluralismo Político na Guiné-Bissau: uma transição em curso. Bissau, INEP-1996, pp. 135-164.

CARDOSO, Carlos. Formação e recomposição da elite política moderna na Guiné- Bissau: continuidade e rupturas (1910-1999). 2004. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/grupodiscussao5/CarlosCardoso.pdf>>. Acesso em: 31-10-2023

CARDOSO, Carlos. Sociedade civil, espaço público e gestão de conflitos: o caso da Guiné-Bissau. Yaoundé, Cameroun. 2008. Disponível em: <https://www.codesria.org/IMG/pdf/Carlos_Cardoso.pdf>. Acesso em: 27-02-2021.

CARDOSO, Carlos. A formação da elite política na Guiné-Bissau. CEA - Centro de Estudos Africanos. Lisboa, 2012. Disponível em: < [oai://www.portaldoconhecimento.gov.cv:10961/435](http://www.portaldoconhecimento.gov.cv:10961/435) >. Acesso em: 03-05-2021.

CARDOSO, Carlos. Os desafios da transição política na Guiné-Bissau. 2017. Disponível em: <<https://www.didinho.org/Arquivo/osdesafiosdatransicaopoliticanaguinebissau.htm>> Acesso em: 06-07-2023.

CHABAL, Patrick. DALOZ, Jean-Pascal. Africa Works: disorder as political instrument. Indiana University Presss, 1999.

CLAPHAM, Christopher. WISEMAN, John A. Assessing the prospects for the consolidation of democracy in Africa. In: WISEMAN, John. A. Democracy and Political Change in Sub-Saharan Africa. New York, 1995

Comissão Nacional das Eleições – Guiné-Bissau. “Eleições Gerais 1994”. Bissau, 1994. Disponível em:<<http://www.cne.gw/resultado-de-1994>>. Acesso em: 05-10-2023.

Comissão Nacional das Eleições – Guiné-Bissau. “Eleições Gerais 1999”. Bissau, 1999. Disponível em:<<http://www.cne.gw/resultado-de-1999-e-2000>>. Acesso em: 05-10-2023.

Comissão Nacional das Eleições – Guiné-Bissau. “Eleições Legislativas 2004”. Disponível em:<<http://www.cne.gw/resultado-de-2004>>. Acesso em: 05-10-2023.

Comissão Nacional das Eleições – Guiné-Bissau. “Eleições Legislativas 2008”. Disponível em:<<http://www.cne.gw/resultado-de-2008>>. Acesso em: 05-10-2023.

Comissão Nacional das Eleições – Guiné-Bissau. “Eleições Legislativas 2014”. Disponível em: <<http://www.cne.gw/resultado-de-2014>>. Acesso em: 05-10-2023.

Comissão Nacional das Eleições – Guiné-Bissau. “Eleições Legislativas 2019”. Disponível em: <<http://www.cne.gw/resultados-lg-2019>>. Acesso em: 05-10-2023.

Comissão Nacional das Eleições – Guiné-Bissau. “Eleições Legislativas 2023”. Disponível em: <<http://www.cne.gw/resultado-geral-legislativas-2023>>. Acesso em: 05-10-2023.

Comissão Nacional das Eleições – Guiné-Bissau. “Eleições Presidenciais 2005”. Disponível em: <<http://www.cne.gw/resultado-presidenciais-2005>>. Acesso em: 05-10-2023.

Comissão Nacional das Eleições – Guiné-Bissau. “Eleições Presidenciais 2009”. Disponível em: <<http://www.cne.gw/resultado-presidenciais-2009>>. Acesso em: 05-10-2023.

Comissão Nacional das Eleições – Guiné-Bissau. “Eleições Presidenciais 2014”. Disponível em: <<http://www.cne.gw/resultado-presidenciais-2014>>. Acesso em: 05-10-2023.

Comissão Nacional das Eleições – Guiné-Bissau. “Eleições Presidenciais 2019”. Disponível em: <<http://www.cne.gw/resultado-presidenciais-2019>>. Acesso em: 05-10-2023.

COSTANTINI, G. et al. Mapeamento da Sociedade Civil da Guiné Bissau. Programa FED da União Europeia para a Guiné-Bissau. 2018.

DAHL, Robert. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 2005.

DJALÓ, Tchernó. Lições e legitimidade dos conflitos políticos na Guiné-Bissau. Edição especial, INEP. Rev. Soronda: 2000

DJALÓ, Mamadú. Processo de democratização da Guiné-Bissau (1991-2019). Unilab, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1829/3/2020_arti_mamadudjalo.pdf>. Acesso em: 06-11-2023

DOMINGUES, M. M. A. B. Estratégias femininas entre as badeiras de Bissau. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural e Social) – Universidade Nova de Lisboa, 2000.

FERES, João; POGREBISNSCHI, Thamy. Teoria Política Contemporânea: uma introdução. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FERNANDES, Raul M. Partido único e poderes tradicionais. Caderno, N-16; INEP. Rev. Soronda: 1993.

FREEDOM HOUSE. Liberdade no Mundo — Relatório Nacional da Guiné-Bissau. 2023. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/country/guinea-bissau>> Acesso em: 12-09-2023

FONSECA, Luís. PIRES, Olívio. A Luta Criou Raízes: Intervenções, Entrevistas, Reflexões, Artigos 1964 –1973. Fundação Amílcar Cabral: Cabo Verde, 2018.

FORREST, Joshua B. Autonomia burocrática, política econômica e política num estado “suave”: o caso da Guiné-Bissau pós-colonial. Caderno, N-15; INEP. Rev. Soronda:1993.

FORREST, Joshua B. Lineages of State Fragility: Rural Civil Society in Guinea-Bissau. University Press, 2003.

FORREST, Joshua B. Subnationalism in Africa: ethnicity, alliances, and politics. United States of America, 2004.

GARCIA, Francisco Proença. Os movimentos independentistas, o Islão e o Poder Português (Guiné 1963-1974). Dissertação (Universidade Católica Portuguesa). Lisboa, 2000.

GUGLIANO, Afredo A. GALLO, Carlos A. Modelos de transição, memória da repressão e políticas de Direitos Humanos no Brasil. O público e o privado. Nº 18. 2011. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2473>>. Acesso 11-11-2023

HABERMAS, J. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Volume II, 1929. Tradução: Flávio Bueno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. Lua Nova, 1995, n.36, p.39-53. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/tcSTz3QGHghmfzvbL6m6wcK/?lang=pt>>. Acesso em: 10-03-2023.

HAYNES, Jeff. Ghana: From personalist to democratic rule. In: WISEMAN, John. A. Democracy and Political Change in Sub-Saharan Africa. New York, 1995

HANDEM, Diana L. Desenvolvimento na base e participação popular: uma alternativa. Caderno, N-12; INEP. Rev. Soronda:1991

HUNTINGTON, Samuel. A terceira onda: a democratização no final do Século XX. Tradução: Sergio Goes de Paula. Editora: Ática. São Paulo, 1994. [1991].

IHONVBERE, Julius. VAUGHAN, Olufemi. Democracy and civil society: the Nigerian transition programme, 1985–1993. In: WISEMAN, John. A. Democracy and Political Change in Sub-Saharan Africa. New York, 1995.

JAO, Mamadú. Os poderes tradicionais no período de transição. In: KOUDAWO, F. e MENDY, P.K. Pluralismo Político na Guiné-Bissau: uma transição em curso. Bissau, INEP-1996, pp. 121-133.

JAUARÁ, Manuel. A Construção do Estado Moderno na África Lusófona. ANPUH – XXV, Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772189_ab18903828df7e40e0bc90fbdaf6c9ef.pdf>. Acesso em: 25-10-2023.

KOUDAWO, F. A Sociedade Civil e Transição Pluralista na Guiné-Bissau 1991 a 1996. In: KOUDAWO, F. e MENDY, P.K. Pluralismo Político na Guiné-Bissau: uma transição em curso. Bissau, INEP-1996, pp. 68-120.

KOUDAWO, Fafali. Cabo-Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal. Coleção de INEP: Bissau, 2001.

KI-ZERBO, Joseph. Para Quando a África? entrevista com René Holenstein. Tradução: Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

LARMER, Miles. Social movement struggles in Africa. *Review of African Political Economy* Vol. 37, No-125. Setembro de 2010, p.251-262. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/03056244.2010.510623>>. Acesso em: 05-11-2021.

LEVITSKY, Steven. WAY, Lucan. *Competitive Authoritarianism Hybrid Regimes After the Cold War*. Cambridge University Press, 2010.

LOPES, Carlos. *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*. Edições 70: Biblioteca de Estudos Africanos. Lisboa, Portugal: 1982.

LOPES, Carlos. *Transição Histórica na Guiné-Bissau: do movimento de libertação nacional ao estado*. INEP, 1987.

LOPES, Carlos. *Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau*. Lisboa, 1988.

LINZ, Juan J. STEPAN, Alfred. *Problems of democratic transition and consolidation southern Europe, South America, and post-communist Europe*. University Press, 1996.

LIPSET, Seymour M. Alguns requisitos sociais da democracia: desenvolvimento econômico e legitimidade política. *Primeiros Estudos*, São Paulo, n. 2, p. 198-250, 2012 [1959].

LIJPHART, Arend. *Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*, 2012. [1999]

MENDY, Peter K. A Emergência do Pluralismo Político na Guiné-Bissau. In: KOUDAWO, F. e MENDY, P.K. *Pluralismo Político na Guiné-Bissau: uma transição em curso*. Bissau, INEP-1996, pp.11–65.

MENDONÇA, Daniel. A Crise da Democracia Liberal e a Alternativa Populista de Esquerda. *Simbiótica*, v.6, n.2, p. 31-50, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/28401/20245>>. Acesso em: 06-06-2023

MONTEALEGRE, Hernán. Política, democracia y derechos humanos. *Revista Perspectivas*, v:02: p. 299-309, 2006. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/81830712/MONTEALEGRE-Politica-democracia-y-derechos-humanos#>> Acesso: 05-03-2023.

MONTEIRO, Artemisa O. C. *Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional-conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)*. Tese de doutorado (UFBA), Salvador, 2013.

M'BUNDE, Timóteo S. Comportamento partidário e cíclica interrupção da democracia na Guiné-Bissau. *Almanaque de Ciência Política*, Vitória, vol. 1, n. 2, p. 43-56, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/almanaque/article/view/17323>> Acesso em: 07-11-2023.

NÓBREGA, Álvaro C. *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*. Lisboa, 2003.

NÓBREGA, Álvaro C. Desejo de “Cambança”: o processo eleitoral de 1999. Caderno, N-06; INEP. Rev. Soronda: 2023.

NÓBREGA, Álvaro C. Guiné-Bissau: um caso de democratização difícil. Lisboa, 2015.

O'DONNELL, Guillermo A. SCHMITTER, Philippe C. Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies. University Press Baltimore and London, 1986.

O'DONNELL, Guillermo A. Bureaucratic Authoritarianism: Argentina 1966-1973 in Comparative Perspective. Berkeley: University of California Press, 1988.

OSSAGÔ, Ricardo C. Que democracia? O processo de transição política guineense e a atuação das forças armadas na condução da política nacional (1994-2009). Dissertação (UFPI). Teresina, 2010.

PAIM, Márcio L. Pan-africanismo: política, libertação e golpes de estado. Revista TEL, Irati, v. 7, n.1, p. 207-229. 2016. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/tel/article/view/8257>>. Acesso em:06-10-2023.

PRZEWORSKI, Adam. Some Problems in the Study of the Transition to Democracy. In: “Transitions from Authoritarian Rule: Prospects for Democracy”. 1986.

PRZEWORSKI, Adam. Democracy and the Market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America. Cambridge University Press, 1991.

PETTICREW, Mark. ROBERTS, Helen. Systematic reviews in the social sciences: a practical guide. Ed: Blackwell Publishing. 2006.

QUADE, Leonel P.J. Acesso à justiça informal e estatal na Guiné-Bissau: o papel do Ministério Público na assistência jurídica aos hipossuficientes e (in) conveniência da instituição da Defensoria Pública. Tese de doutorado (UFBA). Salvador, 2021.

ROSEMARY, E. Galli. Estado e Sociedade na Guiné-Bissau. Caderno, N-08; INEP. Rev. Soronda:1989.

RUDEBECK, Lars. Colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau: um estudo de democratização difícil. Trad: António e Maria Lourenço. University Printers, Uppsala: 2001.

SANÉ, Samba. A contribuição do instituto nacional de estudos e pesquisa da Guiné-Bissau para a sustentabilidade científica e o desenvolvimento. 2009. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/view/911>>. Acesso em: 09-05-2023.

SANTOS, Boaventura; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone Democrático. In: SANTOS, Boaventura. Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002.

SCHUMPETER, J. A. Capitalismo, Socialismo e Democracia. São Paulo: Editora Unesp, 2016. [1940].

SEMEDO, M. O. C. S. As mandjuandadi - cantigas de mulher na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

SEMEDO, Rui Jorge. PAIGC: A face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990). Dissertação (UFSCAR). 2009.

SEMEDO, Rui Jorge. O Estado da Guiné-Bissau e os desafios político-institucionais. *World Tensions*, 2011; pp. 95-115. Disponível em: <<https://revistas.ucece.br/index.php/tensosmundiais/article/view/588>> Acesso em: 02-11-2023

SUMA, Nando P. Democracia e comportamento eleitoral na Guiné-Bissau: um estudo sobre a influência da etnicidade nas eleições presidenciais de 2019. Dissertação (UFPE); Recife, 2023.

SUMA, Nando P. Nacionalização partidária na Guiné-Bissau: apontamentos teóricos sobre PAIGC e PRS nas eleições legislativas de 2004 e 2008. *Revista Debates*, v. 16, pp. 35–52. 2022. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/127752/87567>>. Acesso em: 06-11-2023

TEIXEIRA, R. J. D. Militares e Civis na Guiné-Bissau: amigos ou inimigos? *Contributo*: 2007. Disponível em: <<https://www.didinho.org/Arquivo/MILITARESECIVISNAGUINEBISSAUAMIGOSOUINIMIGOS.htm>>. Acesso em: 10-11-2023

TEIXEIRA, R. J. D. O conceito da sociedade civil: um debate a partir do contexto da Guiné-Bissau. *Estudos de Sociologia*. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235327>>. Acesso em: 10-04-2023.

TEIXEIRA, R. J. D. Cabo verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o Estado. – Recife: Ed. do Autor, 2015.

TEIXEIRA, R. J. D. Estado e Sociedade Civil em Cabo Verde e Guiné-Bissau: Djuntamon para novas relações. *Cadernos de Estudos Africanos*, N.º 31; p.115-141; 2018. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/cea/article/view/14621>> Acesso: 20-06-2023.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE. Democracy Index 2021: The China challenge. 2022. Disponível em: <<https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2021/>>. Acesso: 15-01-2023.

TEMUDO, Marina P. From the Margins of the State to the Presidential Palace: The Balanta Case in Guinea-Bissau. *African Studies Review*, Volume 52, Number 2: 2009; pp. 47-67. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/20638908>>. Acesso em: 02-11-2023

TILLY, Charles. *Democracy*. Cambridge University Press, 2007.

TRAJANO, Wilson F. Soronda e a produção intelectual no INEP. *Caderno*, N-05; INEP. Rev. Soronda: 2002.

UALI, Dauda. O uso político das mídias digitais na Guiné-Bissau: o Facebook nas eleições presidenciais de 2019. Revista Três [...] Pontos. v. 18 n. 1; Temática Livre, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/48128>>. Acesso em: 09-10-2023

WHITEHEAD, Laurence. International Aspects of Democratization. In: “Transitions from Authoritarian Rule: Prospects for Democracy”. 1986.

WISEMAN, John. The movement towards democracy: global, continental and state perspectives. In: WISEMAN, John. A. Democracy and Political Change in Sub-Saharan Africa. New York, 1995